

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Daniel Facciolo Pires
Marinês Santana Justo Smith
Silvia Regina Viel
Welton Roberto Silva (Orgs.)

AS TECLAS PSICOSSOCIAIS EM SAÚDE MENTAL: pesquisa e reflexão

Coleção Ciência e Desenvolvimento **18**

ISBN Volume



ISBN Coleção



DOI

10.29327/553749

**Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Daniel Facciolo Pires
Marinês Santana Justo Smith
Sílvia Regina Viel
Welton Roberto Silva (Orgs.)**

**AS TECLAS PSICOSSOCIAIS EM SAÚDE MENTAL:
pesquisa e reflexão**

ISBN 978-65-88771-21-1

**FRANCA
Uni-FACEF
2021**

Corpo Diretivo

REITOR

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

VICE-REITOR

Prof. Dr. João Baptista Comparini

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Prof^a Dr^a Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO

Prof^a. Dr^a. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Sílvio Carvalho Neto

COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Prof. Dr. Paulo de Tarsó Oliveira

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Me. Cyro de Almeida Durigan

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Me. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENFERMAGEM

Prof^a. Dr^a Lívia Maria Lopes

**CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Publicidade e
Propaganda**

Prof^a. Ma. Fúlvia Nassif Jorge Facury

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Prof. Me. Anderson Fabrício Mendes

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Prof. Dr. Flávio Henrique de Oliveira Costa

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE LETRAS

Prof^a Dr^a Ana Lúcia Furquim de Campos-Toscano

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MATEMÁTICA

Prof. Dr^a Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MEDICINA

Prof^a Dr. Frederico Alonso Sabino de Freitas

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE PSICOLOGIA

Prof^a Dr^a Maria de Fátima Aveiro Colares

CHEFE DE DEPARTAMENTOS DO DEPARTAMENTO DE COMPUTAÇÃO

Prof. Dr. Daniel F. Pires

Comissão Científica

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Marinês Santana Justo Smith (Uni-FACEF)
Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Bárbara Fadel (Uni-FACEF)
Sílvia Regina Viel (Uni-FACEF)
Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano (Uni-FACEF)
Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Sívio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Evandro Eduardo Seron Ruiz (USP)
Emerson Rasera (UFU)
Renato Garcia de Castro (UNICAMP)
Pedro Geraldo Tosi (UNESP)
Lélio Luiz de Oliveira (USP)
Vânia de Fátima Martino (UNESP)

Comissão Organizadora

José Alfredo de Pádua Guerra
Alfredo José Machado Neto
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Sívio Carvalho Neto
Marinês Santana Justo Smith
Welton Roberto Silva
Leonardo Carloni Rodrigues Meira
Alba Valéria Penteadó
Iago C. Bettarello

© 2021 dos autores
Direitos de publicação Uni-FACEF
www.unifacef.com.br

Coleção: Ciência e Desenvolvimento, v. 18.

O51g

Oliveira, Sheila Fernandes Pimenta e (Orgs.)
As teclas psicossociais em saúde mental: pesquisa e reflexão.
/ Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira; Silvia Regina Viel;
Daniel Facciolo Pires; Marinês Santana Justo Smith; Welton
Roberto Silva (Orgs.). – Franca: Uni-FACEF; 2021.
165p.; il.

ISBN Coleção 978-85-5453-017-4
ISBN Volume 978-65-88771-21-1
DOI 10.29327/553749

1.Multidisciplinar - Fórum. 2. Iniciação Científica. 3.Pesquisa.
4.Metodologia. I.T.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei no. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código Penal. **Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.**

Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Associada à ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

PREFÁCIO

Em 2021, o *Centro Universitário Municipal de Franca* – Uni-FACEF sediou o *XV Fórum de Estudos Multidisciplinares*, que tradicionalmente engloba quatro eventos: o *XV Congresso de Iniciação Científica*, o *X Encontro de Iniciação à Docência*, o *IX Encontro de Iniciação à Tecnologia e Inovação* e o *II Encontro do PET-Saúde*. O atual volume foi compilado, a partir das pesquisas apresentadas no evento, com foco no estudo de aspectos psicossociais que influenciam na Saúde Mental, trazendo ao meio acadêmico e à comunidade em geral, artigos que permitem reflexões importantes e atuais sobre o tema.

O primeiro artigo, intitulado “A avaliação psicológica aplicada à criminologia no sistema penitenciário brasileiro: subsídios para um julgamento justo”, de autoria de Ana Beatriz Silvestre Maura e Sofia Muniz Alves Gracioli, discute a aplicação dos direitos dos condenados em ajuste com a lei, observando uma alta ocorrência de casos em que as sentenças não são adequadas às especificidades do transtorno psicológico instalado, sendo a avaliação psicológica indispensável, para que a pena seja adaptada às necessidades psíquicas e contribua para a inserção social efetiva do indivíduo.

O segundo artigo, “A Empatia e o reconhecimento de expressões faciais nas relações conjugais contemporâneas”, de autoria de Alana Semeone Caparroz e Sofia Muniz Alves Gracioli, discute a busca pela satisfação conjugal, em contraste com a fragilidade dos relacionamentos amorosos na contemporaneidade, verificando o individualismo, a dificuldade de expressão do amor, o medo da perda da liberdade e a ideia de que nada dura para sempre. Observou-se que há influência da empatia na satisfação conjugal e que existe relação entre a empatia e o reconhecimento de expressões faciais.

De autoria de Iago Gonzales de Queiroz Silva e Maria Cherubina de Lima Alves, o terceiro artigo, intitulado “Amor e separação: uma análise das projeções da Alma em Given”, versa sobre a construção sociocultural do amor nas sociedades ao longo da história, e sobre o caminho trilhado pelos homossexuais rumo à legitimação dos seus sentimentos, tanto no oriente como no ocidente. Por meio da análise da obra recente de animação japonesa “Given”, discute-se a relação entre o amor e a separação com as projeções da alma e do animus, utilizando o referencial da psicologia analítica junguiana.

O quarto artigo exposto nesse volume, “Aplicações das funções executivas e o desempenho escolar de crianças no espectro autista”, de autoria de Juliana Pereira Costa da Silva, Letícia Sousa Victor, Marina Rita Marconi Alves, Sofia Alvarenga Mello Barros e Sofia Muniz Alves Gracioli, trata da correlação entre funções executivas e o desempenho escolar, apontando o benefício da escola no desenvolvimento das funções executivas em alunos neurotípicos.

Intitulado “As influências das séries teen no comportamento dos telespectadores adolescentes e jovens: uma revisão da literatura”, o artigo de revisão bibliográfica de autoria de Bárbara Sakamoto Peixoto de Brito e Sofia Muniz Alves Gracioli discute o quanto as produções de filmes e séries teens, ao abordarem temas cotidianos, se tornam um veículo de informação influente para o desenvolvimento pessoal, dos relacionamentos interpessoais e da concepção da autoimagem de jovens e adolescentes na atualidade.

Sob o título “Depressão infantil: a percepção dos pais sobre o tema”, o artigo de Maria Eduarda de Oliveira Maia e Maria de Fátima Aveiro Colares discute o entendimento das famílias sobre a depressão dos filhos e seu papel durante o tratamento, com vistas a contribuir com sugestões e ampliação de estratégias de intervenção nos cuidados de crianças com depressão.

O sétimo artigo, de autoria de Gabriela Malheiro Tozzi e Maria de Fátima Aveiro Colares, intitulado “Estudantes universitários da área da saúde: percepção sobre saúde mental e espiritualidade”, trata de aspectos relativos à saúde mental de estudantes do ensino superior da área de saúde de uma universidade do interior de São Paulo, que revelaram sinais de estresse, sendo que a maioria parece acreditar no tema espiritualidade como um fator de proteção no enfrentamento das dificuldades acadêmicas.

Caroline Cunha Rezende Rodrigues e Sofia Muniz Alves Gracioli são autoras do artigo apresentado em seguida, sob o título de “Impactos da pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos na saúde mental infantil: uma revisão da literatura”. As autoras apresentam uma discussão sobre questões relativas ao isolamento social e os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus na saúde mental das crianças, refletindo sobre suas possíveis consequências.

Por fim, o nono artigo, de autoria de Mariana Cervi Taveira e Sofia Muniz Alves Gracioli, intitulado “Inventário de problemas de fertilidade: um estudo sobre experiências psicossociais de casais submetidos ao primeiro tratamento de fertilização in vitro”, trata de uma pesquisa com fundamentação metodológica qualitativa, executada através da aplicação da adaptação do Inventário de Enfrentamento de Problemas de Fertilidade, em que dois casais participantes evidenciaram o sofrimento psíquico que enfrentaram com a infertilidade, revelando que se sentem impotentes e culpados diante da situação vivida.

Todos os artigos dispostos neste volume foram escritos por alunos do curso de Psicologia do Uni-FACEF em parceria com seus orientadores, revelando parcerias entre discentes e docentes na busca da produção de conhecimentos que integrem teoria e prática, estabelecendo um diálogo permanente entre as demandas da comunidade, problemas atuais e formação profissional.

Desejo aos leitores que desfrutem de uma leitura rica, que lança questões fundamentais acerca de aspectos relacionados ao sofrimento psíquico, lembrando que a ciência é um processo sempre inacabado, mas que revela, a cada momento, especificidades do vivido, lançando luz e buscando compreender de forma aprofundada fenômenos contemporâneos que contribuem com a qualidade de vida. O atual volume constitui uma seara de reflexões acerca dos aspectos psicossociais, que implicam instâncias intra e interpessoais, cujos estudos promovem contribuições rumo ao aprimoramento da área de Saúde Mental.

Uma excelente leitura a todos!

Profa. Dra. Daniela de Figueiredo Ribeiro
Docente
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

SUMÁRIO

A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA APLICADA À CRIMINOLOGIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: subsídios para um julgamento justo	8
A EMPATIA E O RECONHECIMENTO DE EXPRESSÕES FACIAIS NAS RELAÇÕES CONJUGAIS CONTEMPORÂNEAS.....	20
AMOR E SEPARAÇÃO: uma análise das projeções da Alma em <i>Given</i>	41
APLICAÇÕES DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS E O DESEMPENHO ESCOLAR DE CRIANÇAS NO ESPECTRO AUTISTA.....	64
AS INFLUÊNCIAS DAS SÉRIES TEEN NO COMPORTAMENTO DOS TELESPECTADORES ADOLESCENTES E JOVENS: uma revisão da literatura	74
DEPRESSÃO INFANTIL: A percepção dos pais sobre o tema	87
ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE: PERCEPÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL E ESPIRITUALIDADE	96
IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS DESDOBRAMENTOS NA SAÚDE MENTAL INFANTIL: uma revisão da literatura	131
INVENTÁRIO DE PROBLEMAS DE FERTILIDADE: um estudo sobre experiências psicossociais de casais submetidos ao primeiro tratamento de Fertilização <i>in vitro</i>	140
ÍNDICE	162

A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA APLICADA À CRIMINOLOGIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: subsídios para um julgamento justo

Ana Beatriz Silvestre Maura
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
anabesilvestre@hotmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Doutora em Psicologia – FFCL-RP USP
sofiamuniz@facef.br

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

1. INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica é um processo investigativo sobre o indivíduo, na qual, a partir de dados obtidos por meio de procedimentos avaliativos reconhecidos pela ciência psicológica, tem como finalidade prever comportamentos do ser humano em diferentes situações e contextos partindo dos resultados coletados. Portanto, a avaliação psicológica juntamente com a criminologia - que tem como objeto o crime, o criminoso, a vítima e o contexto do ocorrido – fornecem ao sistema penitenciário brasileiro um conhecimento embasado e aplicado não apenas no crime em si, mas levando em consideração o estado mental do incriminado para um julgamento justo e moralmente eficaz.

Diante da situação, em relação ao julgamento de criminosos que necessitam da avaliação psicológica para o veredito, no sistema penitenciário brasileiro, o direito do condenado está em desajuste com a lei quando é negado ou não realizado corretamente a avaliação para definir o estado mental, com o objetivo de obter resultados justos das consequências do crime julgado. Logo, quando ocorre a avaliação do incriminado, o sistema judiciário brasileiro está cumprindo seu papel de garantir o direito e ao mesmo tempo considerando o estado psicológico do criminoso, que é de extrema importância para entender as causas e as motivações do crime para, posteriormente, o diagnóstico ser acatado e utilizado para definir a pena e como irá ocorrer a ressocialização.

Justifica-se a importância de discorrer sobre este tema a alta ocorrência de casos que são penalizados injustamente pelo sistema judiciário brasileiro. Os condenados cumprem sentenças que não são adequadas aos estados

mentais apresentados por estes, pelo fato de não terem tido o direito a uma avaliação psicológica que poderia determinar um possível transtorno psíquico. Todavia, se o infrator for diagnosticado, sua pena poderá ser adaptada para um tratamento especializado ao seu estado mental e não apenas ao crime em si, garantindo, portanto, um julgamento justo ao condenado.

O objetivo do presente trabalho é revisar como a avaliação psicológica pode vir a subsidiar o sistema judiciário brasileiro em relação aos crimes em que a testagem precisa ser considerada e aplicada aos indiciados, no sentido de analisar os fatores que influenciaram uma certa ação, assim como investigar como e se o sistema utiliza este direito para determinar penas e acusações, considerando o diagnóstico elaborado por um profissional.

A metodologia do presente artigo é uma revisão bibliográfica crítica com uso de artigos científicos e livros na área de conhecimento.

2. PSICOLOGIA APLICADA À JUSTIÇA: UMA INDISPENSABILIDADE

A psicologia surgiu pela necessidade do homem de estudar a mente e o comportamento humano, tornando o ser a sua preocupação central. Visto que o mesmo é formado pelas suas experiências, comportamentos e pensamentos, assim como pelas influências externas a ele, como a cultura e o ciclo social e entre outras interferências, podem ou não trazer mudanças internas e externas ao indivíduo.

O humano tratado como as experiências vividas e incorporadas, o humano tratado como um organismo que corresponde ao meio e o humano tratado como uma relação entre o mundo interno e o mundo externo. Cada perspectivas destas vai definir diferentes objetos ou vai definir diferentemente o “mesmo” objeto (BOCK; TEXEIRA; FURTADO; 2019, p.9).

Portanto, segundo Bock, Texeira e Furtado (2019), o homem, a partir do momento em que é tratado como um indivíduo único perante as diversas experiências internas e externas que acarretam comportamentos, pensamentos e sentimentos, a subjetividade do “eu” torna-se fonte de conhecimento. Neste momento, a psicologia aplica o seu papel de ciência no homem para compreender e explicar quem é o indivíduo em seu meio intrapessoal e interpessoal.

No entanto, a construção do ser humano como ser racional não é realizada isoladamente, pois desde o começo do desenvolvimento, o homem é influenciado pelo ambiente externo e, sendo assim, a singularidade do mesmo se

constitui em um espaço coletivo, social e cultural. No momento em que o indivíduo compreende que suas oportunidades e possibilidades, que são oferecidas, são delimitadas pelo meio, ele assimila que isto irá determinar onde poderá se inserir socialmente em uma população, na qual cada pessoa tem o seu papel social que, indiretamente, influencia de diferentes maneiras com sua especificidade o meio interno e externo à ele (BOCK; TEXEIRA; FURTADO, 2019).

Logo, historicamente, as oportunidades proporcionadas aos homens proveem do ambiente social e econômico em que o desenvolvimento do indivíduo foi baseado. Portanto, pelo ser depender, diretamente e indiretamente, do papel social em que exercerá e do que representa para a sociedade, o estado e as leis, ele influenciará como será a relação do homem com o meio externo. A partir das morais que compõem do ambiente extrínseco, tal como o senso comum que faz parte da comunidade e que são geralmente seguidos, conclui-se que, sendo este um fator determinante para o julgamento de uma pessoa, isto irá ser apresentado na justiça, no sentido de persuadir o modo como o indivíduo, participante dos direitos e deveres, irá ser sentenciado.

Todavia, quando o histórico social, psicológico e ambiental do ser humano interferem em seus comportamentos, pensamentos e sentimentos, o psicólogo se torna essencial em um contexto de justiça.

Historicamente, a primeira demanda que se fez à psicologia em nome da Justiça ocorreu no campo da psicopatologia. O diagnóstico psicológico servia para melhor classificar e controlar os indivíduos. Os psicólogos eram chamados a fornecerem um parecer técnico (pericial), em que, através do uso não crítico dos instrumentos e técnicas de avaliação psicológica, emitiam um laudo informando à instituição judiciária, via seus representantes, um mapa subjetivo do sujeito diagnosticado (JUNIOR, 1998, p.28).

Portanto, deve-se ser levado em consideração todos os aspectos do homem, pois este se torna parte do ambiente e tenta compreendê-lo, com o objetivo de ter uma relação mais próxima do que é aceito socialmente e juridicamente. Porém, mesmo havendo regras e leis a serem seguidas, nem todos os homens as seguem, ocasionando em julgamentos de acordo com o crime efetuado. E, neste momento, a sociedade e o tribunal irá o julgar apenas em seu crime, e não considerando o estado mental do incriminado. Sendo assim, entra em ação o papel do psicólogo, no sentido de considerar o indivíduo como um todo e não somente em partes e, conseqüentemente, a justiça quando aplicada junto a avaliação

psicológica, considera que esta testagem, quando necessária, deve ser aplicada para ocasionar em um processo judicial mais justo, pois a sentença estará de acordo com as necessidades psicológicas do condenado, para que, futuramente, possa ocorrer uma reinclusão na sociedade.

Segundo Junior (1998), o objetivo de incluir o psicólogo no processo judicial é trazer decisões tomadas a partir de referências científicas, isto é, a psicologia. Pois, a partir do momento em que se é fundamentado um julgamento no crime em si e em fontes de avaliações confiáveis, o processo se torna mais justo. E, antes da inserção da testagem para compreender a saúde mental do incriminado, era-se feito julgamentos baseados em um trabalho que, dificilmente ocorria análises e, quando acontecia, centrava-se no sujeito a partir de interpretações descontextualizadas de sua subjetividade, gerando processos judiciais injustos e objetificados.

“Recentemente, a lei estabeleceu que é obrigatório o trabalho do psicólogo, dependendo do caso e da necessidade do incriminado de ter uma base científica que explique seu estado mental quando o crime foi ocorrido” (JUNIOR, 1998). Logo, a importância do sistema judiciário brasileiro estar em acordo com os direitos do incriminado e o aplicá-los juntamente ao laudo psicológico feito por um profissional, garante que as ações, motivações e, principalmente, o estado mental foram acatadas, proporcionando um julgamento digno para o indivíduo que está sendo processado. Contudo, isto é recente e, por isso, deve ser um assunto tratado com relevância e visto se o sistema judiciário utiliza este direito a favor dos infratores que necessitam das avaliações psicológicas. Assim sendo, antes da obrigatoriedade do psicólogo, os homens eram processados judicialmente sem seus direitos estarem em ajuste com as leis e, portanto, ocasionando em processos judiciais com sentenças injustas e desconsiderando uma pena adaptada as indispensabilidades da condição psíquica do incriminado.

Dessa forma, constata-se que a avaliação psicológica deve ser realizada em casos em que há necessidade de considerar o estado mental do incriminado e, com isso, analisar se o sistema judiciário brasileiro aplica este subsídio em crimes em que é indispensável uma revisão dos fatores que motivaram o ocorrido, com o objetivo de garantir justiça, isto é, uma sentença adequada embasada em um diagnóstico feito por um profissional. Portanto, quando isto é utilizado no processo, o criminoso é visto como além de uma parte, ou seja, uma

objetificação e situação, ele é encarado com um ser em sua totalidade, e a consequência disso para o processo de justiça é de extrema importância, pois considera os aspectos físicos e psicológicos do indivíduo aplicados ao crime.

2.1. Influência da criminologia no contexto do crime

A criminologia tem como papel a análise do crime, considerando todas as variáveis que estão interligadas ao delito. Portanto, a verificação se consolida a partir de quatro objetos principais: o crime, o infrator, a vítima e o contexto do ocorrido. Logo,

Criminologia é o nome genérico designado a um grupo de temas estreitamente ligados: o estudo e a explicação da infração legal; os meios formais e informais de que a sociedade se utiliza para lidar com o crime e com atos desviantes; a natureza das posturas com que as vítimas desses crimes serão atendidas pela sociedade; e, por derradeiro, o enfoque sobre o autor desses fatos desviantes (SHECAIRA, 2004, p.31).

Sendo assim, quando se trata de investigar o acontecimento pelos objetos que influenciaram o crime, a criminologia aplica o seu papel para, supostamente, tentar garantir os direitos do incriminado. A interferência dos quatro objetos principais em um delito, deverá ser considerado pelo sistema judiciário brasileiro e utilizado e aplicado a favor do incriminado e, ao mesmo tempo, oferecer aos jurados uma base científica para a verificação do crime. Portanto, isto será de extrema importância, pois não apenas considerará o delito em si, mas os aspectos, sejam eles físicos, psicológicos ou ambientais, que mediaram a situação final.

Desse modo, irá ser explicitado os papéis e objetivos dos objetos que influenciam o crime que, deveriam ser usufruídos, pelo sistema judicial e pelos jurados, para a tomada de decisões justas e de acordo com a especificidade do caso.

O crime, segundo a criminologia, busca fazer o reconhecimento do delito e o que aconteceu em torno do mesmo. Logo, esta infração é uma transgressão da lei feita pelo homem que, pode ser por dolo ou culpa, mas que, sempre que necessário, a avaliação psicológica deverá ser feita e aplicada na sentença do incriminado, para acarretar uma justiça. Sendo assim, segundo Bandeira e Portugal (2017, p.15),

[...] o tratamento do crime deve ser pensado para a criminologia no sentido amplo, como um fenômeno que é ao mesmo tempo individual e social. A abordagem criminológica não se esgota na investigação do que é o crime, deve-se ocupar também de outra pergunta que lhe é pressuposta: “por que esta conduta humana é criminalizada?”. Para a criminologia, o conceito de crime passa por uma noção de saber (o que é o crime em essência) e por uma noção prática (o que leva a sociedade a dizer que determinada conduta é crime). Logo, parte-se também para uma justificativa política (natureza bifronte da criminologia), teoria e prática dentro da discussão de uma mesma pergunta [...]

Esta afirmação torna evidente que, o crime não é uma investigação sem um contexto, mas um conjunto de fatores individuais e sociais. Todavia, as ações que são criminalizadas pela sociedade e pelas leis, são aplicadas e desenvolvidas para não examinar o todo do ocorrido, mas apenas as partes que, geralmente, são mais importantes para o sistema judiciário brasileiro. Isto coloca em questionamento, como a política pode vir a subsidiar os criminosos se eles não aplicam corretamente os direitos, tornando a prática desses deveres, que são obrigatórios, em meras teorias.

Segundo o Direito Penal, o infrator é aquele que viola as leis a partir de ações consideradas ilegais, sendo elas, não necessariamente puníveis, contudo, condenável por uma ou mais pessoas da sociedade. Porém, considerar apenas o ato do infrator sobre algo sem contextualizar quem é o indivíduo, torna o caso incompleto e injusto.

Pelo sujeito ter em si aspectos psicológicos que são influenciados pelo contexto social, econômico e familiar, os delitos deveriam ser analisados considerando essas diversas características, para que assim tenha um julgamento justo. Nesse caso, a avaliação psicológica, se necessária no crime, irá investigar todos os aspectos do comportamento e do pensamento que levaram o indivíduo a cometer tais crimes. Dessa maneira, irá ser determinado quem é o criminoso, quais as experiências e se há déficits no estado mental.

Partindo desses pressupostos, o julgamento irá conter o diagnóstico feito por um profissional e, a partir disso, a condenação será embasada em diversos fatores que poderão provocar a adaptação da pena de acordo com as demandas do criminoso, como o estado psíquico, e isto possibilitará uma futura ressocialização do indivíduo.

A vítima é um indivíduo, família ou amigo que é alvo de uma ação criminosa praticada por um agente. Todavia, a vítima pode gerar uma contribuição

decisiva na criminogênese. Além disso, a criminologia e a vitimologia estudam o processo de vitimização, este processo passa por uma série de fases, se prolonga para além do sofrimento direto do comportamento criminoso. (BANDEIRA; PORTUGAL, 2017). Sendo assim, o comportamento da vítima nos crimes pode vir a interferir no processo de julgamento criminal. Dessa maneira, de acordo com a vitimização, os atos da vítima devem ser considerados e analisados, pois podem ter significados no contexto do crime e não apenas considerados os delitos cometidos pelo incriminado.

O contexto é a interrelação de circunstâncias que acompanham um fato ou uma situação. Nesse sentido, o ambiente social e econômico, podem vir a interferir no estado mental de uma pessoa. Quando à ocorrência disso, a testagem psicológica definirá como os contextos aos quais o incriminado foi criado, influenciaram positivamente e negativamente, nas ações do mesmo. Assim como, segundo Shecaira (2018), “podemos definir o controle social como um conjunto de mecanismos e sanções sociais que pretendem submeter o indivíduo aos modelos e normas comunitários”. Isto propõe que, todos os indivíduos têm a obrigatoriedade de seguirem as normas criadas pelo Estado e aprovados pela comunidade, para padronizar um modelo de atos perante o social. No entanto, há pessoas que comentem infrações e, a consequência, é o processo judicial contra estas. Portanto, durante este processo, o crime, o infrator, a vítima e o contexto devem ser considerados para definir as motivações, assim como, as avaliações psicológicas do estado psíquico para determinar uma sentença adequada e adaptada ao condenado.

Logo, considerar o indivíduo como o resultado das experiências e vivências que o ambiente externo à ele o proporcionou, é tornar a psicologia aplicada à justiça indispensável para um julgamento justo. Sendo assim, torna-se significativo a investigação do crime considerando as interferências do contexto extrínseco aplicadas não somente aos aspectos psicológicos do incriminado, mas as circunstâncias e motivações do mesmo no momento do crime contra a vítima. Portanto, a contribuição por parte da criminologia juntamente com a avaliação psicológica, possibilita a definição do estado mental do indivíduo.

2.2. Avaliação psicológica como prova no sistema judiciário brasileiro

O trabalho do psicólogo junto ao Sistema Judiciário Brasileiro é recente. O papel dele se tornou oficial apenas em 1985 a partir da Lei de Execução, na qual o profissional passou a ser reconhecido também pela Instituição Penitenciária. O campo de atuação está centrado na avaliação psicológica de casos que necessitam do diagnóstico para determinar as causas do crime para ocorrer um julgamento moralmente justo. Mesmo após a oficialização do papel do psicólogo, o sistema penal não subsidia os indivíduos de acordo com a lei, assim como, oferecem menos soluções de ressocialização e inserção na sociedade.

Com o advento da Psicanálise, a abordagem frente à doença mental passou a valorizar o sujeito de forma mais compreensiva e com um enfoque dinâmico. Como consequência, o psicodiagnóstico ganhou força, deixando de lado um enfoque eminentemente médico para incluir aspectos psicológicos (CUNHA, 1993, s/p).

Portanto, ao analisar o homem como um todo, o psicólogo consegue efetivar o seu papel frente ao sistema judicial e promover justiça nos casos que necessitam de psicodiagnóstico. Sendo assim, segundo Brega Filho (2004), o objetivo da avaliação é analisar o comportamento e a personalidade da vítima perante a situação, assim como, traçar o perfil e compreender as motivações do criminoso levando em consideração o aspecto psíquico no momento do ocorrido. Logo, averigua-se se a prática do crime foi estimulada pela atitude da vítima determinando uma participação ativa ou passiva no crime e, ao mesmo tempo, investiga se será requerido ao incriminado indenizações em virtude dos danos psíquicos, no intuito de acarretar um julgamento com sentença direcionada as necessidades do estado mental.

Na teoria, a finalidade do sistema prisional brasileiro é proteger a sociedade daqueles que transgrediram as leis a partir do encarceramento e, posteriormente à soltura, promover a reinserção na sociedade. Mas, na prática, isto não é executado de maneira efetiva, pois o sistema penitenciário não aplica os direitos humanos a estes incriminados e, conseqüentemente, o indivíduo não consegue se inserir novamente no âmbito social.

As avaliações psicológicas individualizadas, previstas em lei, são inviáveis nos presídios brasileiros em razão das superpopulações existentes. Pelo mesmo motivo, proporcionar um "tratamento penal" aos apenados ou

estabelecer outro tipo de relações institucionais com os demais funcionários, internos e/ou seus familiares são tarefas difíceis para os psicólogos que trabalham junto ao sistema carcerário (KOLKER, 2004, s/p).

Segundo Piccinini (2006), esses sujeitos recebem medida de segurança, decretada pelo juiz e são encaminhados para Institutos Psiquiátricos Forenses (IPF), na qual, eles são responsáveis pelo atendimento psiquiátrico à rede penitenciária. Desse modo, a inclusão da psicologia nos processos legais foi advinda da necessidade de verificar a veracidade dos testemunhos, além de avaliar a capacidade psíquica do incriminado com a finalidade de examinar se o indivíduo tem ou não algum distúrbio que o incapacite de se responsabilizar pelo ato que cometeu. Em vista disso, o diagnóstico do profissional não fica limitado aos conhecimentos advindos dos resultados das ações do incriminado no contexto do crime, mas busca compreender os atos do ser humano, considerando os aspectos psicológicos, afetivos e comportamentais.

Dessa maneira, segundo o Conselho Federal de Psicologia (2007), a avaliação psicológica é um processo de construção de conhecimentos acerca de aspectos psicológicos, com a finalidade de produzir, orientar, monitorar e encaminhar ações e intervenções sobre a pessoa avaliada, e, portanto, requer cuidados no planejamento, na análise e na síntese dos resultados obtidos. Por este motivo que, atualmente, os psicólogos utilizam avaliações com resultados fidedignos, pois além de subsidiar no processo de justiça, também determina sentenças de acordo com as necessidades específicas do transtorno mental.

No que se refere ao psicólogo e a avaliação psicológica, o artigo 5º determina que “os condenados serão classificados segundo sua personalidade e antecedentes criminais, para orientar a individualização da execução penal”. Isto significa que, deve ser considerada a avaliação psicológica por ser baseado em dados científicos e que, conseqüentemente, determinarão quais foram as motivações e se houve a interferência do déficit cognitivo na execução do crime. Sendo assim, Jung (2014, s/p) explicita que

O primeiro momento do avaliado com o avaliando dar-se-á por meio da(s) entrevista(s) psicológica(s), onde o psicólogo jurídico investigará aspectos pertinentes à vida do avaliado e buscará a compreensão do funcionamento psicológico do mesmo, visando à intersecção da percepção do indivíduo com os fatos referentes ao processo delituoso, observação de suas

linguagens verbal e não-verbal. É nesse momento, também, que o psicólogo informará ao indivíduo dados referentes ao processo avaliativo, como: objetivo, horários, lugar, e se for o caso, honorários.

Posto isto, a utilização dessas entrevistas juntamente com os instrumentos psicológicos, servem como um meio de comunicação entre os aspectos psíquicos, emocionais e comportamentais do indivíduo para com o psicólogo que, a partir da coleta das informações, torna-se indispensável a apresentação do diagnóstico no processo judiciário. Logo, segundo Silva (2003) “no âmbito judicial, a psicologia jurídica e a avaliação psicológica têm caminhado juntas, se aperfeiçoando ao longo do tempo para acompanhar as demandas da justiça”. Concluindo que, a avaliação psicológica feita por um profissional é indispensável como prova nos casos em que o estado mental deve ser acatado e empregado no processo judicial do incriminado, assim como levar em consideração os direitos humanos quando estes recebem as suas sentenças, na qual, o sistema judiciário brasileiro necessitaria, de acordo com a lei, executá-las conforme a especificidade do transtorno psicológico. Logo, a partir do momento em que todos os aspectos são adotados, o julgamento se torna justo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi explicitar como o papel do psicólogo ao aplicar a avaliação psicológica é importante para os casos em que há necessidade de obter a sentença a partir do resultado dos diagnósticos do incriminado em relação ao transtorno psicológico apresentado. E, sendo assim, garantir que os direitos do criminoso estejam em ajuste com lei, na qual, o sistema judicial tem o dever de aplicá-los e considerar a testagem com base científica no julgamento. Portanto, a partir da leitura e discussão dos autores, as considerações foram que o papel do psicólogo, no sistema judiciário e penitenciário é recente, mas que, a partir da oficialização, trouxe subsídios e resultados que contribuíram para uma condenação pautada nas necessidades específicas do estado mental. Logo, o indivíduo foi considerado como um todo, em que sofre influências ambientes, sociais e culturais, assim como, o estado psíquico interfere, de maneira significativa, nas ações do criminoso.

A busca por material relacionado as avaliações psicológicas em condenados que necessitavam de diagnóstico para uma sentença justa, foi de difícil

procura. O motivo seria que, por o psicólogo ser de recente oficialização no sistema judiciário brasileiro na participação de casos em que o incriminado precisa do suporte da testagem científica como prova em seu julgamento, não se tem muitas pesquisas e artigos sobre o tema, acarretando uma escassez de materiais.

A partir do que foi lido e percorrido no artigo, o que pode vir a ser feito é tornar o psicólogo um papel obrigatório em casos em que a avaliação psicológica irá ter influência na sentença final. Assim como, este diagnóstico elaborado com base científica, deve conter as interferências emocionais, ambientais, comportamentais e psicológicas que levaram o criminoso a cometer tais atos. Além disso, a utilização da avaliação pelo sistema judiciário brasileiro e pelos jurados, tem o objetivo de basear a condenação não apenas no crime em si, mas em todos os aspectos que levaram a isto ocorrer e, portanto, acarretando uma acusação específica as demandas do transtorno psíquico. Com isto sendo feito, a ressocialização do incriminado na sociedade será facilitada e, a partir disso, o estado disponibilizar tratamentos e acompanhamentos psicológicos para o indivíduo durante toda a vida, na qual os gastos serão de responsabilidade do mesmo.

REFERÊNCIAS

MIRANDA JUNIOR, Hélio Cardoso de. Psicologia e justiça: a psicologia e as práticas judiciárias na construção do ideal de justiça. Psicologia: ciência e profissão, Brasília, v.18, n.1, p.28-37,1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931998000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de abril de 2021.

BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi; FURTADO, Odair. Psicologia. 2. ed .São Paulo: Saraiva Educação, 2009. (Série em foco)
SILVA, Lorraine Thalita Honorato. Criminologia: a influência das vítimas nos crimes. 2020.

LAGO, Vivian de Medeiros et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. Estudos de psicologia. Campinas, v.26, n.4, p.483-491, dec. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de maio de 2021.

MOURA, Gabriela Costa et al. Avaliação psicológica no contexto das instituições de justiça. Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS, v.3, n.1, p.149-166, 2015.

A EMPATIA E O RECONHECIMENTO DE EXPRESSÕES FACIAIS NAS RELAÇÕES CONJUGAIS CONTEMPORÂNEAS

Alana Semeone Caparroz
Graduanda em Psicologia–Uni-FACEF
Alanascaparroz@gmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Doutora em Psicologia-Uni-FACEF
sofiagracioli@yahoo.com.br

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, as relações conjugais assumem diversas formas e, em geral, podem ser caracterizadas como uma relação entre pessoas que se unem uma à outra, com propósito de vida mútua em comum, e que juntas contribuem para a realização de suas necessidades sociais, afetivas e sexuais. Tradicionalmente, essa união pode ser estabelecida formalmente por meio do casamento, isto é, nas condições sancionadas pelo direito (legitimação civil e/ou religiosa) ou informalmente, através de uma união estável, onde o casal também partilha de uma convivência contínua e duradoura com os mesmos propósitos.

Segundo Dias (2000), a busca pela satisfação é uma das características determinantes do casamento contemporâneo. Dela Coleta apud Malamut (2010) explica que

Em termos gerais, reconhece-se hoje que a satisfação conjugal é um fenômeno complexo, no qual interferem diversas variáveis tais como: características de personalidade, valores, atitudes e necessidades, sexo, momento do ciclo familiar, presença de filhos, nível de escolaridade, nível socioeconômico, nível cultural, trabalho remunerado e experiência sexual anterior ao casamento (DELA COLETA apud MALAMUT, 2010 p. 36).

Alguns estudos sugerem uma correlação entre satisfação conjugal e empatia, pois essa é uma capacidade que influencia na comunicação do casal e auxilia na forma de lidar com as adversidades geradas pelo relacionamento.

Dentre os vários conceitos de empatia encontrados na literatura são identificados pontos em comum indicando que o indivíduo empático deve ter

a capacidade de perceber, sem julgar, os sinais mais sutis que representam as emoções e os sentimentos da outra pessoa, além de comunicar esse entendimento de forma sensível, fazendo com que a pessoa-alvo se sinta compreendida (BEVELAS, BLACK, LEMERY & MULLETT; BOHART & TALLMAN; FALCONE; ICLES & SIMPSON, apud OLIVEIRA, FALCONE & JUNIOR, 2009 p. 287).

A empatia, portanto, é uma habilidade social essencial para a obtenção de uma relação satisfatória, uma vez que, compreender o sentimento e a perspectiva do outro possibilita interações sociais mais gratificantes. Uma das maneiras pela qual essa comunicação é realizada e percebida é por meio da percepção das expressões faciais das emoções.

A percepção de expressões faciais desempenha um importante papel na apreciação de nosso ambiente físico e social, sendo crucial no desenvolvimento e na regulação dos relacionamentos interpessoais (EKMAN, 1999). Quando manifestamos as nossas emoções por meio das expressões faciais, estamos emitindo sinais importantes para que o outro nos entenda, da mesma forma que reconhecer esses sinais no outro nos permite entender as suas intenções, compreender normas, procedimentos e regras sociais.

Conforme apresentado acima, a empatia e o reconhecimento de expressões faciais emocionais são elementos importantes para o estabelecimento de melhores interações. Nesse contexto, a principal motivação para essa pesquisa, reside na relevância de estudar e melhor compreender esses processos associados às interações sociais dos seres humanos na contemporaneidade, especificamente nas relações conjugais, pois estas têm demonstrado uma alta fragilidade, sendo de interesse desse estudo, portanto, analisar a relação da empatia com a habilidade de reconhecimento de expressões faciais e a influência desses sobre a satisfação conjugal, tendo como metodologia a realização de uma pesquisa bibliográfica crítica.

2. RELAÇÕES CONJUGAIS CONTEMPORÂNEAS

2.1. A fragilidade dos laços

Em decorrência de fatores socioculturais, econômicos e emocionais que regeram cada período histórico, é expresso em nossa conserva cultural as diversas funções e modificações que o casamento assumiu na sociedade desde a

antiguidade até os dias atuais, passando de um ato de estabelecimento de acordos políticos à demonstração de amor literal.

Sabe-se que o estudo da história humana assume importância primordial para a compreensão do homem enquanto ser que constrói seu tempo, isto é, entender a partir do passado, o presente e assim também transformar o futuro. No entanto, o foco deste capítulo é destinado ao casamento e ao amor na contemporaneidade, uma vez que, estes apresentam-se altamente comprometidos a um vazio conceitual.

Talvez o vazio conceitual se deva à dificuldade de expressão do amor no mundo contemporâneo. O desenvolvimento dos centros urbanos criou o fenômeno da "multidão solitária": as pessoas estão lado a lado, mas suas relações são de contiguidade, seus contatos dificilmente se aprofundam, sendo raro o encontro verdadeiro. (ARANHA e MARTINS, 1993, p.305).

Essa incapacidade de manter relacionamentos longos e contínuos atesta a intensa era de individualização da sociedade. Outrossim, a duplicidade da busca pela satisfação conjugal em contraste com o medo da perda da liberdade estão estampados na fragilidade dos laços humanos na contemporaneidade. Bauman (2004) especifica essa ideia em seu livro "Amor Líquido" relatando que o que as pessoas buscam ouvir de especialistas atualmente

[...] é algo como a solução do problema da quadratura do círculo: comer o bolo e ao mesmo tempo conservá-lo; desfrutar das doces delícias de um relacionamento evitando, simultaneamente, seus momentos mais amargos e penosos; forçar uma relação a permitir sem desautorizar, possibilitar sem invalidar, satisfazer sem oprimir (BAUMAN, 2004 p. 7).

Shinyashiki (2000, p. 67), compartilhando da mesma opinião, alega que "as pessoas não querem se vincular a alguém porque têm medo de perder a liberdade, já que se sentem presas na relação", no entanto, Aranha e Martins (1993) sinalizam que tais fatores são características do amor imaturo, que é exclusivista, possessivo, egoísta e dominador, pois o amor puro não obstrói a liberdade do outro:

O amor, sendo o desejo de união com o outro, estabelece um tipo de vínculo paradoxal porque o amante cativa para ser amado livremente, o fascínio é gerador de poder: o poder da atração de um sobre o outro. No entanto tal "cativeiro" não pode ser entendido como ausência de liberdade, pois a união é condição de expressão cada vez mais enriquecida da nossa sensibilidade e personalidade. (ARANHA e MARTINS, 1993, p.304).

Há também a fluidez do amor retratada por Kierkegaard (1994) que reflete igualmente nos tempos atuais. A esplendorosa relação feita por ele entre o amor e a decadência grega mostra que:

tudo subsiste, porém ninguém crê mais nas velhas formas. Desapareceram os vínculos espirituais que as legitimaram, e toda a época se nos parece tragicômica: trágica porque sombria, cômica porque ainda subsiste. Pois o perecível é sempre, em suma, o suporte do imperecível, e o espiritual do material. (KIERKEGAARD, 1994, p. 17)

Diante dessa perspectiva, espera-se que as relações futuras se mantenham no mesmo curso, firmadas no individualismo, no imediatismo e na busca pelo prazer e pela liberdade acima de quaisquer outros valores. “Há ainda a ideia de que nada dura para sempre, e a rapidez com que as pessoas constituem vínculos afetivos seria proporcional ao tempo que levam para rompê-los” (ZORDAN & STREY, 2010, p. 67).

2.2. Amor de vitrine: mídia e repercussões da sociedade atual

A República (1993), memorável obra platônica, traz em seu sétimo capítulo a alegoria da caverna em que, resumidamente, é mostrado uma metáfora da vida humana que se pode relacionar perfeitamente com o modo de viver das pessoas na modernidade: pessoas comuns (prisioneiros) que vivem em um mundo limitado (caverna) e que muitas das vezes acabam por sentir e ver uma verdade errônea e enganosa (sombras projetadas nas paredes) de um senso comum julgado como verdadeiro.

Nesse sentido, Guy Debord (2000) criou o conceito de “sociedade do espetáculo”, “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens”, ou seja, as relações acontecem a partir de dispositivos midiáticos. Para o autor, a lógica da sociedade contemporânea é a lógica da espetacularização da vida em que todos sentem a necessidade de transformar toda e qualquer coisa em espetáculo ou de consumir tais espetáculos. Essa dinâmica, intensificada nas últimas décadas, manipula a realidade e constrói uma sociedade padronizada voltada para o consumo hedonista:

[...] que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro. A promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que se deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a “experiência amorosa” à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas essas características e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço (BAUMAN, 2005, p. 11).

Na atualidade temos principalmente as redes sociais (instagram, facebook, whatsapp, tiktok) como este meio de perpetuação, que torna o parecer mais importante do que ser, posto que, as pessoas passam nas redes sociais uma imagem falsa, às vezes, só para terem mais visibilidade por alguém ou por grupos específicos. Portanto, se relacionar com pessoas através de imagens não permite conhecer o outro como ele realmente é, e sim, como ele se mostra ser, causando uma confusão entre ficção e realidade.

Baudrillard (apud MOREIRA, 2010) parte do mesmo posicionamento ao entender que tudo é vivido antecipadamente de forma virtual, sendo a consequência disso o esvaziamento da realidade, pois não somos mais capazes de distinguir o real do imaginário, gerando a fragmentação das cidades modernas e o esvaziamento das atividades sociais.

Além disso, com a virtualidade surge a aspiração de encontrar e se unir a alguém baseado em um padrão estético irreal que só existe através das telas. Essas imagens passam a representar a realidade em si e não somente a representação dela: “quando confrontados com uma imagem fotograficamente/eletronicamente obtida, nada parece erguer-se entre nós e a realidade; nada que possa capturar ou distrair nosso olhar” (BAUMAN, 2008, p. 30).

Partindo desta discussão, constata-se que os instrumentos tecnológicos permitiram grandes avanços no processo de comunicação entre as pessoas, fazendo com que as relações sociais se desenvolvessem melhor e mais facilmente, contudo dificultou o controle. Tendo em vista essas circunstâncias junto a comodidade e conveniência proporcionada por tais instrumentos, têm-se gerado novas formas de se relacionar, infelizmente, baseadas em princípios questionáveis e com grandes malefícios para o futuro, mas que são a nova realidade do mundo contemporâneo.

2.3. Empatia e satisfação conjugal

A empatia tem grande importância em diversos contextos de interação social, visto que, afeta diretamente o ajustamento social das pessoas, isto é, a maneira pela qual essas pessoas buscam se adaptar e se harmonizar na sociedade para uma interação mais saudável. De acordo com Stephany (2014), esta é uma das habilidades mais importantes a serem desenvolvidas pelo ser humano, pois é a base de uma comunicação efetiva.

“A ausência desta habilidade possibilitaria a ocorrência de muitos conflitos e pesquisas atestam que a habilidade empática é uma das habilidades sociais que tornam as pessoas mais satisfeitas em suas relações conjugais” (FIGUEREDO apud FONSECA e CARVALHO, 2016, online). Em concordância com isso, Malamut (2009) verificou que demonstrar empatia quando o outro enfrenta alguma dificuldade, buscando ouvi-lo e compreendê-lo, gera um sentimento de segurança e valor, tendo como consequência o estabelecimento de um relacionamento mais feliz e satisfatório.

O termo empatia foi criado para explicar uma série de manifestações humanas que envolvem o conhecimento do outro, possibilitando compreender suas ideias e sentimentos (DECETY; ICKES, 2009, tradução nossa).

Conforme Balconi e Pozzoli (apud PARREIRA, 2013), os indivíduos que apresentam a capacidade de detectar com precisão a informação emocional exibida pelo outro são mais sensíveis ao conteúdo emocional dos estímulos, além de serem capazes de identificar as diferentes expressões faciais corretamente. Essa habilidade está incluída num domínio cognitivo complexo chamado cognição social, responsável pela “capacidade de entender as intenções de outra pessoa, de compreender normas, procedimentos e regras sociais” (MITCHEL & PHILLIPS; APA apud AVILA et al. 2016).

Diante de uma perspectiva multidimensional, a empatia se constitui por meio de três componentes:

- (a) um componente cognitivo, caracterizado por uma capacidade de compreender acuradamente a perspectiva e os sentimentos dos outros, referido como tomada de perspectiva; (b) um componente afetivo, caracterizado por sentimentos de compaixão/preocupação com a outra pessoa; e (c) um componente comportamental, entendido como manifestações verbais e não verbais de compreensão dos estados internos da outra pessoa (FALCONE apud SARDINHA, FALCONE & FERREIRA, 2009, p. 396).

Segundo Malamut (2010), é necessário que todos estes componentes ajam em conjunto para que o comportamento empático ocorra, pois, somente a prática de um separadamente não é suficiente para caracterizá-lo, já que, por exemplo, uma pessoa pode compreender a perspectiva e os sentimentos de outrem e utilizá-los para benefício próprio. Da mesma maneira, experimentar compaixão por alguém não indica necessariamente que houve um entendimento acurado (FALCONE apud MALAMUT, 2010). Por fim, conforme Falcone (1999), a interação empática também deve envolver a transmissão de entendimento de tal maneira que o outro se sinta verdadeiramente compreendido e acolhido.

A partir disso, percebe-se a necessidade de desenvolver um comportamento empático diante das mais diversas interações, principalmente no âmbito dos relacionamentos conjugais, possibilitando relações mais saudáveis e um nível maior de satisfação aos cônjuges.

3. EMOÇÕES E SUAS EXPRESSÕES FACIAIS

O estudo das emoções se faz presente desde a antiguidade e, até o momento, não se pode dar uma definição exata desse conceito em função de sua natureza multicomponencial que suscitou a criação de inúmeras teorias as quais apresentam uma ampla variedade de perspectivas. Desta maneira, pode-se investigar esse fenômeno a partir de diferentes óticas, tais como a psicológica e a biológica. Em concordância com isso, Nobre (2011, p. 121) discorre que “a experiência emocional não é um fenômeno unitário, varia de pessoa para pessoa e é o resultado de vários eventos”. Para ele, no caso mais simples,

A emoção se expressa por um ato motor, de natureza motivacional, desencadeado por sensações provocadas por estímulos sensoriais do meio onde se encontra o indivíduo. A emoção, entretanto, pode incluir um conjunto de pensamentos e planos sobre um evento que já ocorreu, está ocorrendo ou que vai acontecer e manifestar-se através de expressões faciais características. Ao lado disto, podem ocorrer alterações endócrinas e autonômicas importantes [...] (NOBRE, 2011, p. 121).

Griffithis (1997, p. 77) também ressalta que as reações emocionais são complexas porque envolvem muitos elementos, especificamente, mudanças faciais expressivas, reações músculo-esqueléticas, mudanças vocais, mudanças no

sistema endócrino e, conseqüentemente, mudanças no nível hormonal e no sistema nervoso autônomo.

Darwin (1872/2000), além de argumentar que as emoções humanas são resultadas da evolução de um conjunto de estados emocionais que possuíam uma função adaptativa, enfatizou a importância da face para os seres humanos uma vez que ela expressa emoções por meio dos movimentos musculares. Ele realizou uma série de experimentos e propôs a existência de seis expressões emocionais universais, isto é, emoções que possuem maior probabilidade de serem expressas de maneira semelhante e de serem reconhecidas universalmente (ANDERSEN e GUERRERO, 1998), sendo elas: felicidade, tristeza, raiva, medo, surpresa e nojo. Posteriormente, Ekman e Friesen (1971, 1978) realizaram pesquisas comprovando a existência de um padrão morfológico de cada uma dessas emoções e propuseram a existência de mais uma expressão universal básica/primária, o desprezo, discorrendo sobre as características, funções e a importância dessas expressões para a nossa vida.

É importante enfatizar que a literatura apresenta uma considerável variação de categorias sobre as emoções básicas/primárias, no entanto, serão consideradas nesse estudo as sete emoções citadas acima.

Figura 1 - Expressões faciais das emoções

Fonte: TAMBORIM, 2017

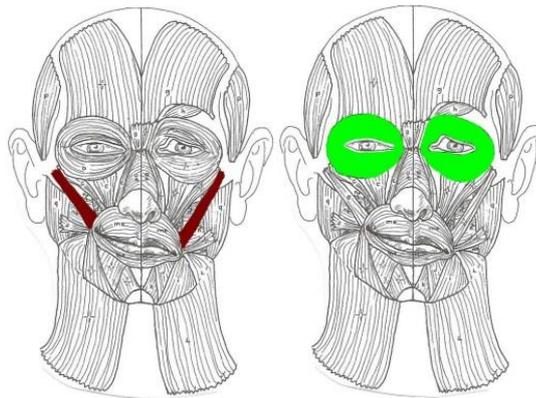
3.1. Felicidade

A felicidade é, para muitos, a mais desejável das sete emoções universais, geralmente decorrentes da conexão ou do prazer sensorial. A palavra felicidade e prazer podem ser trocadas, embora cada vez mais as pessoas usem a palavra felicidade para se referir ao seu senso geral de bem-estar ou avaliação de suas vidas, em vez de uma emoção de prazer particular. (PAUL EKMAN GROUP, c2020, tradução nossa).

Baseado no Facial Action Coding System: The Manual (Sistema de Codificação de Ação Facial: O Manual), Tamborim (2020) diz que a expressão da emoção de felicidade é caracterizada pelo levantamento simétrico do músculo zigomático maior (figura 2), que compreende o canto da comissura labial dos ângulos dos lábios e se estende até a base do arco zigomático localizado no “osso da bochecha” (osso zigomático). Quando ocorre a ativação do zigomático maior, a aparência dos lábios é alterada e os cantos dos lábios são levantados superior e obliquamente. Essa alteração pode variar dependendo da intensidade com que esse músculo é ativado.

O autor também explica que em um sorriso genuíno ou sorriso de Duchenne, nome dado ao sorriso verdadeiro, há também o levantamento das bochechas e a contração orbital nos olhos (figura 3), que resulta no rebaixamento da pele entre as pálpebras e a sobrancelha, formando os chamados “pés de galinha”. Essa expressão pode significar um importante sinal amistoso e pode indicar aceitação e aprovação.

Figuras 2 e 3 - Músculos zigomático maior e orbicular dos olhos



Fonte: GOZZI, [s.d]

3.2. Desprezo

A menos pesquisada das sete emoções universais, o desprezo é o sentimento de antipatia e superioridade (geralmente moral) sobre outra pessoa, grupo de pessoas e/ou suas ações. Foi aceito por muitos especialistas em emoções como uma emoção universal, no entanto, alguns cientistas de emoções ainda não a consideram como uma emoção universal (PAUL EKMAN GROUP, c2020, tradução nossa).

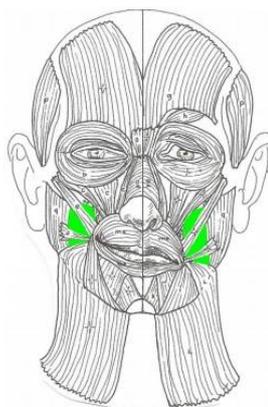
Tamborim (2020) coloca que entre todas as outras prototipagens de micro expressão facial, o desprezo é a única que possui uma expressão assimétrica. O músculo denominado bucinador (figura 4) é acionado fazendo com que somente um dos lados se contraia e levante, ou seja, há a acentuação assimétrica das comissuras labiais que formam a parte interna do canto do ângulo da boca, diferentemente da expressão de felicidade na qual os dois lados se levantam simetricamente.

Por isso, o autor ainda ressalta que o desprezo, muitas vezes, pode vir mascarado em um sorriso social (falso sorriso), mas nesse caso, um dos lados dos

lábios se levanta mais rápido, sobe mais alto ou se abaixa mais lentamente que o outro lado.

Sendo assim, a função principal da expressão de desprezo é indicar desaprovação, sinalizar um sentimento de superioridade e de afirmar poder ou status, estando associado com impulsos de violência e narcisismo e, portanto, sendo considerada socialmente muito negativa.

Figura 4 - Músculo bucinador



Fonte: GOZZI, [s.d]

3.3. Nojo

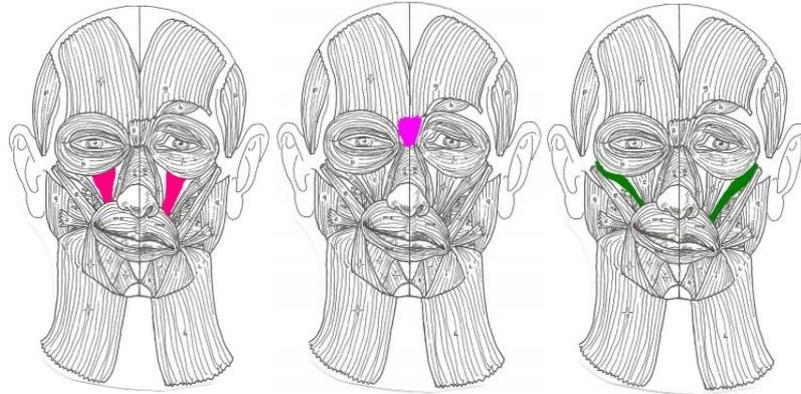
O nojo surge como um sentimento de aversão a algo ofensivo. Podemos sentir nojo por algo que percebemos com nossos sentidos físicos (visão, olfato, tato, audição, paladar), pelas ações ou aparências das pessoas, e até mesmo por ideias. (PAUL EKMAN GROUP, c2020, tradução nossa).

Em sua explicação, Tamborim (2020) demonstra que a micro expressão de nojo conta com dois conjuntos musculares que agem de maneira sincronizada: o levantador do lábio superior (figura 5) e o prócero (figura 6). Esses músculos fazem com que ocorram a contração da face mediana, gerando rugas na região lateral do nariz, e, o levantamento do lábio superior, podendo deixar os dentes superiores visíveis, sendo que quanto maior o levantamento do lábio superior, maior é a intensidade do estímulo da emoção do nojo.

Ademais, ainda segundo o autor, o músculo zigomático menor (figura 7) também é responsável por caracterizar a expressão de nojo, causando a

acentuação do sulco nasolabial ao mesmo tempo em que puxa obliquamente a pele para lados opostos.

Figuras 5, 6 e 7 - Músculos levantador do lábio superior, prócero e zigomático menor



Fonte: GOZZI, [s.d]

3.4. Raiva

A emoção de raiva surge quando somos impedidos de perseguir um objetivo e/ou quando somos tratados injustamente. Em sua forma mais extrema, a raiva pode ser uma das emoções mais perigosas por causa de sua conexão potencial com a violência e, portanto, é uma emoção comum para buscar ajuda para lidar com ela (PAUL EKMAN GROUP, c2020, tradução nossa).

A micro expressão de raiva, Segundo Tamborim (2020), no caso em que o sentimento de raiva se apresenta controlado, pode-se caracterizar somente pelo tensionamento das pálpebras superiores e inferiores ou em sincronia com o abaixamento das sobrancelhas simétrica e obliquamente.

O autor explica que, respectivamente, o músculo responsável por realizar essa função é o mesmo encontrado na parte superior da expressão de felicidade, o orbicular dos olhos (figura 3), no entanto, acrescenta-se a ativação de outra unidade de ação, o tensor da pálpebra. Também entram em cena dois músculos que agem em conjunto, o depressor do supercílio, que tem como ação puxar a sobrancelha para baixo e, o músculo corrugador do supercílio (figura 8), que traz as sobrancelhas uma em direção a outra, podendo produzir rugas verticais ou até mesmo angulares entre as sobrancelhas, rugas na “raiz do nariz” ou protusões musculares da porção medial da sobrancelha indo em direção ao centro. Além disso,

lábios pressionados, juntos e afinados (músculo orbicular da boca) são usualmente sinal de raiva controlada.

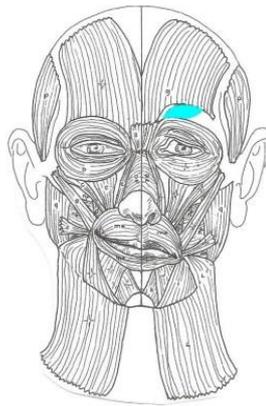
Quando a raiva se apresenta em uma maior intensidade, levemente deixando de ser controlada, pode ocorrer somente o tensionamento das pálpebras inferiores ou esse tensionamento em conjunto com as sobrancelhas abaixadas. Geralmente também será possível visualizar um olhar fixo direcionado ao objeto de raiva. Nesse caso, somente será ativada a unidade de ação do tensor da pálpebra no músculo orbicular dos olhos e os músculos depressor e corrugador de supercílio.

Ainda segundo o autor, também existe o que se denomina de "olhar furioso", no qual ocorre o abaixamento das sobrancelhas simétrica e obliquamente, o tensionamento das pálpebras inferiores e a elevação das pálpebras superiores, nesse cenário a raiva já deixou de ser controlada e é possível ver a verdadeira face da violência e agressão. O músculo responsável pela elevação das pálpebras superiores e que também tem a função de retrain a pálpebra tem o próprio nome de "levantador da pálpebra superior", e fica ocultado pelo músculo orbicular dos olhos, embaixo da pele da pálpebra.

Durante o sentimento de raiva, algumas pessoas também podem projetar a mandíbula para frente (músculo masseter), este comportamento relaciona-se com aspectos de linguagem corporal de dominância onde o indivíduo tenta parecer maior e mais intimidador. Essa projeção é uma forma do indivíduo tentar amenizar a sensação de raiva que vivencia naquele momento.

Pode-se dizer, portanto, que a emoção de raiva gera uma tendência de ataque que visa remover o objeto de raiva e mudar a situação atual, na maioria das vezes, de modo a aniquilar ou prejudicar o alvo.

Figura 8 - Músculo corrugador do supercílio



Fonte: GOZZI, [s.d]

3.5. Tristeza

A tristeza é uma das sete emoções universais experimentadas por todas as pessoas no mundo, resultantes da perda de alguém ou de algo importante. O que nos causa tristeza varia muito com base nas noções pessoais e culturais de perda. Embora a tristeza seja frequentemente considerada uma emoção “negativa”, ela desempenha um papel importante em sinalizar a necessidade de receber ajuda ou conforto (PAUL EKMAN GROUP, c2020, tradução nossa).

De acordo com Tamborim (2020), é possível identificar a micro expressão de tristeza no rosto de alguém quando os cantos internos da sobrancelha são levantados em direção ao centro da glabella. Isso se deve a unidade de ação “levantador da parte interna das sobrancelhas”, que ocorre por meio do músculo frontal (figura 9), especificamente na área denominada “pars medialis”. Essa ação faz com que haja uma acentuação na ruga na região da glabella e com que a pele no centro da testa produza rugas horizontais.

Além disso, pode haver outra unidade de ação, que faz com que haja uma atividade oblíqua, trazendo as sobrancelhas uma em direção à outra e também, criando uma tensão na região central, pois, o principal movimento dessa unidade de ação é baixar as sobrancelhas, gerando assim sulcos profundos de rugas, tanto verticais quanto angulares.

Na parte inferior da face, conforme tamborim (2020), ocorre a depressão simétrica dos ângulos da boca, como se fosse um sorriso invertido. A unidade de ação aqui recruta o músculo depressor do ângulo da boca (figura 10)

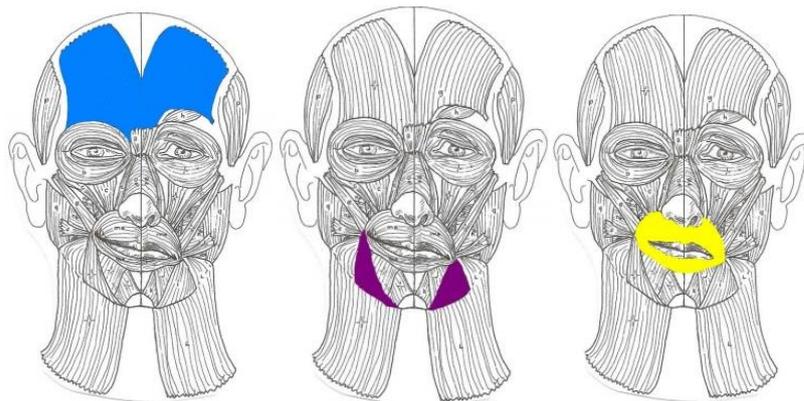
que tem como função puxar os ângulos dos cantos da boca lateralmente para baixo, de maneira oblíqua.

Conforme o autor, uma variação da expressão de tristeza conta com a depressão simétrica dos ângulos da boca em uma intensidade maior, ao passo que o músculo central do queixo é levantado (elevação do mento). As unidades de ação utilizadas aqui agem em conjunto, sendo elas: o depressor do ângulo da boca e o levantador do queixo. Geralmente o indivíduo com essa expressão está tentando conter sua emoção, como por exemplo, segurar o choro.

Ainda segundo Tamborim (2020), o pressionamento dos lábios um contra o outro pode ser um sinal de tristeza controlada, porém, diferentemente da raiva, o olhar é vago e sem foco (não é um sinal universal) e existe uma tensão menor entre o lábio superior e inferior. A unidade de ação é acionada pelo músculo orbicular da boca (figura 11).

Por fim, também pode se caracterizar como uma expressão de tristeza a protrusão do lábio inferior, isto é, o lábio inferior formando um “beicinho”, muito usado por crianças, indicando um começo de sentimento de tristeza. No entanto, é mais utilizada como um sinal auxiliar do que isoladamente.

Figuras 9, 10 e 11 - Músculos frontal, depressor do ângulo da boca e orbicular da boca



Fonte: GOZZI, [s.d]

3.6. Medo

O medo surge com a ameaça de dano, seja físico, emocional ou psicológico, real ou imaginário. Embora seja tradicionalmente considerado uma

emoção "negativa", o medo na verdade desempenha um papel importante em nos manter seguros, pois nos mobiliza para enfrentar o perigo potencial (PAUL EKMAN GROUP, c2020, tradução nossa).

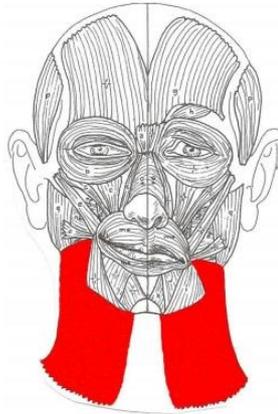
O primeiro ponto que Tamborim (2020) descreve em relação a micro expressão de medo é a ocorrência da elevação acentuada das pálpebras superiores, ocasionadas pelo músculo levantador da pálpebra superior, que leva ao aumento da abertura ocular. Na micro expressão de surpresa a pálpebra superior também se levanta, entretanto, é mais rápido e não tão alto e intenso como no medo.

O segundo ponto colocado pelo autor é a elevação acentuada das sobrancelhas e a tensão na região da glabella. Há a ativação do músculo frontal, com a utilização tanto da fibra "pars medialis" (acionada pela unidade de ação "levantador da sobrancelha interna") quanto da " pars lateralis" (acionada pela unidade de ação "levantador da sobrancelha externa"). Diferente do levantamento da sobrancelha na expressão de surpresa, aqui a sobrancelha sobe mais, de maneira mais tensa e possui uma duração maior.

Ademais, também ocorre a ativação da unidade de ação "abaixador da sobrancelha", no músculo corrugador de supercílio (figura 8), fazendo com que, enquanto as unidades de ações citadas acima elevem as sobrancelhas, essa traz uma ação oblíqua que faz com que as sobrancelhas sejam puxadas uma em direção a outra, criando uma grande tensão na região da glabella central.

A terceira parte destacada é uma combinação das duas anteriores e indicam medo intenso. Ao mesmo tempo em que as sobrancelhas são levantadas, criando uma tensão na testa, as pálpebras superiores também são elevadas revelando a esclera (parte branca dos olhos).

O quarto ponto, segundo Tamborim (2020), é focado na parte inferior do rosto, onde ocorre o estiramento horizontal da boca, que pode estar fechada ou aberta (mostrando os dentes inferiores). A unidade de ação usada nesse ponto é chamada de "estirador dos lábios" e é ativada pelo músculo risório. Além do mais, se o medo for intenso, percebe-se o tensionamento da musculatura do pescoço (músculo platísmo - figura 12). Essa expressão é conhecida como "sorriso amarelo", pois algumas pessoas tentam mascarar a emoção de medo com um sorriso.

Figura 12 - Músculo platisma

Fonte: GOZZI, [s.d]

3.7. Surpresa

A surpresa é uma das sete emoções universais e surge quando encontramos sons ou movimentos repentinos e inesperados. Como a mais breve das emoções universais, sua função é focar nossa atenção em determinar o que está acontecendo e se é ou não perigoso (PAUL EKMAN GROUP, c2020, tradução nossa).

Segundo Tamborim (2020), a micro expressão de surpresa apresenta certa similaridade com as micro expressões de medo, o que pode causar confusão, pois, os mesmos conjuntos musculares são acionados, contudo, a surpresa é uma emoção mais rápida com sinais mais sutis.

De acordo com o autor, na primeira parte da micro expressão de surpresa ocorre uma ligeira elevação das pálpebras superiores pela unidade de ação e músculo denominados "levantador da pálpebra superior", porém, não é tão intensa a ponto de se enxergar uma porção da esclera ocular como acontece no medo.

Outra forma de manifestar a surpresa é por meio de uma ligeira elevação das sobrancelhas, aparentando estar suavemente arredondadas. Ocorre a mesma ativação da micro expressão de medo, ou seja, do músculo frontal (figura 9), com a utilização tanto da fibra "pars medialis" (acionada pela unidade de ação "levantador da sobrancelha interna") quanto da " pars lateralis" (acionada pela unidade de ação "levantador da sobrancelha externa").

Também ocorre a combinação dos dois aspectos anteriores, ou seja, de maneira síncrona há uma ligeira elevação das sobrancelhas e das pálpebras superiores.

Já na parte inferior, conforme Tamborim (2020) ocorre uma abertura relaxada da boca. Nesse caso ocorre o relaxamento da unidade de ação “queda do mento”, que faz com que os músculos temporalis, pterygoid e masseter relaxem, por isso, a boca se abre de maneira suave e mais lenta.

Ainda segundo o autor, existe a aplicação da regra do sincronismo e simetria com os outros pontos, isto é, quanto mais alto as sobrancelhas e as pálpebras superiores são levantadas, mas aberta a boca estará durante a emoção de surpresa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, na presente revisão, que o individualismo, a dificuldade de expressão do amor, a busca pela satisfação em contraste com o medo da perda da liberdade e a ideia de que nada dura para sempre, estão entre as principais características das relações conjugais contemporâneas.

A análise bibliográfica do construto empatia mostra que há influência dessa habilidade social na satisfação conjugal, no entanto, este é um fenômeno complexo que além desse fator envolve características de personalidade, momento do ciclo familiar, presença de filhos, trabalho remunerado, entre outros, que também devem ser investigados para determinar o nível de satisfação de um relacionamento amoroso.

A partir do que foi apresentado, também foi possível averiguar a relação entre a empatia e o reconhecimento de expressões faciais, pois, uma das maneiras de compreender o sentimento e a perspectiva do outro, assim como manifestar tal compreensão, é por meio da percepção das expressões faciais das emoções.

Por fim, espera-se que essa revisão possa contribuir para futuros estudos e reflexões, visando à melhoria do comportamento empático, da habilidade de reconhecer as emoções e, conseqüentemente, da satisfação conjugal e da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, P. A. & GUERRERO, L. K. **Handbook of Communication and Emotion: Research, Theory, Applications, and Contexts.** San Diego: Academic Press, 1998.

ARANHA, M. L. A. de; MARTINS, M. H. P. 2. ed. **Filosofando: introdução à filosofia.** São Paulo: Moderna, 1993.

AVILA, R. F. de et al. Empatia e reconhecimento de expressões faciais de emoções básicas e complexas em estudantes de Medicina. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 209-214, Set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852016000300209&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BAUMAN, Z. **Medo líquido.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.

COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento.** 1° ed. São Paulo: ATLAS, 2003.

DARWIN, C. **A expressão das emoções nos homens e nos animais.** 2° ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1872/2000.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DECETY, J.; ICKES, W. Seeking to Understand the Minds (and Brains) of People Who are Seeking to Understand Other People's Minds. IN: DECETY, J; ICKES, W. (ed.) **The social neuroscience of empathy.** The MIT Press: Cambridge, 2009. p. vi-ix.

DELA COLETA, M.F. **Locus de Controle e Satisfação Conjugal.** 1989. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasília.

DIAS, M. **A construção do casal: Um estudo sobre as relações conjugais contemporâneas.** 2000. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2000.

EKMAN, P. Facial expressions. In: DALGLEISH, T.; POWER, M. **Handbook of cognition and emotion.** New York: John Wiley & Sons, 1999. p. 301-320.

EKMAN, P.; FRIESEN, W.V. Constants across cultures in the face and emotion. **Journal of Personality and Social Psychology.** v.17, n.2, p.124-129. 1971.

EKMAN, P.; FRIESEN, W.V. **Facial action coding system: investigator's guide.** Palo Alto: Consulting Psychologist Press. 1978.

FALCONE, E. M. O. A avaliação de um programa de treinamento da empatia com universitários. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v.1, n.1, p. 23-32, 1999.

FONSECA, Regina Coeli Tannus; CARVALHO, Ana Lúcia Novais. O papel da empatia e da comunicação assertiva na satisfação conjugal em casamentos de longa duração. **Polêmica**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 040-058, maio 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/polemica/article/view/22901/16382>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

GRIFFITHS, P.E. **What Emotions Really Are: the problem of psychological categories**. Chicago: University of Chicago Press. 1997.

GOZZI, R. **Músculos da Face: Mímica ou Expressão Facial**, [s.d]. Disponível em: <https://anatomiafacil.com.br/ebooks/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

KIERKEGAARD, S. **O matrimônio**. Campinas: Editora Psy, 1994.

LADISLAU, R.L. **Percepção de expressões faciais emocionais em idosos com doença de Alzheimer**. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília. Distrito Federal. Brasil.

MALAMUT, G. **A manifestação da empatia e sua influência na satisfação conjugal**. 2010. 95f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MALAMUT, G. **Satisfação Conjugal e empatia auto-percebida e percebida pelo cônjuge**. Anais do II Seminário Internacional de Habilidades Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

MOREIRA, Paula da Silva. **O impacto da Internet nas relações humanas**. Pós Graduação em Marketing, Universidade Candido Mendes Tijuca. Rio de Janeiro, 2010.

NOBRE, M. J. Comportamento Emocional. *In*: BRANDÃO, Marcus Lira (Org.). **As bases biológicas do comportamento: introdução à neurociência**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 2004. cap. VII, p. 121-142.

OLIVEIRA, M. G. S.; FALCONE, E. M. O.; RIBAS JR., R. C. A Avaliação das Relações Entre a Empatia e a Satisfação Conjugal: Um Estudo Preliminar. **Integração em Psicologia**. Rio de Janeiro, 13(2), p. 287-298. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/8025/11374>. Acesso em: 6 jul. 2020.

PARREIRA, T. A. P. **Empatia e o reconhecimento de emoções: o efeito do gênero e a relação da empatia com o alvo**. 2013. Dissertação (Psicologia Social e das Organizações). Universidade do Algarve. Portugal, Faro, 2013

PLATÃO. **A República**. 7. ed. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

SARDINHA, Aline; FALCONE, Eliane Mary de Oliveira; FERREIRA, Maria Cristina. As relações entre a satisfação conjugal e as habilidades sociais percebidas no cônjuge. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 395-402, set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Abr 2021.

SPATA, A. V. **Métodos de pesquisa: ciência do comportamento e diversidade humana**. 1º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005. p. 247.

SHINYASHIKI, R. **Os donos do futuro** (24a ed.). São Paulo: Infinito, 2000

STEPHANY K. **Cultivating empathy: inspiring health professionals to communicate more effectively**. Sharjah: Bentham Science Publishers; 2014. p. 194.

TAMBORIM, A. **C|PME - Formação Practitioner em Micro Expressões**. Slideshare, 2017. Disponível em: <https://www.slideshare.net/AndersonTamborim/cpme-formao-practitioner-em-micro-expresses>. Acesso em: 3 jul. 2020.

TAMBORIM, A. **Introdução em Micro Expressões**. Academia EAD - Anderson Tamborim Internacional, 2020. Disponível em: <https://ead.andersontamborim.com/7209-introducao-em-micro-expressoes>. Acesso em: 30 nov. 2020.

WHAT are emotions?. **Paul Ekman Group**, c2020. Disponível em: <https://www.paulekman.com/universal-emotions/>. Acesso em: 12 nov. 2020

ZORDAN, E. P., & STREY, M. N. **A separação conjugal na contemporaneidade: motivos, circunstâncias e contextos**. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

AMOR E SEPARAÇÃO: uma análise das projeções da Alma em *Given*

Iago Gonzales de Q. Silva
Graduando em Psicologia – Uni-FACEF
iagogonq@gmail.com

Maria Cherubina de Lima Alves
Doutora em Serviço Social – Uni-FACEF
mcherubina@gmail.com

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte da pesquisa intitulada AMOR E SEPARAÇÃO: uma análise das projeções da Alma em *Given*, realizada graças ao apoio concedido pelo Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF. A pesquisa está sendo realizada desde setembro de 2020 e se findará em agosto de 2021, sendo que este trabalho corresponde à produção do pesquisador do período de setembro de 2020 até abril de 2021.

Neste pequeno trabalho, pretende-se investigar as projeções que segundo Jung (apud STEIN 2006), se originam no inconsciente coletivo através dos arquétipos de *anima* e *animus*. Essas projeções serão associadas às dinâmicas do amor e da separação, esta última nesse contexto, será entendida como o exato oposto do amor. O material de análise será coletado da obra de ficção em formato de animação japonesa *Given*, objetivando um estudo transcultural sobre a temática.

Esta pesquisa se justifica pela fragilidade dos relacionamentos amorosos nas mais diversas culturas tanto do oriente quanto do ocidente. A análise das projeções do *anima* e *animus* pode ser benéfica tanto para um contexto clínico quanto para um contexto social e acadêmico. A obra escolhida, a animação *Given*, ajudará a criar um paralelo entre o amor no oriente e no ocidente graças a sua origem nipônica.

Outra contribuição dessa pesquisa será a ampliação da diversidade no meio acadêmico, uma vez que o anime escolhido é protagonizado por um casal homoafetivo. Esta diversidade é importante para o meio acadêmico devido à pouca representatividade dos movimentos LGBTQI+ neste meio.

Em suma, este trabalho se justifica pela urgência trazida pelos relacionamentos líquidos na sociedade moderna, pela possibilidade da comparação entre o amor ocidental e o oriental e pela representatividade e importância de se abordarem temas cotidianos, porém importantes, das populações LGBTQI+.

Neste artigo está presente o referencial teórico que embasa a pesquisa e a metodologia adotada. Não foi possível a apresentação da análise dos dados nem das considerações finais, uma vez que, as mesmas ainda não estão finalizadas. O referencial teórico está dividido em três eixos temáticos sendo eles: o amor na história humana, fundamentos básicos da teoria analítica junguiana e um breve levantamento sobre a história da homossexualidade do Japão.

2. O AMOR NA HISTÓRIA HUMANA

O amor sempre recebeu da humanidade um lugar sobre a luz, esse sentimento hora ressaltado como sinônimo de humanidade hora advertido como causador de grandes tragédias mesmo que amplamente estudado ao longo da história, não possui ainda uma definição definitiva.

Na visão de Bittencourt (2013) no estudo sobre o amor há uma grande lacuna que incita nos pesquisadores o potencial criativo. Ainda segundo o autor, para se tentar entender o fenômeno do amor é necessário levar-se em conta as questões éticas, sociais e valorativas de cada época. Através desta linha de pensamento, o amor deixa de ser um fenômeno unicamente individual e subjetivo e começa a adentrar o meio sociocultural.

Considerando o amor como uma construção humana que difere seguindo o caminho histórico, social e cultural de um povo, é possível atribuir algumas características a este sentimento em alguns períodos marcantes da história.

As primeiras e mais primitivas demonstrações do que hoje entendemos como amor são datadas de períodos anteriores a escrita, isto é, são oriundas da pré-história (LINS, 2012). Estas demonstrações aconteceram pelo cuidado com de fraturas ósseas de restos encontrados numa tumba neandertalense (LINS, 2012). Além do tratamento, chama a atenção a preocupação com o enterro dos restos que

foram sepultados forrados com flores de pântanos distantes algumas horas do lugar (LINS, 2012).

O amor na pré-história estaria ligado principalmente como uma forma de sobrevivência, uma vez que, ao se ter sentimentos por alguma pessoa, aumentariam os cuidados com esta e, desta forma, a consequente preservação da espécie humana (VICENT apud ALMEIDA, 2017).

O próximo período marcante para o amor na história humana é a Idade Antiga – ano 4000 a. C. a 476 d. C. Neste período as sociedades mais desenvolvidas estavam ligadas ao oriente como Egito, Palestina, etc. (ALMEIDA, 2017). Mesmo em tempos antigos, segundo demonstram registros, as sociedades humanas elegiam algum rito social, sobretudo o casamento, para regulamentar a situação de casais (ALMEIDA, 2017).

Para os Gregos, o amor era um sentimento provindo dos Deuses devido principalmente ao seu potencial destrutivo (LINS, 2012). Esse sentimento poderia ser estudado e discutido, principalmente quando se era possível exaltar seus prazeres e lamentar seus sofrimentos (LINS, 2012). Os gregos criaram uma separação entre o amor físico (denominado de Eros) e do amor espiritual (denominado de Ágape).

No que diz respeito ao Eros, os gregos acreditavam ser esse o nome dado a atração intensa por algo ou alguém, enquanto Ágape estaria ligado ao afeto profundo e afeição (LINS, 2012).

Com relação ao casamento, para os homens da Grécia Antiga, as esposas eram um fardo necessário e sabiam que o amor só poderia ser encontrado fora do lar (LINS, 2012). Desta forma, quando o assunto era amor e principalmente sexo, o prazer tanto físico quando espiritual estava presente na complexa e hierarquizada sociedade de amantes para homens.

Um nicho dentro desta sociedade que vale a pena ser ressaltado é o dos efebos. O amor entre homens, segundo Hunt (1963), poderia despertar uma emoção maior do que a proporcionada por uma hetaira, afinal, o amor pelos adolescentes dialogava com tendências requintadas e estéticas e sendo assim, foi considerado, na antiga sociedade grega, como uma relação de ordem superior.

Em Roma, o amor era combatido pelos habitantes que lhe acusavam de causa sofrimento, descontrole e irracionalidade (LINS, 2012). Isto, por si só, não seria um problema, desde que a sociedade romana não fosse obcecada pelo poder,

porém, não era este o cenário. O amor em Roma era visto como diversão animada com grande frequência, ele era sexualmente intenso, não julgado pela noção de pecado, porém tinha estranha afinidade com o sentimento de ódio (LINS, 2012).

O ódio se devia a essencialmente dois motivos, o primeiro a relação amorosa com uma mulher que, neste contexto era considerada um ser com inferioridade moral e o segundo que como já dito, o amor levava o homem a perda do controle de seus intensos sentimentos (LINS, 2012).

A homossexualidade em Roma, diferente do que aconteceu com os gregos, exista somente num teor físico e sexual. Em contraste com a relação intelectualizada que acontecia entre os efecos, os amantes romanos priorizavam a arte da sedução e até mesmo chegavam a comprar aqueles que tinham interesse e leva-los para casa (LINS, 2012). O fator preponderante na sociedade não era se o tipo de contato era hetero ou homossexual e sim se o homem assumia uma posição ativa ou passiva na conquista, sendo o papel do macho ser sempre ativo independente da relação na qual esteja (LINS, 2012).

Por volta do ano 200 d.C. ocorre o nascimento do cristianismo e Roma. Como toda mudança, esta também se deu de forma gradual e a principal mudança conceitual em relação a já predominante filosofia romana foi o desenvolvimento do horror aos prazeres do corpo e a superioridade do celibato (LINS, 2012). As modificações foram aparecendo aos poucos em grupos que já não se identificavam com os ideais romanos de prazer sexual e abdicavam deste em troca de uma prometida eternidade pós-morte.

Os costumes começaram a ficar cada vez mais rígidos como pode ser visto a exemplo da homossexualidade que antes amplamente aceita, depois do desenvolvimento do cristianismo, passa a ser passível de punição (LINS, 2012).

Chegamos então na Idade Média que se estende do século V ao XV. Neste período a homossexualidade – ou sodomia e sodomita como era conhecida – não era uma condição inata e sim um comportamento adquirido (CARVALHO, 2017). André Capelão em seu livro *Tratado do Amor Cortês* (2002, p.9) traz uma definição enfática de que tipo de amores existiam na Idade Média:

[...] o amor só pode existir entre pessoas do sexo oposto. Não pode surgir entre dois homens ou duas mulheres: duas pessoas do mesmo sexo não são absolutamente feitas para se propiciarem mutuamente os prazeres do amor ou para realizar os atos naturais que lhe são próprios. E o amor envergonha-se de aceitar o que a natureza veda.

O amor para os cristãos medievais, segundo o historiador Ronaldo Vainfas (apud LINS, 2012), seria uma abnegação dos prazeres do corpo, uma negação a sexualidade em favor da devoção a Deus. Quando dirigido ao alto, isto é, ao divino, o amor assumia conotações positivas, já quando isso não ocorria, era considerado uma paixão sexual irracional e muitas vezes ignorado (LINS, 2012).

Michael Foucault (1984) faz um apanhado das mudanças entre o comportamento social apresentado a Antiguidade e no período cristão. A primeira delas é o valor do próprio ato sexual, o qual na Antiguidade tinha significações positivas enquanto na Idade Média teria sido associado ao mal (FOUCAULT, 1984). A segunda mudança foi relativa a delimitação das parcerias, ou seja, o cristianismo aceito somente os casamentos monogâmicos e com finalidade exclusiva para a procriação (FOUCAULT, 1984).

A terceira grande mudança seria a desqualificação de indivíduos do mesmo sexo (FOUCAULT, 1984). Isso pode ser atribuído ao objetivo das uniões que era exclusivamente a procriação, deste modo, não haveria motivos para aprovar socialmente uniões infecundas.

Paralelamente ao crescimento do moralismo religioso, surgiu dentro das cortes um contramovimento chamado amor cortês (ALMEIDA, 2017). Esse poderia ser caracterizado como uma modalidade de romance que se iniciou durante a Idade Média e tem como pano de fundo as relações feudais e as histórias de cavaleiros e suas damas.

O amor cortês surgiu dos aristocratas falidos que somente conseguiriam acender socialmente através de casamentos com noivas ricas devido ao sistema de herança presente nesse momento histórico (ALMEIDA, 2017). Sendo assim, esse sistema de sedução usava das poesias trovadas para a conquistas das parceiras pretendidas (ALMEIDA, 2017). Este sistema também foi usado para a educação dos cavaleiros, civiliza-los, compondo-se também como uma estratégia (COSTA; HEER, apud ALMEIDA, 2017).

Duby diz que quando o jovem amante demonstrava sua servidão à esposa, na verdade, este queria ganhar a amor do marido e os critérios do jogo de amor cortês vinham corroborar para a moral vassálica (apud CARVALHO, 2017). Carvalho defende que a relação entre homens nesta sociedade é transmitida para a relação amorosa pelo que chamou de “feudalização do amor”.

Devemos lembrar que o jovem cavaleiro ou colérico que corteja a dama já casada geralmente era também um nobre falido sem direito a herança legal conforme as leis da época. Dessa forma faz todo sentido que assim como descrito por Duby por trás de todo o cortejo e provas homéricas de amor, desses homens por suas amadas, tenha um objetivo econômico-social por trás. O amor medieval era entre homens e para homens e pautava-se no sistema feudal de senhor-vassalo.

Le Goff (2006) defende que neste momento histórico enquanto de um lado temos o amor romântico sendo ressaltado pelos poemas dos cavaleiros, do outro esta mesma interação era reprimida pela igreja que via a interação entre duas pessoas possível somente pelo casamento. O autor levanta a possibilidade de que provavelmente por trás do que conta a história da abnegação do âmbito carnal nos romances de cavaleiros e suas damas, talvez estes tenham sido usados como válvula de evasão das carências sexuais e passionais num tempo de muita opressão ao sexo e a paixão (LE GOFF, 2006).

Falaremos um pouco agora sobre a Renascença que dura do século XVI ao XVII. Neste período, a igreja perde seu poder e com isso é possível que a população exerça sua sexualidade com maior liberdade (COSTA, 2011). É também um momento em que as damas da alta corte são enaltecidas e se tornam objeto de adoração (LINS, 2020).

Diferente da Idade Média, agora amante e amada podem conversar sobre seus amores e ideais românticos uns com os outros, porém, o amor continua cindido das relações sexuais e ainda é reservado à dama preservar sua pureza e de suas relações (LINS, 2012). Nota-se que se estabelecem dois modelos de esposas, o ideal objeto, de desejo de todo homem solteiro em busca de uma parceira, e a figura da diaba, aquela que por natureza vai contra todos os princípios da boa ordem (LINS, 2012).

Já no Iluminismo (século XVII e século XVIII) marca-se a passagem da era cristã para a era do pensamento racional. Durante os dois séculos que correspondem a produção das ideias que deram corpo ao movimento, a ciência se sobressai e torna-se autônoma em relação ao pensamento religioso.

O amor neste período segue o direcionamento proposto pelo social rumo a racionalização e principalmente a sedução. Lins (2020) escreve, resumindo as ideias da escritora alemã Christiane Zschirnt, que o amor no século XVIII é um jogo social complicado, no qual ganha quem consegue manipular com frieza,

estratégia e hipocrisia os sentimentos alheios sem que demonstre com sinceridade os seus próprios.

Essa nova forma de pensamento abriu caminho para a busca do prazer que sobrepõe o amor prometido e casto dos trovadores medievais. Lins (2020, p. 26) em uma análise dos textos de Elisabeth Badinter afirma que “A vontade de viver feliz aqui e agora substituiu o desejo de beatitude eterna”.

A homossexualidade, neste intervalo, vai em contramão ao ideal de masculinidade ligado ao lar burguês (LINS, 2020). Este quadro seria formado pela família nuclear composta pelo homem, sua mulher e seus filhos que se tornou cada vez mais comum com a migração do campo para as cidades (LINS, 2020). Esta estrutura rígida adotada socialmente não tardou a conseguir que a prática sexual e amorosa entre homens foi proibida por lei (LINS, 2020).

O próximo período a ser observado é o romantismo (1800 a 1914). Estamos agora nos primeiros anos do século XIX, e justamente aqui acontece uma troca de prioridades. Antes tinha-se como primazia a sexualidade enquanto as emoções advindas do envolvimento eram deixadas de lado (LINS, 2020). Todavia, isso se alterou no romantismo, onde os românticos começaram a dar mais atenção as suas emoções deixando de lado a sexualidade (LINS, 2020).

O amor deveria levar a compreensão não somente do que o parceiro diz ou pensa, mas também do que ele sente (LINS, 2020). Essa tradição, como visto antes neste artigo, iniciou-se com os trovadores apaixonados da Idade Média e evoluiu ao longo dos séculos até voltar novamente ao seu apogeu no Romantismo do século XIX.

No século XVIII, homens cortejavam mulheres e frequentavam bordéis fazendo do amor seu passatempo favorito tratando-o principalmente como um contexto para o uso das estratégias de sedução (LINS, 2020). No século XIX a sensibilidade mudou todo esse cenário. Neste novo momento, os homens fogem à sua sexualidade e dedicam-se ao cortejo e à admiração não mais da mulher dada a flertes, mas sim daquela acanhada, virginal (LINS, 2020).

No que diz respeito a homossexualidade, esta ainda era criminalizada socialmente e junto a isso, a ciência passou a tomar controle desta repressão. Depois de ser considerado pecado, o amor entre pessoas do mesmo sexo, passou a ser uma doença, uma transgressão moral (LINS, 2020; TREVISAN, online).

Num contexto higienizador, machista e puritano, no qual a sexualidade – pautada pela medicina evolucionista do século XIX – era apenas uma forma de procriação tornou a homossexualidade nada mais que “perdulário sexual” que negava o modelo do homem-pai (CORVINI, 2012).

Por fim chegamos a Pós-modernidade (século XX até os dias de hoje). Nunca antes na história tantas pessoas consideraram o amor tão importante como neste século (LINS, 2020). Hunt (1963, p. 320) por sua vez diz que:

Como amantes homens e mulheres podem não ser tão cheios de elegância e de graça como os cortesãos da Renascença, nem tão sexuais como os racionalistas, nem tão docemente eloquentes como os vitorianos; contudo, mais do que qualquer desses, eles consideram o amor como sendo condição para uma vida feliz.

O amor cresceu tanto no século XX devido, dentre outros fatores, as mudanças causadas pela industrialização. Os avanços trouxeram isolamento e anonimato e como consequência as pessoas começaram a buscar por vínculos mais estáveis e por um sentido de importância individual (LINS, 2020). Esse vínculo foi muito explorado pelo cinema e pelo teatro que passaram a ver no amor uma boa oportunidade de vendas (LINS, 2020).

A partir deste momento o ocidente tenta conciliar a satisfação sexual, a procriação, a amizade com afeto em um só sentimento e lhe dão o nome de amor (LINS, 2020). O grande incentivador e propagador do amor ao longo do século XX foi a indústria cinematográfica americana (ALMEIDA, 2017). A sociedade ocidental é a única a usar a vivência do amor-romântico como um fenômeno de massa (ALMEIDA, 2017; LINS, 2020).

Os anos 60, assim como o final do século XX, foram marcados pela nova geração, a denominada geração Beat (LINS, 2020) que: caminharam em passeatas em nome da paz e do amor, usaram drogas e fizeram sexo ao som de Beatles. Nesta metade do século, ocorreram mudanças sociais, nunca antes vistas e a liberdade sexual – assim como a das mulheres – ganharam pauta nos jornais e nos cartazes de manifestantes que exigiam mais direitos (ALMEIDA, 2017; LINS, 2020).

No pós-Guerra começaram-se a surgir pesquisas que tentassem descobrir como desvincular o sexo da procriação. A invenção da pílula anticoncepcional é a principal responsável pela revolução sexual e amorosa que

aconteceria nos próximos anos (LINS, 2020). Através dela, o sexo foi finalmente desvinculado da procriação e associado ao prazer (LINS, 2020). Uma vez que não somente o homem detinha o controle de natalidade, a dominação do patriarcado começa a ruir e com ela o moralismo sexual (LINS, 2020).

Essa mudança nos poderes social do masculino e do feminino, não beneficiou somente as mulheres, a pílula aproximou também os universos homo e heterossexual (LINS, 2020). A homossexualidade representa o símbolo máximo da quebra do princípio reprodutivo como único objetivo do sexo, afinal pelo impedimento natural da procriação, o sexo entre iguais teria como único objetivo o prazer (LINS, 2020).

3. BASES TEÓRICAS PARA O ESTUDO DA ALMA

Neste segundo capítulo, iremos abordar de forma breve alguns princípios da teoria analítica junguiana para que seja possível ao leitor um caminho inicial pela jornada da “alma” e ao pesquisador a confecção de uma análise consonante com a apreensão da mesma segundo a teoria proposta por Jung. Deixemos claro que a palavra alma aqui não tem sentido filosófico e muito menos religioso, mas sim psicológico. O termo aqui empregado sugere o mesmo que o autor quando diz que a “imortalidade” significa apenas uma atividade psíquica que ultrapassa os limites da consciência”, logo, alma se trata aqui da legitimação de um processo inconsciente (JUNG, 2014, p.85).

Jung, em sua teoria, criou um sistema de separação da psique em duas grandes instâncias, uma consciente e outra inconsciente, ambas se contrapõem e ao mesmo tempo de complementam (JACOBI, 2013). A consciência seria o terreno de todo aquele material vivencial e subjetivo do qual o indivíduo tem conhecimento e que mantêm relações íntimas com o ego (STEIN, 2006).

Ego para Stein (2006, p. 23) “[...] refere-se à experiência que a pessoa tem de si mesma como um centro da vontade do desejo, da reflexão e da ação”. Mesmo sendo o núcleo da consciência, o ego mantêm relações com os dois âmbitos da psique, isto é, o consciente e o inconsciente (JACOBI, 2013).

Jung, em sua teoria, divide o inconsciente, também, em duas grandes instâncias, uma de cunho individual e outra hereditária e coletiva, compartilhada com toda a humanidade (SILVEIRA, 1978).

Sobre o inconsciente pessoal o autor escreve que “Os materiais contidos nesta camada são de natureza pessoal porque se caracterizam, em parte, por aquisições derivadas da vida individual e em parte por fatores psicológicos que também poderiam ser conscientes” (JUNG, 2014, p. 23).

O inconsciente coletivo, segundo escreve Nise da Silveira (1978, p. 72), “corresponde às camadas mais profundas do inconsciente, aos fundamentos estruturais da psique comuns aos homens”. Ele pode ser dividido em âmbitos (ou subcamadas), que figuradamente se encontram uns sobre os outros, sendo que quanto mais superior a subcamada, mais perto ela se encontra da consciência e quanto mais distante mais se encontra afastada da mesma (JACOBI, 2013).

Contido no inconsciente pessoal estão os complexos. Estas estruturas são uma rede de material associado formado por lembranças, fantasias, imagens e pensamentos que quando estimulada acabam gerando uma desordem na consciência (STEIN, 2006). O que chamamos de complexos são como satélites que orbitam na consciência do ego e lhe podem causar perturbações não esperadas e as vezes irresistíveis (STEIN, 2006).

Jung conceituou complexo como:

[...] a imagem de uma determinada situação psíquica de forte carga emocional e, além disso, incompatível com as disposições ou atitudes habituais da consciência. Esta imagem é dotada de poderosa coerência interior e tem sua totalidade própria e goza de um grau relativamente elevado de autonomia, vale dizer: está sujeita ao controle das disposições da consciência até um certo limite e, por isso, se comporta, na esfera do consciente, como um corpus alienum (corpo estranho), animado de vida própria (JUNG, 2000, p. 20).

O complexo é formado quando a memória de um trauma se congela e se enterra no inconsciente pessoal. Essa estrutura se une a uma peça inata (arquetípica) com a qual está intimamente identificada e se transforma no núcleo do complexo que passará a atrair e a integrar em si imagens mentais de outras experiências ou vivências que julga relacionados ao trauma inicial.

Essa estrutura agora maior e dotada de mais quantidade de energia psíquica (libido) é capaz de subjugar temporariamente o ego e tomar controle da consciência. Quando o complexo possui energia suficiente para adentrar os

domínios da consciência do ego, segundo Jung, significa que este complexo estaria constelado (STEIN, 2006).

A origem de todo complexo é um arquétipo (STEIN, 2006). Maffesori (apud SERBENA, 2010) denominou de arquétipo as constantes antropológicas. Seberna (2010) diz que essas constantes são materiais mantidos no inconsciente coletivo através da repetição de comportamentos em determinadas situações que foram sendo construídas ao longo dos anos da evolução e formação do *homo sapiens*.

Os arquetípicos “representam ou personificam certos dados instintivos da psique obscura primitiva, as *raízes* verdadeiras, mas invisíveis da *consciência*” (JUNG apud JACOBI, 2013, ebook, grifos da autora).

Um dos mais estudados arquétipos dentro da psicologia analítica é o arquétipo da persona. Jung define esta como um recorte do inconsciente coletivo instaurado no inconsciente pessoal e aderido pelo ego em pró de um compromisso entre o eu e a sociedade (JUNG, 2014).

Jung diz que apesar de nesta persona, as impressões e atribuições sociais de cada cargo, nome, etc. serem demandas importantes para a vida em comunidade, elas ainda ocupam papel secundário em relação a individualidade essencial da pessoa (JUNG, 2014). A máscara criada pelos arquétipos, portanto, nada mais tem do um papel adaptativo e não relacionado de forma direta a individualidade do sujeito.

Em contraste a figura da persona, existe uma estrutura chamada Sombra. Stein (2006) define sombra como uma estrutura composta pelos fatores psíquicos inconscientes que não podem ser controlados pelo ego. O desconhecimento dos conteúdos da sombra pela consciência é de tal forma que o ego nem mesmo tem conhecimento, na maioria das vezes, de sua existência (STEIN, 2006).

Von Franz (2002, p. 1) explica que geralmente sombra é definida na psicologia analítica como a “personificação de certos aspectos inconscientes da personalidade que poderiam ser acrescentados ao complexo do ego, mas que, por várias razões, não o são”.

Sobre a relação anima e sombra Stein (2006) diz que a sombra se diferencia da anima/animus pois a primeira pertence de certa forma ao ego enquanto a segunda não. Outro ponto de diferenciação de acordo com o autor, seria que se a

persona está para a sombra como o bom está para o mau, então, o ego está para a anima/animus da mesma forma que o masculino está para o feminino (STEIN, 2006).

Jung (2013) definia a anima como o resultado do depósito de todas as experiências que os homens tiveram com as mulheres. Outra importante conceituação feita pelo autor seria a de que a anima seria a representação psíquica dos genes femininos dentro do homem, presumindo que esta estrutura era também respaldada pela composição biológica do sujeito (JUNG, 2012).

No entanto, por mais que a anima corresponda a parte feminina do homem e o animus a parte masculina da mulher, a função sexual ligada aos papéis de gênero não é a função principal deste arquétipo na psique (STEIN, 2006). A grande função da anima/animus para o sujeito é servir como um canal de ligação entre o ego, à imagem e a experiência do si mesmo (STEIN, 2006).

Por se tratar de uma instância psíquica inconsciente, a anima opera no indivíduo através de projeções. À vista disto, Jung (2013) comenta que quando um indivíduo se encontra no mundo real com o portador da projeção anima ou do animus dá-se origem o fenômeno da gravidez psíquica cujo fruto será a individualidade, que conscientemente ainda não existe.

Deste modo, para o processo de individuação – objetivo de todo ser humano, segundo a teoria junguiana – seria necessário o contato íntimo com a anima/us. Esta estrutura tem potencial para ser uma ponte entre o ego e o Si-mesmo, levando a consciência a dimensões mais profundas do sujeito (STEIN, 2006).

A relação entre dois indivíduos quando contempla o proposto por Jung (sujeito masculino, o sujeito feminino que seria seu oposto e uma anima transcendente) é composta por duas dimensões, sendo uma delas consciente entre os egos dos sujeitos que estão envolvidos com questões emocionais que deram início a constelação e, uma dimensão inconsciente vividas pela anima/us e as figuras da sabedoria (STEIN, 2006).

Aqui cabe a ressalva de que no contexto atual é necessário conhecer-se a realidade e assumir, que no que diz respeito à identidade dos sexos, o encontro da anima/us com suas projeções podem ocorrer com membros do mesmo sexo (STEIN, 2006).

Com isso, fica clara a importância do processo de autoconhecimento e do olhar para dentro de si. Para Jung (apud STEIN, 2006) aqueles indivíduos que conseguem superar as labaredas da emoção e da paixão podem ser transformados. Para aqueles que tem contato com os poderes do inconsciente coletivo e dos arquétipos, podem ter suas consciências elevadas ao nível que a realidade da psique se torna tão convincente quando o mundo material dos sentidos (STEIN, 2006).

4. A HOMOSSEXUALIDADE NO JAPÃO

A homossexualidade no Japão assim como em outros países do oriente seguiu por um caminho consideravelmente diferente daquele vivido pelos ocidentais. Um ponto em comum foi a predominância quase total dos relacionamentos homossexuais masculinos, reforçados principalmente pela cultura machista e misógina propagada no oriente.

Este subtópico usará como referencial principal o livro “O belo caminho: história da homossexualidade no Japão” de Gary P. Leupp, o qual apresenta de maneira referenciada o percurso da homossexualidade nipônica. Para introduzir essa discussão é interessante ressaltar que houveram 3 grandes grupos que propagaram a relação homoafetiva no país, sendo eles, os monásticos, os samurais e a burguesia (LEUPP, 2018).

Segundo escreve o autor (2018), a homossexualidade era tão difundida durante os dois primeiros séculos e meio do período Edo (1603-1868) que existia um amplo vocabulário para se referir a prática sexual entre homens. Leupp (2018, p. 7) cita alguns desses termos como: “eros maculino (*nanshoku*), caminho dos efebos (*wakashûdô* também abreviado para *jukudô* ou *shudô*), caminho dos homens (*nandô*), belo caminho (*bidô*) e caminho secreto (*hidô*)”.

No Japão, coube aos monastérios budistas a documentação substancial da primeira tradição homossexual do Japão. É também características mais importantes acerca do *nanshoku* pré-moderno japonês a sua relação com o budismo (LEUPP, 2018).

Os japoneses, assim como os gregos com os Laios, atribuem o início da cultura homossexual no país a Kûnai (ou Kôbô Daishi, 774-835 d.C.) que era

fundador da seita Shingon (LEUPP, 2018). Contudo, mesmo que atribuída a somente um único indivíduo, é mais provável que a influência do *nanshoku* tenha se dado durante as viagens de intercâmbio para os mosteiros chineses, onde os monges japoneses desenvolvessem seus interesses homossexuais (LEUPP, 2018).

Porém, devido ao cancelamento dos intercâmbios com os mosteiros chineses e no distanciamento físico do Japão dos demais centros religiosos da Ásia foi possível ao budismo japonês idealizar a sexualidade e a mulher de forma única (LEUPP, 2018).

Autores como Ogyû Sorai (1666-1728) e Arai Hakuseki (1657-1725) consideravam o *nanshoku* natural e se opunham somente quando indivíduos de altas posições tinham comportamentos que se iguallassem aos dos prostitutas; o comércio sexual causava disputas sangrentas ou quando os amantes dos *xóguns* ganhavam benefícios como terras ou cargos políticos (LEUPP, 2018).

Sobre a homossexualidade e o budismo Leupp (2018, p. 36) escreve:

Similar à Europa cristã medieval, aos clérigos budistas japoneses era proibido extravasar a libido. Contudo, enquanto no Ocidente a homossexualidade era considerada ainda mais nociva que a prática heterossexual – um crime contra as leis naturais e divinas –, no Oriente era tida por mero lapso disciplinar. Tradicionalmente o budismo é contrário ao feminino e, embora a misoginia fosse mitigada no Japão, em especial nos primeiros séculos da introdução da fé no país, a partir do período medieval o budismo passou a reiterar a maldade inerente e a natureza pervertida da mulher.

Segundo relato do jesuíta Alessandro Valignano “Os monges ensinam não ser a sodomia pecado, ao contrário, afirmam tratar-se de algo natural e virtuoso, praticando-a sem pudor” (MICHAEL, 1965, p. 46). Leupp (2018) escreve que um relacionamento homossexual budista consistia em um monge e um *chigo* ou *kasshik* (postulante).

Os jovens monges, antes de chegarem à adolescência, deveriam se envolver em um relacionamento especial com um monge veterano, o qual deveria chamar de *nenja* (podendo ser traduzido por zeloso ou excitado), tornando-se seu *nyake* (escrito com os caracteres *kanji* para jovem e espírito, também tem conotação de ânus) (LEUPP, 2018).

O segundo grande movimento homossexual no Japão aconteceu dentro da organização militar dos samurais e seus *xóguns*.

A religião budista e sua cultura eram aderidos pela elite japonesa e, desta forma, foi capaz de influenciar a vida cotidiana da sociedade laica. Segundo Leupp (2018) esta grande instituição influenciou e moldou não só o *nanshoku* cortesão, como também as relações samurais, sendo que ambos foram baseados no modelo de relacionamento entre *nenja* e *nyake*.

O autor elenca que os longos períodos de isolamento em contextos com exclusividade masculina, assim como no monastério, na ala militar este fator se torna um preditor do comportamento homossexual (LEUPP, 2018). Outro ponto levantado é a cultivação do corpo masculino gerada pela preparação para o campo de batalha e sua conseqüente glorificação – influenciando na construção do desejo homossexual (LEUPP, 2018).

Por fim, outro dado de influência da estrutura militar que possibilitou a perpetuação da homossexualidade são os valores adotados por esta instituição, como por exemplo, o de lealdade vividos sob condições de estresse extremo e obediência cega à autoridade (LEUPP, 2018).

O feudalismo deslegitimou o status feminino através do sistema de primogenitura aderido a partir do século 14, o que fez com que as mulheres fossem retiradas de seus cargos administrativos e de suas posições militares antes ocupadas (LEUPP, 2018). Desvalorizando mais uma vez o papel feminino dentro da sociedade, o masculino ganha força nas instituições político-militares na valorização das relações entre homens.

O psiquiatra Doi Takeo (apud LEUPP, 2018) na obra *Amae no kôzô* (Anatomia dependência, 1971) sugere que a dependência emocional que os vassalos samurais tinham de seus superiores, manifestada em obras literárias e de teatro cabúqui, permanece nos dias atuais. Esses sentimentos, segundo o profissional, estão mais presentes nos relacionamentos homossexuais japoneses quando comparados aos outros países asiáticos (LEUPP, 2018).

A terceira grande expressão da cultura homossexual no Japão aconteceu com a urbanização do território e com o estabelecimento do xogunato Tokugawa (período de 1603 a 1868), desta forma, o grupo que passa a se envolver em relações entre iguais será a burguesia (LEUPP, 2018).

Segundo descreve Leupp (2018) o sexo entre homens no período Edo se resumia a transações comerciais e, portanto, não havia o compromisso firmado pelo mestre e senhorio dos relacionamentos homossexuais anteriores.

Com a mudança forçada dos samurais para as terras ao redor dos castelos, e com penalização de perda de status e de suas armas para aqueles que não aderissem as ordens, esta população se tornou um amplo mercado consumidor (LEUPP, 2018).

O escritor Ejima Kiseki confirma essa afirmação ao escrever sobre ser o *nanshoku* “o passatempo predileto dos samurais. De que modo, portanto, seria nocivo ao bom governar” (1926-1929, p. 619).

Se a cultura homossexual praticada nos mosteiros budistas influenciou os jovens samurais que tinham sua educação realizada nestes centros religiosos, da mesma forma, a cultura samurai influenciou o desejo e o desenvolvimento da prostituição masculina nos grandes centros urbanos. Deste modo, a burguesia entendeu a crescente demanda sexual desses líderes, agora também chefes de cidades, e ofertaram seus produtos.

A prostituição oficial e institucionalizada fez com que, a partir do século 17, a procura por sexo pelos samurais ocorresse através dos bordéis extinguindo a preocupação com os contratos de servidão e os com os votos trocados entre senhor e vassalo (LEUPP, 2018). Esta mudança impactou na duração das relações que passaram a ser muito mais dinâmicas e superficiais, baseadas quase que unicamente no desejo e na prática sexual (LEUPP, 2018).

Hoje, a cultura japonesa não é mais a realidade bissexual dos cidadãos do período Edo. Devido a aproximação do Japão com o ocidente em 1853 quando os primeiros tratados obrigaram os portos a serem abertos ao comércio, houve um consenso na elite dominante de que o país deveria obedecer e incorporar a cultura ocidental para obter o respeito necessário e, assim, conseguir acordos comerciais mais justos (LEUPP, 2018).

Com isso, a postura predominante no país a partir deste momento é considerar a homossexualidade incomum, e aqueles inclinados a experimentá-la devem pelo menos ocultar seus comportamentos de parentes e colegas de trabalho (LEUPP, 2018).

5. METODOLOGIA

A metodologia adotada para essa pesquisa foi a qualitativa descrita por Bogdan e Biklen (apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

A pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (BOGDAN; BIKLEN apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 13).

E dentro das diversas possibilidades das pesquisas qualitativas, esse trabalho se pauta em uma análise documental. A pesquisa documental consiste na análise “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 45).

Para Gil (apud CECHINEL et al., 2016) e para Godoy (1995), documentos podem ser escritos ou não, incluindo diários, gravações, correspondências, fotografias, filmes, mapas, diários de documentos de entidades públicas e privadas, etc.

Pensando sobre as vantagens desse tipo de metodologia em relações aos outros tipos possíveis dentro da pesquisa qualitativa, Godoy (1995) defende que a análise documental permite o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico. Essa vantagem se torna oportuna em especial agora durante o período de isolamento social causado pela pandemia do novo covid-19. Dessa forma, esse tipo de pesquisa possui uma viabilidade de realização alta, uma vez que, utiliza de documentos, neste caso a série de animação japonesa *Given* (GIVEN, 2019), protegendo o pesquisador e uma possível população de pesquisa do contato com o vírus durante uma coleta de dados.

Godoy (1995) pontua também que os documentos podem ser considerados fontes naturais de informação, de forma que, por terem sido produzidos num determinado contexto histórico, econômico e social, estes retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto. Lüdke e André (1986) complementam esse pensamento lembrando o propósito da análise documental de fazer inferência sobre valores, sentimentos, intenções e ideologia das fontes dos documentos.

5.1. Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa foi adotado a método de separação proposto por Godoy (1995) e por Lüdke e André (1986) para pesquisas documentais. Para tanto os procedimentos metodológicos foram divididos em 4 etapas, são elas: a escolha dos documentos, o acesso a eles, a sua análise e por fim um reexame do documento.

A seleção do documento foi realizada junto à escolha do tema desta pesquisa, e para tal, foram adotados como critérios a necessidade que a obra escolhida fosse atual, que representasse a cultura oriental e que possuísse em seu enredo uma relação amorosa entre os personagens. Após o estabelecimento desses critérios, optou-se por um material instrucional (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), neste caso uma série de animação japonesa - anime - selecionado pelo pesquisador segundo seu gosto pessoal.

A obra escolhida foi a série de animação japonesa *Given* escrita originalmente em formato de mangá por Natsuki Kizu e adaptada para as telas em formato de anime com 11 episódios pelo estúdio Lerche, em 2019 (GARCIA, 2020). A distribuidora oficial do anime no Brasil é a Crunchyroll, um serviço de *streaming* especializado em animes. Segundo a sinopse oficial do site,

Por algum motivo, a guitarra que ele amava tocar e o basquete que ele adorava jogar perderam a graça. Essa era a vida de Ritsuka Uenoyama até encontrar Mafuyu Sato. Ritsuka tinha começado a perder seu amor pela música, mas ao ouvir Mafuyu cantar pela primeira vez, a canção ressoou em seu coração e a distância entre os dois começou a encurtar (GIVEN, online).

Optou-se pela análise do conteúdo do anime lançado em 2019 e transmitido no Brasil pela Crunchyroll (GIVEN, 2019) em conjunto com a do mangá publicado pela editora NewPop (KIZU, 2020) que ainda está em período de lançamento. Para tanto, serão analisados os 11 episódios da obra disponíveis até então no catálogo da plataforma e o conteúdo narrativo dos mangás que tiverem sido publicados até o momento da análise programada pelo pesquisador em seu cronograma.

Como já exposto antes, o material a ser analisado está disponível online no site do serviço de streaming Crunchyroll BR (GIVEN, 2019), no qual o

pesquisador possui assinatura que lhe permite o acesso do conteúdo do site. Já no que se refere aos mangás, o pesquisador está adquirindo os exemplares publicados da obra de acordo com a disponibilidade da editora responsável NewPop (KIZU, 2020). Os 11 episódios disponíveis do anime estão legendados em português e com a com o áudio original em japonês.

Tanto a terceira quanto a quarta etapa dos procedimentos metodológicos serão feitas na teoria analítica junguiana, fundada por Carl Gustav Jung e que se mantém viva até os dias atuais com seus seguidores que produzem nas mais diversas áreas, inclusive na acadêmica e na clínica.

6. CONCLUSÃO

Após brevemente trilhar esse curto, mas denso caminho pela história do amor marcada pelos grandes acontecimentos da humanidade, percebe-se que hoje o que somos e como agimos está muito relacionado com como nossa espécie evoluiu socio-culturalmente. O amor nunca foi algo pronto e acabado, pelo contrário, sua existência sempre foi condicionada pela estrutura relacional daqueles que o viviam.

O processo do amar não é deveras claro para aferir que a ciência psicológica já tenha em mãos todas as respostas necessárias para seu entendimento. A psicologia analítica junguiana se propõe a estudar os mecanismos de interação humana tanto interna como externa, e como, o amor é um processo unicamente humano, ele não ficaria de fora das investigações teóricas dos autores.

Foi possível perceber que ao se falar de um outro estamos também falando de nós – o que por natureza caracteriza o fenômeno projetivo explicado por Jung. O amor transcende a existência individual e adentra o coletivo social e psíquico e, por isso, deve ser visto como uma ferramenta que une não só pessoas apaixonadas, mas também o homem como espécie.

Obviamente que este amor do qual falamos se expressa de diferentes maneiras, seja por amizades, romances hetero ou homossexuais, enfim, isto não é importante. Escolhemos o recorte do amor entre homens justamente com a intenção de mostrar que este nada tem de especial em relação aquele vivido por pessoas de outros gêneros. Estamos felizes em dizer que mesmo que brevemente, como já foi

dito, fomos capazes de perceber que o ser humano sempre encontrou caminhos para amar, independentemente se seu futuro lhe reservava uma fogueira ou um bordel.

Amar é uma questão social e, por isso, é um dos, se não o maior, indicador de distanciamento do processo de individuação proposto por Jung. Quem ama verdadeiramente, vive dentro de si um processo semelhante ao que vive exteriormente, apaixonando-se, aceitando-se e, até antes disso, conhecendo-se para então florescer rumo ao si-mesmo.

Por fim, estamos satisfeitos com os rumos que nossa pesquisa tem tomado não somente por sua contribuição teórica quantitativa. Percebemos que estudar o ser humano, neste caso com um foco maior no amor, fez possível revisitar a natureza humana de todos aqueles que acreditaram que um dia fosse possível a existência de um lado bom da humanidade. Isto neste momento, mais do que nunca, tem sido como um sopro de esperança rumo a um futuro que nós realmente acreditamos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiago de. **O conceito de amor**: um estudo exploratório com uma amostra brasileira. 2017. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-20092017-104821/pt-br.php>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CAPELÃO, André. **Tratado do Amor Cortês**. Introdução, tradução do latim e notas de Claude Buridant. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CARVALHO, Ligia Cristina. **Relações de poder na idade média central no tratado do amor cortês de André Capelão (SÉCULO XII)**. 2017. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152097/carvalho_lc_dr_assis_int.pdf?sequence=6&isAllowed=y. Acesso em: 27 nov. 2020.

CECHINEL, Andre et al. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNESC**, Criciúma, v.5, n.1, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2446/2324>. Acesso em: 07 jul. 2020.

CORVINI, Helena de Lima. **Quem tem medo de Oscar Wilde?** vida como obra-de-arte. 2012. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3400>. Acesso em: 04 fev. 2021.

COSTA, Gley P. Ensaio sobre a íntima e complexa relação entre o amor e o sexo: Essay on the intimate and complex relationship between love and sex. **Ide (São Paulo)**, São Paulo, v. 34, n. 52, p. 132-143, ago. 2011. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062011000100014&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 30 nov. 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Ver. Técnica José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GARCIA, Fabio. De boys love a yuri: conheça os mangás e animes com personagens LGBTQI+. **Omelete**, 2020. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/quadrinhos/mangas-animes-personagens-lgbtqi>. Acesso em: 07 jul. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIVEN. Direção: Hikoru Yamaguchi. Autor: Natsuki Kizu. Produção: Akitoshi Mori Intérpretes: Shougo Yano, Uchida Yuuma, Fumiya Imai e outros. Roteiro: Yuniko Ayana. Japão: Estúdio Lerche, 2019. (248 min., son., color.). Disponível em: <https://filmow.com/given-1a-temporada-t279914/ficha-tecnica/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

GIVEN. Disponível em: <https://www.crunchyroll.com/pt-br/given/videos>. Acesso em: 12 maio 2021.

GODOY, Arilda Schimidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai. 1995.

HUNT, Morton M. **História natural do amor**. São Paulo: Ibrasa, 1963.

JACOBI, Jolande. **A psicologia de C. G. Jung: uma introdução às obras completas**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2013. (Coleção Reflexões Junguinas). E-book Kindle.

JUNG, Carl Gustav. **Tipos psicológicos**. Petrópolis: Vozes, 2013. (Obras completas vol. VI).

_____. **O eu e o inconsciente**. Tradução de Dora Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2014. (Obras completas vol. VII/2).

_____. **A natureza da psique**. Tradução de Pe. Dom Matheus Ramalho Rocha. Petrópolis: Vozes, 2000. (Obras completas vol. VIII/2).

_____. **Psicologia e religião:** Psicologia e Religião Ocidental e Oriental. Petrópolis: Vozes, 2012. (Obras completas vol. XI/1).

KISEKI, Ejima. **Nihon meicho zenshû.** 31 vols. Tóquio: Nihon meicho zenshû kankôkai, 1926-1929. Vol. 9.

KIZU, Natsuki. **Given.** Tradução de Thiago Nojiri. São Paulo: NewPOP, 2020. v. 1.

_____. **Given.** Tradução de Thiago Nojiri. São Paulo: NewPOP, 2020. v. 2.

_____. **Given.** Tradução de Thiago Nojiri. São Paulo: NewPOP, 2020. v. 3.

_____. **Given.** Tradução de Thiago Nojiri. São Paulo: NewPOP, 2020. v. 4.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEUPP, Gary P. **O belo caminho:** história da homossexualidade no Japão. Tradução de Diogo Kaupatez. 1. ed. São Paulo: C33 Editora, 2018.

LINS, Regina Navarro. **O livro do Amor - vol. 1:** da pré-história a renascença. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012. 2 v. Recurso digital.

_____. **O livro do Amor - vol. 2:** do Iluminismo à Atualidade. Rio de Janeiro: Best Seller, 2020. v. 2.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MICHAEL, S. J. Cooper. **They Come to Japan:** An Anthology of European Reports on Japan, 1543-1640. Berkeley, California: University of California Press, 1965.

SERBENA, Carlos Augusto. Considerações sobre o inconsciente: mito, símbolo e arquétipo na psicologia analítica. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 76-82, jun. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 mar. 2021.

SILVEIRA, Nice da. **Jung:** vida e obra. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., 1978.

STEIN, Murray. **Jung:** o mapa da alma - uma introdução. Tradução de Álvaro Cabral. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TREVISAN, João Silvério. **Oscar Wilde e os direitos homossexuais.** Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/oscar-wilde-e-os-direitos-homossexuais/>. Acesso em: 04 fev. 2021.

VON FRANZ, Marie-Louise. **A sombra e o mal nos contos de fada**. São Paulo: Paulus, 2002.

APLICAÇÕES DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS E O DESEMPENHO ESCOLAR DE CRIANÇAS NO ESPECTRO AUTISTA

Letícia Sousa Victor
leehsousinhavictor@gmail.com

Marina Rita Marconi
Marinamarconi933@gmail.com

Sofia A. Mello Barros
sofia.alvarenga.barros@gmail.com

Juliana Pereira Costa da Silva
Julianapcs18@hotmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
sofiamuniz@facef.br

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

1. INTRODUÇÃO

O autismo se caracteriza como um grupo de desordens complexas no desenvolvimento do cérebro, resultando em uma polarização do mundo e dos pensamentos pessoais com perdas maiores ou menores da relação com os dados e as exigências do ambiente que rodeiam o indivíduo, além de apresentarem danos e alterações na área do córtex pré-frontal, área do cérebro responsável pelo manejo das funções executivas. As funções executivas são os processos cognitivos responsáveis pelo planejamento e execução de atividades, sua falta prejudica o desenvolvimento cognitivo como um todo, gera problemas envolvendo planejamento, organização, manejo de tempo, memória e controle de emoções.

Historicamente o autismo já foi ligado ao transtorno de fenômeno de linha esquizofrênica e posteriormente como uma psicose. Apenas em na década de 40 surge uma conceituação mais adequada: Kanner (1943) descreveu em seu trabalho o autismo como um “distúrbio autístico do contato afetivo”. Desde então, a conceituação do autismo passara por diversas mudanças. Hoje já não se fala mais de psicose infantil, pelo contrário, o TEA engloba diversos comportamentos e está presente em 10 em 10.000 crianças, sendo 2 e 3 homens para 1 mulher.

Fala-se muito acerca da inclusão de alunos com transtorno de aprendizagem, no cenário atual fica evidente a importância na tomada de medidas inclusivas para que o ensino tome forma democrática, objetivando fornecer instrumentos para que o aluno no espectro autista tenha certa autonomia acerca da própria aprendizagem.

O presente artigo acadêmico tem como objetivo discorrer sobre a aplicação das funções executivas na formação escolar do aluno no Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Para esclarecer e investigar o tema proposto, realizou-se uma revisão bibliográfica crítica de artigos que abordavam as funções executivas em crianças com autismo, bem como foi feito um apanhado acerca das habilidades cognitivas referentes ao tema estudado.

2. O AUTISMO E A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NO TEA

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (*American Psychiatric Association*, 2013) classifica o diagnóstico do transtorno do espectro autista como “déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos [...] Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades” contando que estes comportamentos causem prejuízo notável à vida cotidiana e se apresentem ainda no período de desenvolvimento da pessoa.

O estudo do transtorno do espectro autista originou-se no fim da década de trinta, quando Hans Asperger encabeçou o estudo do distúrbio que posteriormente ficaria conhecido como síndrome de Asperger. No início da década de quarenta, Leo Kanner publica seu livro *Autistic Disturbances of Affective Contact* (1947) em que descreve onze crianças inteligentes mas com alta propensão à solidão, se tornando o primeiro acadêmico a usar o termo “autismo” no sentido atual da palavra, embora o termo já existisse desde o começo do século, quando Bleuler cunhou-o para se referir a pacientes esquizofrênicos extremamente retraídos.

Nota-se que o TEA surge antes do desenvolvimento total das funções executivas no cérebro. As funções executivas são o conjunto de habilidades metacognitivas atribuídas ao lobo frontal, correspondendo às habilidades mais

complexas realizadas pelos humanos como ações sequenciais, processamento de informações inter-relacionadas, memória de trabalho, controle inibitório e a flexibilidade mental (Chan, Shum, Toulopoulou e Chen, 2008; Hamdan e Pereira, 2009).

No Brasil, um estudo encontrou uma prevalência do TEA de 0,3% em uma amostra de 1470 crianças entre 7 e 12 anos de idade (Paula, Ribeiro, Fombonne e Mercadante, 2011).

2.1. A educação da criança do TEA no Brasil

Desde o início da década 90, a unesco promove ações como a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), todos esses abrangendo, entre outras pautas, o direito das crianças no TEA de receber ensino adequado ao seu modo de aprendizagem.

O governo brasileiro propôs programas para reestruturar o sistema de ensino para torná-lo inclusivo a todas as crianças, incentivando a capacitação de professores para o atendimento de crianças com diversas deficiências e a participação das famílias e das comunidades no processo pedagógico (Brasil, 2008; Brasil, 2013).

No entanto, a educação de crianças no TEA, mesmo com o apoio governamental, se desenvolve com dificuldade. Estudos indicam uma grande dificuldade inicial de inserção da criança autista no ensino regular (Rosa, 2008), e que educadores com pouca instrução acerca do assunto enxergam alunos autistas como “problemáticos”, comparando-os aos demais e sua inclusão efetiva no meio escolar ainda é um desafio (Rodrigues; Moreira; Lerner, 2012).

Esses empecilhos encontrados no sistema educacional brasileiro mostram a importância de profissionais capacitados, bem qualificados e instruídos sobre formas de inclusão, assim como ambientes escolares preparados para receber essas crianças.

Em estudo de revisão acerca da inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista (Cabral; Marin, 2017) mostra que na maioria das pesquisas as dificuldades de inclusão encontradas foram o desconhecimento de características específicas do TEA por parte do corpo docente, falta de recursos pedagógicos e a

falta de pesquisas sobre o assunto realizadas no Brasil, principalmente as focadas na interação família-professores-corpo docente.

3. FUNÇÕES EXECUTIVAS

As funções executivas são habilidades cognitivas desenvolvidas no período sensível da primeira infância (aproximadamente até os 6 anos de idade), e, de forma integrada, possibilitam ao indivíduo o direcionamento de comportamentos a metas, desenvolvimento de atividades como planejamento de rotina, priorização de atividades, associação de diferentes informações, planejamento e filtração de distrações, bem como resolução de problemas.

Os domínios das funções executivas (Miyake et al, 2000) subdividem-se em três grandes grupos: inibição/controle inibitório, controle de interferências, inibição de respostas automáticas, automonitoramento; flexibilidade cognitiva, capacidade de mudar a linha de raciocínio ou execução, e memória operacional, autorização, alternância e manipulação mental de informações.

As chamadas funções executivas quentes (Zelazo & Carlson, 2012) são responsáveis por processos motivacionais e emocionais, modulação do afeto e das respostas emocionais e pela cognição social, percepção afetiva e reconhecimento das expressões emocionais em faces. As habilidades cognitivas estão principalmente ligadas às estruturas pré-frontais do cérebro. O córtex pré-frontal dorsolateral, o córtex pré-frontal ventromedial, o córtex pré-frontal orbitofrontal e o córtex anterior cingulado são as áreas cerebrais mais vinculadas às funções executivas. O dano em qualquer grau dessas regiões pode afetar o desempenho das funções executivas, bem como seu desenvolvimento prévio.

3.1. Desenvolvimento de habilidades executivas em crianças

Fatores importantes inerentes ao desenvolvimento dessas habilidades cognitivas começam ao fim do período sensório-motor, aproximadamente com 02 anos. A rotina de cuidados diários, como tomar banho, alimentar-se e dormir em horários estipulados, por exemplo, ocupa lugar crítico no desenvolvimento do controle inibitório, sendo importante para que a criança saiba discriminar qual a hora

certa de participar em uma roda de conversa, por exemplo. Mais tarde, o controle inibitório possibilita um melhor controle acerca de reações emotivas (como mordida e choro), fazendo com que a criança se expresse de uma forma mais eficaz acerca do que sente.

Consequente ao desenvolvimento do controle inibitório, tem-se o desenvolvimento da memória de trabalho. Tal habilidade consiste em armazenar e reter uma informação enquanto outra tarefa está sendo realizada e é de máxima importância para o desenvolvimento de outra habilidade: a flexibilidade cognitiva. Essa habilidade, por sua vez, permite que uma situação seja encarada de forma multifacetada, permitindo que os indivíduos tentem resoluções alternativas para problemas, ajudando sua realidade e criando novas possibilidades. A partir do desenvolvimento dessas três habilidades, há a formação das funções executivas de ordem superior, que englobam o raciocínio, planejamento de ação, resolução de problemas e busca da autonomia.

Ao que se refere à formação escolar, as funções executivas são preditivas de desempenho em testes de habilidades matemáticas e leitura e escrita (Neuenschwander, Rothlisberger, Cimeli e Roebbers, 2012); impacto das habilidades de autorregulação na adaptação a classe e podem explicar 40% da variação de resultados em alunos em testes de língua materna e 30% de matemática (Waber et al, 2006).

Quanto aos comportamentos sociais (as chamadas FE quentes), destaca-se a autorregulação- controle do comportamento por representações internas orientadas para um plano social futuro- influência sobre a aprendizagem (Barkley, 2001). A capacidade de comunicar sentimentos de forma eficaz, expressar opiniões e necessidades, ser assertivo e demonstrar comportamento pró-social (empatia, cooperação) também são destaques propiciados pelas funções executivas quentes.

3.2. Avaliação das funções executivas

Uma avaliação neuropsicológica das funções executivas deve englobar memória operacional, ou memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva, por serem aspectos básicos que constituem as habilidades cognitivas como um todo.

Como o diagnóstico de qualquer outro quadro, a avaliação com objetivo de intervenção precoce em crianças que apresentam certas dificuldades e ou sintomas de falhas cognitivas se faz de extrema importância, a fim de evitar complicações e buscar uma melhoria efetiva na situação. Para a avaliação de domínio da flexibilidade cognitiva em pré-escolares, usa-se o teste *Dimensional Change Card Sort* (DCCS), que tem como objetivo avaliar o desenvolvimento da flexibilidade dos 3 aos 5 anos.

Também pode-se usar a parte C do Teste de Atenção por Cancelamento e a parte B do Teste de Trilhas para pré-escolares. Já na avaliação da memória operacional em crianças e adolescentes é comum o uso das tarefas de Span de Dígitos e Cubos de Corsi, onde o sujeito deve repetir uma sequência de dígitos ou realizar movimentos em um tablado contendo pequenos cubos. Também há testes mais complexos, como o subteste Sequência de Números e Letras das Escalas Wechsler de Inteligência e o *Self-Ordered Pointing Task* (SOPT).

Referente a avaliação do controle inibitório, destacam-se os paradigmas de interferência e os testes de efeito *Stroop*, também é muito utilizado o método de cancelamento de resposta.

4. FUNÇÕES EXECUTIVAS NA FORMAÇÃO ESCOLAR

O processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo das funções executivas (FE) são concomitantes, ou seja, quão mais desenvolvidos forem as funções executivas de uma criança, com mais facilidade acontece a aprendizagem. As funções executivas são um conjunto de habilidades cognitivas necessárias para realizar diversas atividades que demandam planejamento e monitoramento de comportamentos intencionais relacionados a um objetivo ou a demandas ambientais (Hanna-Pladdy B, 2017), habilidades essas fundamentais no processo de aprender e portanto no desenvolvimento e contexto escolar.

Hoje temos evidências e estudos que trazem a correlação entre funções executivas e o desenvolvimento escolar, tal como o estudo feito por Capovilla e Dias (Capovilla e Dias, 2008) que analisaram em 407 crianças a relação entre as habilidades atencionais e o rendimento escolar das mesmas. O estudo

demonstrou que existe correlações significativas entre as medidas de atenção, flexibilidade e o desempenho escolar.

Considerando o tipo de processamento envolvido, habilidades atencionais e o rendimento escolar, é classificada em atenção seletiva, dividida, alternada e sustentada. Alterações atencionais podem levar à desorganização em atividades cotidianas, estando também relacionadas a baixo rendimento acadêmico (Capovilla e Dias, 2008), como é mostrado no estudo as funções executivas o são habilidades concomitantes a aprendizagem, por conseguinte necessárias dentro do ambiente escolar.

Os resultados sugerem que algumas habilidades atencionais são já observadas na 1ª série, outras mais complexas podem se desenvolver mais tardiamente. Além disso, os dados suportam que os construtos mensurados são relacionados, porém diferentes, e que a atenção pode exercer importante papel no rendimento escolar do aluno (Capovilla e Dias, 2008). O estudo para além de mostrar como as funções executivas são importantes na aprendizagem, demonstram também diferenças no desempenho escolar de crianças com baixo e alto desenvolvimento de funções executivas, e que já na 1ª série as funções executivas já estão sendo desenvolvidas. O desenvolvimento das funções executivas inicia-se no primeiro ano de vida e se intensifica entre 6 e 8 anos de idade, continuando até o final da adolescência e início da idade adulta (Vasconcelos, 2011), ou seja mesmo antes do início da vida escolar as FE já estão em desenvolvimento e quando em contexto da vida acadêmica tendem a ser determinantes para o bom desempenho do indivíduo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que existe uma relação notável entre autismo e um atraso ou dificuldade maior no desenvolvimento das funções executivas. As pesquisas utilizadas também apontam para o papel crucial da escola no desenvolvimento das funções executivas nos alunos.

Porém, embora exista abundância de artigos trabalhando o papel da educação no desenvolvimento das funções executivas ou o desenvolvimento de funções executivas em crianças autistas, faltam artigos de pesquisa que combinam

os três fatores de estudo, avaliando cientificamente como a escola auxilia o desenvolvimento das funções executivas em crianças autistas, que era o objetivo dessa revisão bibliográfica. Não havendo estudos publicados que se adequassem a todos os três critérios de pesquisa simultaneamente, muito pôde ser estudado a partir de estudos publicados que se adequam a dois dos critérios desejados.

O foco das pesquisas existentes sobre a educação formal auxiliando o desenvolvimento das funções executivas são os alunos neurotípicos. Sabendo que alunos neurodivergentes, em especial os alunos no TEA, possuem uma necessidade maior de ajuda para desenvolver essa área, seria interessante para a comunidade acadêmica realizar estudos ou até mesmo projetos de intervenção com esses alunos em mente.

A comunidade atualmente carece de pesquisas que testem diferentes métodos educativos para fortalecer as funções executivas em alunos com necessidades de aprendizagem excepcionais, pesquisas estas que podem tornar o sistema de ensino mais inclusivo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)**. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

BARKLEY RA et al. **Executive functioning, temporal discounting, and sense of time in adolescents with attention deficit hyperactivity disorder (ADHD) and oppositional defiant disorder (ODD)**. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 2000;29(6).

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Especial - SEESP. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi. **Nota técnica nº 055. Orientação à atuação dos Centros de AEE, na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

CABRAL, C.S.; MARIN, A. H.. **Inclusão Escolar De Crianças Com Transtorno Do Espectro Autista: Uma Revisão Sistemática Da Literatura.** Educ. rev. [online]. 2017, vol.33, e142079. Epub Apr 06, 2017.

CAPOVILLA, A.G.S; DIAS, N.M. **Desenvolvimento de habilidades atencionais em estudantes da 1ª a 4ª série do ensino fundamental e relação com rendimento escolar.** Rev Psicopedagogia. 2008;25(78):198-211.

CHAN, R.C.K.; SHUM, D; TOULOPOULOU, T.; CHEN, E.Y.H. **Assessment of executive functions: review of instruments and identification of critical issues.** *Archives of Clinical Neuropsychology*, 2008;23: 201-216.

HAMDAN, A.C.; PEREIRA, A.P.A.. **Avaliação neuropsicológica das funções executivas: considerações metodológicas.** Psicol. Reflex. Crit. [online]. 2009;22(3): 386-393.

HANNA-PLADDY, B. **Dysexecutive syndromes in neurologic disease.** *J Neurol Phys Ther.* 2007;31(3):119-27.

KANNER, L. **Autistic disturbances of affective contact.** *Nerv Child.* 1943;2:217-50. (*Acta Paedopsychiatr.* 1968;35(4):100-36)

MIYAKE, A., FRIEDMAN, N. P., EMERSON, M. J., WITZKI, A. H., HOWERTER, A., & WAGER, T. D. **The unity and diversity of executive functions and their contributions to complex “frontal lobe” tasks: a latent variable analysis.** *Cognitive Psychology*, 2000;41(1)

PAULA, C.S.; RIBEIRO, S.H.; FOMBONNE, E.; MERCADANTE M.T. **Prevalence of pervasive developmental disorder in Brazil: A pilot study.** *J Autism Dev Disord.* In press 2011

RODRIGUES, I.B.; MOREIRA, L.E.V.; LERNER, R. **Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escolar.** *Psicologia Teoria e Prática*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2012

ROSA, R.S. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais em escola de ensino regular.** *Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Porto Alegre, n. 6, 2008

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, DF: CORDE, 1994.

VASCONCELOS, L. **Funções executivas e resolução de problemas aritméticos.** In: VALLE L.E.L.R; CAPOVILLA, F.C. orgs. *Temas multidisciplinares de neuropsicologia e aprendizagem.* Ribeirão Preto: Novo Conceito; 2011. p.475-85.

ZELAZO, P. D. **The Dimensional Change Card Sort (DCCS) a method of assessing executive function in children.** *Nature Protocols*, 2006; 1.

ZELAZO, P. D. & CARLSON, S. M. **Hot and cool executive function in childhood and adolescence:** Development and plasticity. *Child Development Perspectives*, 2012;6(4)

AS INFLUÊNCIAS DAS SÉRIES TEEN NO COMPORTAMENTO DOS TELESPECTADORES ADOLESCENTES E JOVENS: uma revisão da literatura

Bárbara Sakamoto Peixoto de Brito
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
barbarasakap@gmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Doutora em psicologia – FFCL-RP USP
sofiagracioli@facef.br

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

1. INTRODUÇÃO

O comportamento é um tema que desperta muito interesse no ser humano desde meados do século XIX, período o qual teve início a abordagem behaviorista na psicologia. Ademais, até os dias atuais o comportamento humano continua sendo um grande objeto de estudo, posto que o ser humano é fluido, e, portanto, seu comportamento é mutável e recebe influencia o tempo todo - seja de fatores internos ou externos ao homem. O comportamento humano se manifesta em ações, em emoções e principalmente quando um indivíduo precisa tomar uma decisão, porém barreiras podem aparecer no momento da expressão do próprio ser, graças às influências que dão-se tanto por opiniões alheias quanto por programas televisivos. As produções de filmes e séries teens abordam diversos temas cotidianos, e são um veículo de informação bastante influente para o desenvolvimento pessoal, dos relacionamentos interpessoais e da concepção da autoimagem na vida dos que as assistem, tornando-se parte importante inclusive na consolidação da personalidade de indivíduos jovens.

No mundo atual, as plataformas de streaming estão ocupando um espaço considerável na vida das pessoas, principalmente dos adolescentes, jovens e adultos. O maior exemplo de plataforma online é a Netflix, provedora de filmes, séries e documentários via streaming. Cada vez as pessoas passam mais tempo em frente as telas, com isso em vista as narrativas das séries são estruturadas no formato de sequência de episódios, proporcionando uma sensação nas pessoas de pertencimento ao ambiente retratado, formulando um enredo o mais próximo da realidade possível, parecendo assim uma história real e contínua da vida.

Justifica-se a relevância do presente trabalho a discussão sobre como os filmes e séries teens são capazes de influenciar no comportamento dos telespectadores e na tomada de decisões nas suas vidas pessoais. Sendo algo extremamente importante no processo de autoconhecimento dos indivíduos.

O presente trabalho pretende investigar a influência que as séries voltadas para o público teen tem nas atitudes, comportamentos e tomada de decisões dos telespectadores.

O objetivo deste artigo foi explorar os impactos das produções televisivas direcionadas ao público adolescente e jovem e o quanto isso interferirá no cotidiano dos telespectadores, influenciando a tomada de decisões e os comportamentos apresentados pelos mesmos.

A metodologia a princípio foi uma revisão bibliográfica crítica com o uso de artigos científicos e estudos.

2. STORYLING

A exibição de séries adolescentes tomou um novo rumo com o avanço de novas tecnologias e plataformas de streaming, sendo as mais acessadas no Brasil a Netflix, a Amazon Prime Vídeo, a Disney+, a Globoplay, a HBOgo, entre outras. Com a popularização desses serviços é possível perceber a globalização de informações agindo como uma homogeneizadora de conceitos, valores e estereótipos.

Os adolescentes vêm ganhando gradualmente espaço como protagonistas nas séries atuais, e graças a isso os enredos contêm algumas reflexões sobre problemas predominantes dessa faixa etária - como anorexia, o impacto das redes sociais na vida real, bullying, e etc. (RAYA-BRAVO, SÁNCHEZ-LABELLA E DURÁN, 2018). De acordo com Llama (2020, p.9) “As indústrias culturais coletam o que aconteceu no mundo real e extrapolam para as suas produções”. Com a finalidade de buscar prender cada vez mais o público jovem em frente as telas, muitos estudos acerca dos programas televisivos são realizados ao redor do mundo para a composição da “trama perfeita”.

Sabe-se que todas as experiências guardadas no cérebro do consumidor têm uma história associada. A estrutura da narrativa baseada na combinação de episódios contribui para que as pessoas tenham a sensação de possuírem um ambiente mais próximo da sua vida, parecendo assim uma história real e contínua (ESCALAS, 2004, apud CARDOSO, 2017, p.13).

O autor Carlos Gardin acrescenta ainda que no momento da elaboração dos personagens em produções culturais existe um cuidado ao escolher os elementos apropriados, com o intuito de que a mensagem desejada seja transmitida corretamente. Especificamente nas séries, essa construção deve ser ainda mais minuciosa, pois é necessário selecionar os atores, assim como os figurinos e as cores - entre outros detalhes -, posto que estes representarão não apenas os personagens, mas as ideias que se deseja transmitir sobre eles (GARDIN, 2008).

Juntamente ao conhecimento de que as séries atuais trazem na sua estrutura narrativa pontos realistas da vida cotidiana, Escalas e Delgadillo (2004 apud CARDOSO, 2017) afirmam que as histórias podem ser sim responsáveis por suscitar comportamentos nas pessoas, podendo inclusive fornecer - por meio da repetição de informações - valores para os jovens, os quais posteriormente tendem a ser interiorizados pelos indivíduos e começam a fazer parte dos ideais de vida e da personalidade de cada um.

Posto que valores e crenças são assimilados por influência das produções cinematográficas, Escalas e Delgadillo (2004 apud CARDOSO, 2017, p.21) completam seu pensamento anterior e explicam que “As histórias persuadem e inspiram de uma forma intensa e única, dado que apelam às emoções e aos sentimentos”.

Segundo Green e Brock (2000) os telespectadores são de fato transportados para o mundo da narrativa, envolvendo-se de tal forma com a história retratada, que acabam por ser absorvidos pelo “mundo” apresentado no enredo do conto.

Em concordância ao exposto acima, Ibarra e Lineback (2005 apud CARDOSO, 2017) partem do pressuposto que as experiências moldam os comportamentos humanos, sejam essas experiências vivenciadas realmente pela pessoa ou apenas assimiladas a partir das cenas das séries. Quando o comportamento é influenciado pelas experiências transmitidas pelas telas, a forma como a narrativa é levada ao telespectador tem um tremendo impacto sobre a

maneira como este passa a enfrentar e encarar o mundo à sua volta e as situações do dia a dia. Concordam, portanto, que as histórias são capazes de definir – e redefinir - os indivíduos.

O modo como as Storylings são elaboradas não exige que os telespectadores formem tramas complexas em suas mentes, entretanto é exatamente isso que acontece. De acordo com Escalar (2015 apud CARDOSO, 2017), o processamento narrativo leva os indivíduos a pensar nas informações recebidas, como se a partir delas pudessem formular/adivinhar os acontecimentos das próximas cenas. Consequentemente é comum que no cotidiano as pessoas que assistem muitas séries e filmes tenham a tendência de tentar continuar impondo às situações da vida real as estruturas aprendidas nas narrativas, com o intuito de entender e premeditar os eventos do dia a dia ao em vez de experimentá-los de forma aleatória, buscando compreender os acontecimentos com mais assertividade e os encaixar em uma espécie de cronologia significativa.

Os expostos acima evidenciam que existe um estudo por traz das produções televisivas, que tem o intuito principal fazer o telespectador permanecer cada vez mais horas em frente as telas consumindo filmes e séries. Por meio da construção de enredos próximos a realidade, suscitando emoções e sentimentos, o que consequentemente por vezes influencia a tomada de decisões dos jovens e a forma como enxergarão a si mesmos e o mundo a sua volta.

3. A RELAÇÃO ENTRE OS ADOLESCENTES E AS SÉRIES

A pesquisadora Assis (2017, p.22) disse em seu estudo que “como nossa sociedade é complexa e multifacetada, sabemos que a adolescência pode ser vivida de formas muito diversas conforme condições de classe, gênero, entre outras.” Entretanto, com a popularização dos serviços de streaming, as séries conquistaram um caráter muito mais acessível do que era antigamente. Agora, estas podem ser assistidas por jovens do mundo todo e a qualquer momento, tornaram-se realmente atemporais. Tal facilidade proporcionou uma disseminação de diversos conceitos, como as modas e os valores. Medrano e Martínez de Morentín (2012, p.680) confirmam esse fato ao postularem que

Pode-se dizer que os perfis de adolescentes de diferentes contextos tendem a homogeneizar na atual aldeia global; que apoia a ideia da consideração dos meios de comunicação como importante agente de socialização.

Segundo Llama (2020, p.3) “Os jovens usam seriados fictícios não apenas para se entreter, mas também para aprender sobre a realidade e entender a própria sociedade”. Estudos mostram que os adolescentes que consomem séries televisivas as veem como uma experiência sobre o mundo e sobre a vida, e que a partir delas constroem sua própria realidade social (LLAMA, 2020).

Em concordância aos expostos, Fiske (1989, p.60) pontua que

Os jovens estão continuamente comparando e contrastando o mundo da televisão com seu próprio mundo social de acordo com uma série de critérios com os quais avaliam o realismo das representações televisivas.

Apenas para fins de esclarecimento, a definição de estereótipo: “Estereótipo é a imagem preconcebida de determinada pessoa, coisa ou situação. São usados principalmente para definir e limitar pessoas ou grupo de pessoas na sociedade.” (MONTE et al., 2019, p.5)

De acordo com Lippmann (1922), os estereótipos são essenciais na vida das pessoas, ele explica que os seres humanos se adaptam ao seu ambiente tomando por base as mediações retratadas nas ficções – como se essas se tornassem um referencial para espelhamento. Entretanto, Llama (2020) diz que o que o público percebe – baseados nas produções televisivas - são apenas um entorno do mundo, o qual está bem distante da realidade, apesar de ser muitas vezes concebido – erroneamente – como o real.

A autora afirma, mais adiante no seu trabalho, que os enredos podem apresentar ideias e valores contraditórios eventualmente, o que acaba por confundir a percepção que os jovens podem vir a ter dos fatos e acontecimentos:

Nos enredos [das séries *Pretty Little Liars* e *Gossip Girl*] a mentira é a base da história e sem ela você não pode desmascarar os perseguidores. Isso confunde a mensagem, pois mentiras, vingança e assédio são resolvidos como dois lados da mesma moeda, pois pode ser usado para o próprio benefício ou causar danos irreparáveis ao outro.” (LLAMA, 2020, p.21)

Em seus estudos, Lippmann (1922, p.125) aponta que os filmes e séries condicionam não apenas "que fatos veremos, mas com que luz os veremos". Em somatória, o pensador Yubero (2004) afirma que a psicologia social da televisão desempenha um papel fundamental no campo da aprendizagem por modelagem simbólica, a qual funciona como um elemento motivacional ou bloqueador de

comportamentos para os telespectadores. A modelagem simbólica é mais efetiva nas produções televisivas quando o personagem a ser modelado é retratado de forma atraente e ou de forma semelhante ao expectador alvo, ou então quando este é reforçado em diferentes cenários e produções, mas evidencia-se principalmente quando são apresentadas excitações emocionais envolvendo o personagem, pois este último aumenta significativamente a probabilidade que o comportamento sofra mudanças.

Séries que se concentram em dramas do ensino médio e abordam o problema do cyberbullying, sexting ou cyberbullying expõem arquétipos mais polarizados e mais estereotipados do que outros gêneros, como produtos baseados em ficção científica e fantasia com *Stranger Things* ou *The Umbrella Academy*. (LLAMA, 2020, p.13)

Analogamente a citação acima, entende-se que quando mais estereotipado for a série mais esta será capaz de influenciar o comportamento e o modo de pensar dos jovens.

Existem vários tipos e temas que estão sendo abordados nos filmes e séries teen. Em seu projeto *Llama* (2020) escolheu para usar como parâmetro de comparação as séries *Gossip Girl* e *Pretty Little Liars* para identificar quais são os temas que mais recorrentes e pode listar os seguintes assuntos: Toxicidade no amor, Sexo condicionado ao gênero, A mercantilização do sexo, A Violência Sexual, Banalização da morte, Competitividade feminina, Culto à beleza e estética, Mudança de papel adulto-adolescente, Posição de status/consumismo, Pressão familiar e social, Racismo, entre outros.

Conclui-se então o quanto os temas das séries teen tem grande relevância em relação a influenciar os comportamentos dos jovens e adolescente, sendo algo determinante inclusive na visão que esses passam a ter de si mesmos ao se compararem aos estereótipos retratados nas produções televisivas. Evidencia-se também que os jovens buscam nas séries mecanismos que os ajudem a vivenciar as situações do dia a dia, mas que muitas vezes as informações contidas nessas não condizem com a realidade – o que torna a visão de mundo dos adolescentes por vezes distorcida e suas ações não assertivas.

4. REPRESENTAÇÃO DO CORPO FEMININO NAS SÉRIES TEEN: OS ESTEREÓTIPOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Já é comprovado cientificamente um crescimento na preocupação da população em relação à melhora da aparência, fato reforçado principalmente devido à exaltação de um padrão ideal de imagem corporal estabelecido pela mídia (DAMASCENO, et al., 2006 apud SILVA, 2018, p.13).

Indubitavelmente a mídia influencia a forma como as pessoas veem a si mesmas, e levando em consideração que somos seres sociais imersos em discursos ideológicos e econômicos as mídias têm a capacidade de construir o que entendemos por identidade de gênero, colocando o que é masculino e o que é feminino como padrão (MIGUEL, et al., 2004 apud MENENDEZ, HERNANDEZ, 2014).

Segundo Rosa Fischer “as imagens midiáticas têm um papel importante na formação das concepções sobre gêneros e na construção da misoginia” (FISCHER, 2001, p.3). O corpo feminino é um grande objeto de manifestações misóginas. Este é extremamente cultuado na sociedade atual, tornando-se um produto a ser exibido, vendido, consumido, inspecionado, aprovado ou reprovado.

Existem várias exigências em torno do corpo feminino, as quais estimulam uma supressão dos apetites, sejam esses através do déficit calórico – a fim de manter o corpo magro - ou da abstinência de determinados alimentos supostamente prejudiciais à beleza (QUITSCHAL; PIASSI, 2017).

“Diversas pesquisas nacionais e internacionais comprovam que a mídia contribui na insatisfação corporal e no padrão alimentar das pessoas” (BOSI, et al., 2008 apud SILVA, 2018, p.15). Em confirmação a isso, Quitschal e Piassi (2017) aponta que as mídias convidam as meninas e mulheres a renunciar ao prazer de comer, como uma condição para que o ideal de aparência - constantemente cobrado – seja atingido. Por esse e outros motivos é possível identificar um número alto de casos de transtornos alimentares nessa parcela da população.

A adolescência é um período marcado pelo reconhecimento corporal e a vaidade, diante disso os jovens são os mais afetados com os discursos de padronização estético, posto que sua consciência e identidade ainda estão em formação – o que os torna mais vulneráveis psicologicamente e mais suscetíveis a desenvolver distúrbios alimentares. Segundo a associação de psiquiatria norte-

americana “Os transtornos alimentares se caracterizam por perturbações no comportamento ou pensamentos frequentes e persistentes relacionados a alimentação” (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

“O termo Gordofobia significa aversão à pessoa gorda, [...] ser gordofóbico é ter repulsa, inferiorizar e menosprezar a pessoa gorda” (CARDOSO; COUTO, 2017 apud MONTE et al., 2019, p.4).

As produções que exibem discursos gordofóbicos podem afetar de forma negativa os telespectadores jovens – que são público-alvo das séries e filmes – e servir como gatilho para o desenvolvimento e sustentação de doenças e distúrbios alimentares, como bulimia nervosa, anorexia, podendo inclusive gerar pensamentos suicidas (SILVA, 2018). As séries que perpetuam padrões estéticos inatingíveis, e inferiorizam pessoas apenas por não se encaixarem nele, são um retrocesso no desenvolvimento do pensamento moderno, vão em contramão aos movimentos de aceitação do próprio corpo e trazem à tona antigos paradigmas (MONTE et al., 2019).

A maioria das séries teen tem como protagonistas personagens que seguem os padrões de beleza sociais atuais, porém em 2018 a Netflix lançou uma série chamada *Insatiable*, que tem como protagonista a personagem Patty Bladell, uma menina gorda – inspirada na própria vida da criadora da produção. Este foi um programa muito esperado pelo público, pois prometia dar visibilidade a uma minoria pouco assistida, contudo as coisas não ocorreram assim.

A série *Insatiable* foi construída utilizando-se na maior parte do tempo de humor negro, e retratou a Patty Bladell como uma menina infeliz, agressiva, excluída socialmente e que sofria bullying. Logo após o lançamento do primeiro teaser da produção mais de 100.000 pessoas assinaram uma petição online no site Change.org pedindo que a Netflix cancelasse a série, acusando-a de perpetuar discursos gordofóbicos (MONTE et al., 2019).

O desejado é que a pessoa gorda seja caracterizada nas produções televisivas com respeito e dignidade, e não como alguém insatisfeita e mal-humorada, visto que isso já é um estereótipo solidificado – da forma como a série citada acima retratou a personagem principal é como se ser gordo fosse necessariamente algo negativo e que deve ser mudado.

A sociedade atual tem a visão de que o corpo gordo é sinônimo de não saudável – equivocadamente -, mas isso nem sempre foi assim, houve uma época a

qual no corpo feminino a obesidade era bem-vista, e fortemente ligada a fertilidade e prosperidade (WEIGL, 2017 apud MONTE et al., 2019).

Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram. (WOLF, 1992, p.15)

Fundamentado nas afirmações acima, percebe-se que atualmente há uma supervalorização da magreza e um forte preconceito e inferiorização dos outros tipos de corpos, esse é um dos principais fatores pelo qual o número de mulheres jovens desenvolvem transtornos alimentares – apesar de este não ser um problema exclusivo do sexo feminino. Como as produções televisivas são um espelho da vida cotidiana, esses padrões de beleza inatingíveis estão impregnados nas séries teen sendo cada vez mais transmitidos e perpetuados.

5. PERSONAGENS INTERPRETADOS POR MULHERES NAS SÉRIES TEEN: UMA VISÃO SOBRE A SEXUALIDADE FEMININA E SEUS PAPEIS SOCIAIS

A virgindade é um conceito de muito peso na cultura contemporânea e é um tema muito retratado nas séries teens. Esta pode ser abordada de três maneiras, como o discurso da abstinência, o discurso da urgência e o discurso de gestão. No primeiro a virgindade é vista como um presente e, portanto, a prática sexual adolescente demora mais para acontecer; já o segundo é o oposto, a virgindade é vista como um estigma e o ato sexual é visto como uma afirmação de identidade do adolescente; no terceiro a atividade sexual adolescente é percebida como inevitável, por vezes não totalmente desejável, e então os potenciais riscos físicos ou psicológicos devem ser administrados, de forma a serem minimizados (KELLY, 2010 apud COUTINHO, 2016).

Outro ponto a ser ressaltado que em grande parte das séries teen assunto como modos de prevenção a gravidez, IST's, e profilaxias no geral não são nem comentados. Tomando como base um estudo feito em cima da série *Pretty Little Liars* nota-se que assuntos adultos como métodos contraceptivos não são tópicos de conversa de nenhum dos protagonistas, nem entre amigos, familiares ou com os próprios parceiros. Todavia, na série *Glee* as discussões sobre a

sexualidade adolescente são bem amplas e vistas de maneira positiva (COUTINHO, 2016, p.10).

Nas produções televisivas é entendido como positivo em personagens femininos a conduta de continência sexual - qualidade que não se estende à personagens masculinos -, por isso é bastante frequente que as vilãs sejam retratadas como sexualmente ativas e não monogâmicas.

Nesse contexto também pode ser acrescentado o tabu do prazer sexual, posto que fica implícito nas narrativas que um dos requisitos básicos na definição de uma mocinha é fazer sexo somente com os homens por quem se está apaixonada, ao passo que praticá-lo pelo mero prazer sexual - sem sentimentos afetivos envolvidos – é requisito para definição de uma vilã (QUITSCHAL; PIASSI, 2017).

Em maior ou menor grau, percebe-se que existe ainda uma diferença em como a sexualidade feminina e a masculina são apresentadas nos teen dramas. Ainda que tal diferença seja frequentemente somente subentendida, ela é perceptível especialmente quando se destacam as narrativas de perda de virgindade, onde, de modo geral, meninos têm “pressa” e as meninas querem “esperar”. (COUTINHO, 2016, p.13).

Na sociedade atual é evidente a perpetuação de um aprendizado de gênero, ou seja, através da educação são transmitidas crenças de como cada ser humano deve agir e o que se espera dele de acordo com seu sexo biológico: “a masculinidade costumeiramente inclui agressividade, lógica, frieza emocional e dominação, ao passo que a feminilidade é associada à paz, intuição, expressividade emocional e submissão” (JOHNSON, 1995, p.205).

Os personagens ficcionais são analisados o tempo todo por suas atitudes no decorrer da história, e então seus comportamentos são caracterizados como “eufóricos” ou “disfóricos” – essa diferenciação é determinada principalmente de acordo com o gênero do personagem.

Um levantamento do Instituto Geena Davis revelou ser mais frequente em filmes a representação da mulher em relacionamentos monogâmicos e os papéis de mães aparecem com mais frequência que os de pais, disparidade mais prevalente em filmes de classificação livre, o que pode indicar

tentativas de educar crianças e adolescentes sobre o papel esperado das mulheres (COOK; SMITH apud QUITSCHAL; PIASSI, 2017, p.5)

Em várias culturas pode-se afirmar que as características tipicamente masculinas são mais valorizadas do que as tipicamente femininas, isso não é diferente nos cenários televisivos “As mulheres parecem inferiores aos homens, personagens femininas tendem a desempenhar papéis tradicionais, muitas vezes são emocionalmente instáveis e não podem competir com os machos” (GRAYDON, et al., 2001 apud MENENDEZ, HERNANDEZ, 2014, p. 8).

A namorada ideal é inteligente, companheira e independente – até certo ponto [...] Assim, uma das “funções” mais relevantes para um namorado conforme demonstrado em algumas séries do gênero é validar a namorada, reafirmar seu valor não apenas intimamente – o que acontece de forma recíproca, em geral – mas socialmente, o que se reflete na competição feminina em relação aos rapazes. Outro viés que transparece numa aparente contradição é que, apesar da aparente busca por uma relação igualitária, os rapazes, muitas vezes, não conseguem conviver com esta garota independente, inteligente e ambiciosa. (COUTINHO, 2017, p.8)

Os personagens são construídos de forma a passarem uma imagem e uma mensagem ao telespectador, assim como visto anteriormente todas as escolhas das características são pensadas de forma minuciosa. Na série *The Vampire Diaries* a atriz Nina Dobrev interpreta duas personagens distintas – Katherine e Elena - e fica evidente como a sociedade atual enxerga a mulher ao analisarmos as construções das personagens interpretadas pela atriz

Os cabelos de um personagem são parte importante da caracterização, pois têm uma significação social simbólica, cabelos ondulados têm mais volume e ocupam mais espaço, são até chamados de “rebeldes”, assim como Katherine. Cabelos lisos são “domados”, “controlados”, assim como Elena.” (QUITSCHAL PIASSI, 2017, p.16)

O mais interessante nesta colocação é a forma como as produções televisivas conseguem vincular traços de personalidade às características físicas, cristalizando estereótipos e os disseminando mais ainda. O cabelo liso traz a ideia de inocência, timidez, e representa a mulher recatada, enquanto o cabelo ondulado relaciona-se ao selvagem, ao indomado, representa a mulher sexy – sendo que essa relação não é universal e imutável.

Em seu trabalho, Llana (2020) comenta que os roteiristas das séries e filmes já iniciaram um processo de evolução dos estereótipos, seja na apresentação dos protagonistas ou na construção das suas tramas – abordando de forma distinta ao usual as expectativas e os conceitos de sucesso -, apostando em um

desenvolvimento das personagens que foge aos enredos centralizados apenas nos relacionamentos amorosos e na perpetuação da imagem da mulher resgatada pelo macho.

Entretanto, posto que a livre expressão da sexualidade é geralmente característica da personagem “vilã” – mulher – não resta dúvidas em afirmar que socialmente isso também acontece, no sentido de ser esperado das mulheres que elas assumam atitudes análogas as das personagens “mocinhas” e se relacionem apenas com um parceiro pelo qual elas tenham sentimentos amorosos. Mesmo nas séries em que teoricamente os pares românticos das protagonistas aceitam a caracterização de uma mulher forte fica evidente que eles não sabem lidar com toda a potência da parceira.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi identificar se as séries teen influenciam no comportamento dos adolescentes e jovens, e por meio das leituras e discussões dos autores as considerações foram de que as séries voltadas ao público teen são construídas de maneira que a modelagem dos comportamentos dos telespectadores ocorre, pois utilizam-se nos enredos acontecimentos que se parecem com a vida cotidiana afim de trazer um cenário semelhante ao do telespectador para que haja então uma identificação pessoal e criação de um vínculo afetivo emocional – que facilita por conseguinte que as produções televisivas se tornem referências para os jovens e influenciem seus comportamentos.

A partir do que foi lido e discorrido no artigo o que pode ser feito para que os comportamentos dos jovens sejam mais assertivos é que as produções televisivas busquem construir enredos os quais não sejam tão marcados por estereótipos negativos e excludentes. Sendo assim de suma importância que as séries teen abordem temas de relevância social que proporcionem reflexões positivas para o desenvolvimento intelectual, social e político dos jovens.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, R. J. M. *A influência do storytelling (estrutura da narrativa) nas percepções, atitudes e comportamento dos consumidores*, Leiria, p. 13-22, set. 2017. Disponível em:

<https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/2956/1/Mestrado%20Marketing%20Relacional%20-%20Ricardo%20Cardoso.pdf>. Acesso em: abril 2021.

LLAMA, M. N. *Estereotipos de género y cyberbullying en las series de ficción adolescentes: un análisis comparativo de gossip girl, pretty little liars y get even*, Salamanca, 2020. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/2172-9077/article/view/fjc202021125145/24487> Acesso em: abril 2021.

QUITSCHAL, P. M.; PIASSI, L. P. de C. *Vampiras e a sexualidade livre das mulheres: uma análise a partir do seriado televisivo "the vampire diaries"*, São Paulo, p. x-x, jan/jun 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/6841/4998> Acesso em: abril 2021.

ASSIS, N. D. P. "*vadias ou certinhas*": estudo psicanalítico sobre o sofrimento de meninas adolescentes, São Paulo, p.22, 2019. Disponível em: http://tede.bibliotecadigital.puccampinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/1226/2/NA_T%c3%81LIA%20DEL%20PONTE%20DE%20ASSIS.pdf Acesso em: abril 2021.

MONTE, A. L. S. et al. *Insaciável: a fome de representação das minorias*, Belém, set. 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0158-1.pdf> Acesso em: abril 2021.

SILVA, G. L. da *Influência da mídia sobre o comportamento alimentar e imagem corporal em universitários*, Vitória de Santo Antão, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/23916/1/SILVA%2C%20Gesikelly%20Lopes.pdf> Acesso em: maio 2021.

COUTINHO, L. L. *É simplesmente diferente para meninas: amor e sexo em seriados de teen drama*, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/3787/9695 Acesso em: maio 2021.

MENENDEZ, M. I. M.; HERNANDEZ, F. A. Z. *Mujeres y hombres en la ficción televisiva norteamericana hoy*, Colômbia, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=4915482590042014> Acesso em: maio 2021.

DEPRESSÃO INFANTIL: A percepção dos pais sobre o tema

Maria Eduarda de Oliveira Maia
Graduanda em Medicina - Uni-FACEF
mariaeduardafacef@gmail.com

Maria de Fátima Aveiro Colares
Docente do curso de Psicologia – Uni-FACEF
mariadefatima@facef.br

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é a proposta de um projeto de iniciação científica, desenvolvido durante o curso de Medicina e pretende relatar o tema da depressão infantil. Primeiramente, a pesquisadora e sua orientadora optaram por focar no referencial teórico da pesquisa, realizando revisão bibliográfica e ampliando os conhecimentos sobre o assunto. O foco da revisão foi relacionado aos conhecimentos sobre a depressão infantil com a leitura de artigos relacionados ao tema.

O tema foi escolhido devido o desejo da pesquisadora em abordar um assunto que ainda é um tabu na sociedade, mesmo sendo algo cada vez mais recorrente. A depressão infantil é uma realidade com poucos estudos sobre, principalmente em relação a aceitação paterna, pois até os dias atuais ainda é considerada uma doença adulta. É do desejo da pesquisadora que sejam refletidos e investigados os tabus envolvendo doenças mentais, crianças e a união dos mesmos. Além disso, deseja-se que o presente estudo possa ser de ajuda para discussões futuras sobre o tema e crie interesse nos indivíduos sobre a questão, auxiliando na saúde da criança.

O presente estudo se baseia em estudos na literatura e posteriormente será realizada uma pesquisa de campo do tipo qualitativa. A relevância deste trabalho se dá no estudo mais aprofundado da percepção dos pais diante da depressão infantil e no esclarecimento dos conceitos da depressão infantil.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) depressão consiste em um transtorno mental, que se caracteriza por apresentar tristeza persistente; perda de interesse em atividades

que são normalmente prazerosas; incapacidade de realizar atividades diárias; perda de energia; mudanças no apetite; no sono; aumento da ansiedade; perda de concentração; sentimento de culpa, desesperança e inutilidade; além de possíveis pensamentos suicidas, sintomas esses presentes em um período mínimo de duas semanas (SAÚDE, 2017). De acordo com a OMS, a depressão seria o mal do século XXI, se tornando a segunda moléstia que mais causa perda de vida útil da população no ano de 2020, estando atrás apenas das doenças cardíacas.

O termo “depressão” é recente, proveniente do grego como “deprimere”, que significa “pressão baixa”. O termo só foi introduzido na medicina no século XVIII. Nos estudos de Hipócrates se encontram os primeiros relatos clínicos sobre mudanças de humor, 460-370 a.C., entretanto, antes do século XVIII a tristeza, característica da depressão, era considerada algo intelectual e ligada a superioridade social. Apenas no final do século XVIII, após algumas tentativas de tratar essa tristeza como uma doença, Emil Kraepelin, autor do primeiro Compêndio de psiquiatria, conseguiu que esta ideia fosse revogada e em 1983 apresentou uma definição para essa tristeza, como um quadro clínico de psicose maníaco-depressiva.

Ao adentrar mais a depressão, vemos que ela possui subgrupos, dividindo-se em unipolar e bipolar. A depressão unipolar é caracterizada por sintomas de melancolia, muito associados a depressão. Já a bipolar, flutua entre períodos de melancolia e maníacos. (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais IV – TR; 2003). Trazendo para o contexto da depressão infantil, objeto de discussão desta pesquisa, as crianças com essa enfermidade podem apresentar quatro tipos de dificuldades, nas atmosferas do pensamento (problemas de concentração; indecisão; morbidade; sentimento de culpa e inutilidade), emoções (irritação, falta de interesse em atividades, inexpressão e variações no estado emocional), comportamentos (agitação ou letargia) e processos psicológicos (insônia ou sonolência excessiva; muito ou pouco apetite e fadiga). Vale ressaltar que, é de maior preocupação, caso esses sintomas apareçam de maneira súbita, sem um motivo (Miller; 2003).

A depressão infantil é algo muito mais recente, pois anteriormente à década de 1960, a mesma era considerada uma enfermidade adulta. Apenas a partir desse período estudos passaram a ser realizados e hoje é indiscutível a presença da depressão na infância e adolescência. Porém, ainda é discutido sobre os

sintomas, pois não há estudo conclusivo se os sintomas são os mesmos da depressão adulta ou se diferenciam de acordo com a faixa etária, atualmente os critérios utilizados para diagnóstico são os mesmos, mas é necessária uma análise minuciosa do médico. Certamente, o diagnóstico é mais difícil neste período, pois pode ser facilmente confundido com comportamentos normais da idade, criação da personalidade e há relatos de pais que consideram como preguiça e birra. No que desrespeito aos sinais e sintomas, a depressão acomete de forma diferente crianças e adultos, pois nos primeiros pode causar irritabilidade, ganho de peso, associados aos sintomas de depressão, são comuns sintomas de ansiedade juntamente. Nas crianças, essa enfermidade pode ocorrer por diversos motivos, como momentos de estresse, conflitos de personalidade, relacionamentos difíceis entre amigos e familiares, traumas e perdas.

A família possui um papel de extrema importância na juventude, pois influencia o indivíduo e sua criação de personalidade, portanto, fica claro que um ambiente familiar inadequado e até mesmo questões genéticas, como pais depressivos, são fatores de risco para depressão infantil. Estudos apontam que ambientes com carência de amor, cuidado, com muita crítica e hostilidade entre os membros, são mais propícios para transtornos mentais infantis. Além disso, caso a criança apresente este transtorno, uma família presente, acolhedora e compreensiva, ajudará imensamente o tratamento. Concomitantemente a isto, o assunto “depressão infantil” ainda se encontra como um tabu na sociedade e pode ser difícil a aceitação da família perante este quadro, como dito anteriormente, muitas vezes os pais podem considerar como preguiça, birra, comportamentos normais da idade e uma forma de chamar a atenção. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo estudar a relação da família na doença, sendo uma possível desencadeadora, no diagnóstico e no tratamento.

Em relação a etiologia da depressão, alguns estudiosos apontam que, há fatores genéticos que desencadeiam a doença. Lafer, Almeida, Miguel e Fráguas (2000) apontam que filhos de pais deprimidos, possuem três vezes mais risco para a doença, sendo um risco maior ainda se ambos os pais possuírem a enfermidade. Isso pode ser explicado por herança genética, como também por espelhamento, pois os filhos tendem a espelharem-se em seus pais e imitarem seus comportamentos. Biologicamente há outra etiologia, está relacionada a falta de neurotransmissores (substâncias químicas que transmitem informações de um neurônio para outro) nos

espaços entre dois neurônios, esses neurotransmissores seriam, principalmente, norepinefrina e serotonina, que são da classe das monoaminas e sua falta desencadearia depressão. Obviamente, não podemos deixar de lado, o fator ambiental como etiologia da depressão, pois ambientes instáveis, problemáticos e inseguros, podem causar sérios problemas no desenvolvimento infantil. (Miller; 2003)

Ao falarmos sobre o diagnóstico de depressão na infância, sabemos que se trata de um diagnóstico difícil, pois muitas vezes a criança não sabe expressar seus sentimentos de forma verbal, portanto, é muito importante que os pais e/ou responsáveis, juntamente com os profissionais das escolas, observem os comportamentos da criança, que são as manifestações não-verbais da doença, sendo as brincadeiras, as relações interpessoais, o que faz em seus momentos de lazer. Além disso, deve-se destacar o diagnóstico diferencial da depressão infantil, pois alguns sintomas são dificuldade de concentração, indecisão, irritabilidade, interesses ou prazeres reduzidos, o que por muitas vezes, atualmente, é diagnosticado erroneamente como TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade).

Correlacionando com o que foi dito anteriormente, crianças tendem a não conseguir expressar seus sentimentos de forma verbal, por isso, muitas vezes as crianças com transtorno depressivo, podem se colocar em risco físico para se expressar e como forma de conseguir a atenção das pessoas ao seu redor, desejando que as mesmas entendam seu sofrimento. Portanto, é imprescindível que as pessoas do convívio do infante juvenil, observem ferimentos repetidos sem explicação, comportamentos perigosos e a autoagressão. (Calderaro, Carvalho; 2005)

Em relação as formas de tratamento da depressão infantil, ao que acomete a área da psicologia, a Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) vem se mostrando eficiente, entretanto, a abordagem para criança é diferente que com adultos, pois crianças possuem maior dificuldade em expressas coisas do âmbito abstrato, como os sentimentos, por isso cabe ao profissional realizar uma abordagem mais acessível, usando metáforas, analogias, e outras ferramentas de ajuda, como os desenhos.

No que tange o tratamento farmacológico, os antidepressivos são muito estudados e utilizados na população adulta, porém ainda é necessário mais estudo sobre seus efeitos e risco-benefício na população infantil. Os mais utilizados nessa faixa etária são os Inibidores Seletivos na Recaptação de Serotonina (ISRSs), mais especificamente a Fluoxetina. Entretanto, o tratamento farmacológico não deve ser indicado em todos os casos, sendo preciso uma avaliação ampla do caso e a tentativa do mesmo ser controlado apenas com as terapias, há indicação de no mínimo três meses de terapia ou seis sessões, antes de optar pelo uso de medicamentos.

Diante do exposto anteriormente, consideramos a escolha desse tema como de relevância social e destacamos a seguir os objetivos do estudo

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Identificar a percepção de familiares na depressão infantil e seu papel no quadro depressivo da criança.

2.2. Objetivos específicos

-Identificar o histórico médico da criança no quadro de depressão infantil a partir de informações dos profissionais do Naia

-Identificar possíveis causas da dinâmica familiar frente ao quadro

-Identificar as estratégias de enfrentamento de pais e/ou responsáveis no contexto da depressão infantil.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, de abordagem qualitativa, que será realizada no Núcleo de Atenção a Infância e Adolescência (NAIA) de Franca- SP. Haja vista que, o principal objetivo deste estudo é analisar a percepção da família na depressão infantil, o método escolhido permite a análise de um número reduzido de famílias que presenciam este transtorno.

4. PARTICIPANTES

Os participantes do presente estudo serão selecionados por amostra de conveniência, e serão identificados pelos profissionais do NAIA (Núcleo de Atenção a Infância e Adolescência). O referido serviço, tem dentre seus atendimentos casos de depressão infantil. Serão incluídos no estudo pais e/ou responsáveis de crianças que estejam em tratamento da depressão infantil, ou que já tenham passado por esse quadro e estejam estabilizadas, e que concordem em participar do estudo. Estima-se a participação de três pacientes e suas famílias. Estima-se a participação de 5 mães e/ou responsáveis.

Etapas do estudo:

1ª etapa: Recrutamento e seleção de participantes a partir da colaboração dos profissionais do NAIA

2ª etapa: Entrevista com pais e/ou responsáveis das crianças selecionadas, cujos pais aceitarem fazer parte do estudo

3ª etapa: Entrevista semi-dirigida com profissionais do NAIA (médico psiquiatra e psicóloga)

5. INSTRUMENTOS

Para a realização do estudo, será utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturada, cujos tópicos são descritos a seguir:

A) Para os pais e/ou responsáveis:

- Como e quando percebeu que seu filho (a) não se encontrava bem?
- Como foi a aceitação do diagnóstico?
- Você acredita que possui certa influência no transtorno do seu filho (a)?

B) Para os profissionais do setor que aceitarem participar

- Como você define a depressão infantil?
- O que você considera como causas da depressão infantil?
- No seu trabalho com crianças com quadros depressivos, qual o seu maior desafio?

6. PROCEDIMENTO DA COLETA DE DADOS

Após a anuência dos pais em participar do estudo, eles serão consultados sobre a melhor maneira de ser realizada a entrevista. Esta poderá ocorrer no Núcleo de Atenção a Infância e Adolescência (NAIA), ou na instituição de ensino, em local apropriado se os pais assim concordarem.

7. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados serão analisados, de acordo com os procedimentos metodológicos relacionados as pesquisas qualitativas. As respostas, concedidas a cada pergunta, serão analisadas e sintetizadas em categorias temáticas, conforme os pressupostos teóricos da pesquisa qualitativa.

8. ASPECTOS ÉTICOS

Inicialmente o projeto será encaminhado a secretaria de saúde de Franca para anuência e aprovação. Posteriormente, será submetido à uma avaliação do Comitê de Ética em Pesquisas do Centro Universitário Municipal de Franca – Unifacef. Após sua aprovação, se iniciará o recrutamento dos participantes que serão entrevistados. Os entrevistados terão acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, fornecendo a eles todos os esclarecimentos do estudo. Os dados adquiridos nas pesquisas poderão ser divulgados em congressos e artigos científicos de circulação, porém a identificação dos entrevistados não será disponibilizada, preservando o sigilo ético.

No que tange os riscos aos participantes, há ciência de que toda pesquisa envolvendo seres humanos possui determinados riscos, entretanto a presente pesquisa apresenta um risco mínimo para os entrevistados.

Paralelamente a isso, o benefício para os participantes se encontra no melhor entendimento da depressão infantil, para os pacientes e seus familiares, tema que apesar de ser trabalhado desde à década de 1960, ainda há muito o que analisar e teorias mais conclusivas precisam ser formuladas.

9. RESULTADOS ESPERADOS

Como resultado esperado, é previsto que o diagnóstico seja difícil, pois ainda não é um diagnóstico comum em crianças, espera-se também que a aceitação inicial, pela criança e por seus familiares seja conturbada, pois estes alegarão que não há motivos para tal comorbidade. Entretanto, é esperado que após as consultas médicas, o início do tratamento medicamentoso e o acompanhamento terapêutico, a aceitação fique mais fácil e a família possa ajudar na recuperação do paciente, sendo compreensíveis e colaborativos, pois as causas podem estar relacionadas com o ambiente familiar.

Consideramos o estudo de extrema relevância, pois aborda um tema considerado um tabu e que deveria ser mais discutido. Ao discutirmos este tema, estamos dando mais visibilidade aos pacientes infantis da depressão, melhorando o diagnóstico da doença, melhorando a aceitação familiar e pessoal e possibilitando melhor qualidade de vida para os diagnosticados.

REFERÊNCIAS

ANAÍIS BEZERRA DE GUSMÃO, R. D. M. X. M. B. W. R. C. F. L. D. S. M. D. M. B. C. C. L. M. TRATAMENTO DA DEPRESSÃO INFANTIL: ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL DO PSICÓLOGO E FARMACÊUTICO. **Temas em saúde**, João Pessoa, v. v.20, n. n.1, 2020.

CRUVINEL, M.; BORUCHOVITCH., E. Sintomas de Depressão Infantil e Ambiente Familiar. **Psicologia em Pesquisa**, v. v.3, junho 2009.

HUTTEL, J. et al. A depressão infantil e suas formas de manifestação. **Psicol. Argum., Curitiba**, v. v.29, n. n.64, março 2011.

MIRANDA, M. V. et al. Depressão infantil. **Cad. Pesq., São Luís**, v. v. 20, n. n. 3, dezembro 2013.

SAÚDE, O. M. D. S. E. O. P.-A. D. **OPAS/OMS Brasil**, 2017. Disponível em: <[ANDRIOLA, W. B.; CAVALCANTE, L. R. Avaliação da depressão infantil em alunos da pré-escola. **REVISTA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**, v. 12, n. 2, 1999.](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5372:depressao-o-que-voce-precisa-saber&Itemid=822#:~:text=A%20depress%C3%A3o%20%C3%A9%20um%20transtorno,durante%20pelo%20menos%20duas%20semanas.>. Acesso em: 08 julho 2020.</p></div><div data-bbox=)

BARBOSA, G. A. et al. Depressão infantil: um estudo com prevalência em CDI. **Revista Neuropsiqui. da Inf. e Adol.**, 1996.

FERNANDES, A. M.; MILANI, R. G. A DEPRESSÃO INFANTIL, O RENDIMENTO ESCOLAR E A AUTOEFICÁCIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA. **Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 15, n. 2, 2010.

FERNANDES, A. M.; MILANI, R. G. A ETIOLOGIA E O TRATAMENTO DA DEPRESSÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA.

MOLL, M. F. et al. Depressão infantil na ótica dos professores do ensino fundamental. **J Nurs Health**, 2014.

NAKAMURAI, E.; SANTOS, J. Q. D. Depressão infantil: abordagem antropológica. **Revista de saúde pública**, 2007.

ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE: percepção sobre saúde mental e espiritualidade

Gabriela Malheiro Tozzi
gabsmalheiro@yahoo.com

Maria de Fátima Aveiro Colares
mariadefatima@facef.br

UNI-FACEF - Centro Universitário Municipal De Franca

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento refere-se ao projeto da Pesquisa intitulada “Estudantes universitários da área da saúde: percepção sobre saúde mental e espiritualidade.” do Programa de Iniciação Científica do Uni-FACEF. A pesquisa teve início em setembro de 2020, sendo realizada pela aluna do curso de Psicologia do Uni-FACEF, Gabriela Malheiro Tozzi, com orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima Aveiro Colares.

A presente pesquisa tem, por proposta primária, avaliar a saúde mental de estudantes do ensino superior da área da saúde, dos cursos de Enfermagem, Medicina e Psicologia, do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, bem como investigar sua relação com a espiritualidade. É um estudo que tem o intuito de englobar determinadas reflexões, como a percepção que esses estudantes têm acerca do tema espiritualidade e saúde mental, se acreditam ter alguma delas e, se a resposta for positiva, como a vivenciam. Além disso, tem o intuito de investigar se há relação entre ambos os conceitos (espiritualidade e saúde mental).

O estudo surgiu do interesse de conhecer como os estudantes da área de saúde, veem e lidam com sua própria saúde, além de buscar informações e percepções sobre o tema espiritualidade, que vem crescendo na área científica. Isso se dará através de um questionário de dados socioeconômicos, a fim de caracterizar os estudantes, e de uma entrevista estruturada.

2. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

2.1. Introdução

A sociedade atual encontra-se em um contexto sociocultural de pós-modernidade em que a identidade dos indivíduos encontra obstáculos (SHINN, 2008; OLIVEIRA; JUNGES, 2012). No período de isolamento social, decorrente da pandemia da COVID-19, foi notável o alto grau – e cada vez maior - de dependência e domínio tecnológico. Entretanto, mais notável ainda se fez a questão do desamparo, sofrimento e ansiedade existencial que se encontra nossa sociedade (OLIVEIRA; RESSTEL; JUSTO, 2014). Trata-se de um processo de adoecimento, ainda que nem todos adoecem, envolvendo ainda, sentimentos de medo: medo do novo, do desconhecido e, indo além, dificuldades em lidar com esse medo, por mais que seja este um sentimento comum, um companheiro diário. Tais sentimentos fizeram com que se tornasse possível constatar um surgimento mais intenso de busca de valores do mundo da espiritualidade e religiosidade, como afirmam Oliveira e Junges (2012).

Nesse sentido, a psicologia tem demonstrado grande interesse na relação entre espiritualidade/religiosidade e saúde mental, concebendo o ser humano como um ser multidimensional, que integra no indivíduo as dimensões biopsicossocioespiritual (OLIVEIRA; JUNGES, 2012), tendo em vista que todas as dimensões do ser humano se entrelaçam.

Um campo atual de pesquisas e interesse científico tem sido a área de saúde mental de estudantes universitários da área da saúde, bem como sua relação com a espiritualidade. Dessa forma, a presente pesquisa busca identificar aspectos ligados a qualidade de vida desses estudantes e a concepção destes sobre a espiritualidade, com o intuito de aferir se existe relação entre essa saúde e a espiritualidade apresentada por eles. O estudo aborda a conceituação da saúde mental e sua inserção no contexto de vida desses estudantes, a definição de espiritualidade, religiosidade e sua diferenciação e, por fim, a relação de ambos os conceitos.

O conceito de saúde, conforme pontua Vilela e Mendes (2000), é algo relativo, que varia dependendo do contexto cultural. Desde 1998, a OMS conceitua

saúde como sendo um estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social, e não somente sendo a ausência de doença (TONIOL, 2015). Através disso, podemos pensar a saúde mental como um componente de suma importância da saúde, tendo em vista que sem esta, não há saúde. Podemos pensar a saúde, ainda, como sendo mais do que a ausência de transtornos mentais, se determinando por fatores socioeconômicos, biológicos e ambientais (ONU, 2016).

De acordo com uma pesquisa que retrata a saúde mental e espiritualidade/religiosidade sob a perspectiva da visão de psicólogos, realizada por Oliveira e Junges (2012), todos os entrevistados conceituaram a saúde mental como sendo o equilíbrio entre as diversas dimensões da vida e a capacidade de se abrir para as mudanças e as novas experiências que a vida proporciona, e a espiritualidade sendo um fator de proteção que ajuda para a mudança de vida.

A espiritualidade tem sido pensada como uma dimensão em que o indivíduo encontra um sentido para a vida, sendo o modo pelo qual as pessoas entendem e vivem suas vidas, de forma a se vincular a uma busca pessoal tendo em vista um aprimoramento do potencial humano (MARGAÇA; RODRIGUES, 2019). Ela é entendida como um conceito mais amplo do que religiosidade, sendo que esta é voltada mais a crenças e rituais ligadas a uma determinada instituição religiosa (GUERRERO *et al.*, 2011 *apud* SPIRLANDELI, 2013).

Nesse contexto de sofrimento psíquico, espiritualidade e saúde mental, podemos pensar a questão do estudante a partir da interação entre as demandas inerentes ao ensino superior e ao sofrimento psíquico, tendo em vista que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), essa fase (entre 18 e 25 anos) é favorável ao surgimento de comportamentos autodestrutivos, incluindo o uso de álcool e de drogas, como forma de sinalizar que necessita de apoio e ajuda, mesmo que de forma inconsciente. Através de algumas pesquisas, é possível notar um aumento de estudantes doentes, deprimidos e com uso de medicação psiquiátrica (OSSE; COSTA, 2011).

Entretanto, também pode-se conceituar que pesquisas como a de Ribeiro, Campos e Dos Anjos (2019), afirmam que o fortalecimento do bem-estar espiritual é capaz de auxiliar na redução da angústia, em especial relacionada a doenças, bem como na promoção da saúde mental. Conseqüentemente, essa força se daria no âmbito social em que a sociedade se encontra, rodeados de tanta

doença, tanto física quanto mental, especialmente do novo coronavírus, COVID-19, resultando em isolamento social.

2.2. Sofrimento Psíquico

No final do ano de 2019, em Wuhan – China, um novo vírus foi descoberto e rapidamente se propagou por diversos locais do país. O mesmo é da classe corona, sendo que, de início, foi nomeado temporariamente 2019-nCoV e, mais tarde, SARS-CoV-2, e popularmente conhecido como Coronavírus (sendo este uma família de vírus que causam infecções respiratórias). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19 (BRASIL, 2020; OPAS; OMS, 2020). Com o passar dos dias, esse vírus começou a se espalhar por diversos países, causando um alto índice de infectados, de internados e de mortes.

“[...] a OMS declarou emergência de saúde pública de importância internacional pela primeira vez em 30 de janeiro de 2020, e declarou formalmente a existência de uma pandemia em 11 de março de 2020” (BMJ, 2020, p. 3). Considerando tais informações, no mesmo mês [março] deu início o necessário isolamento social, a fim de diminuir a disseminação do vírus, tendo em vista o que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) afirmou:

o vírus causador da COVID-19 pode se espalhar por meio do contato direto, indireto (através de superfícies ou objetos contaminados) ou próximo (na faixa de um metro) com pessoas infectadas através de secreções como saliva e secreções respiratórias ou de suas gotículas respiratórias, que são expelidas quando uma pessoa tosse, espirra, fala ou canta. As pessoas que estão em contato próximo (a menos de 1 metro) com uma pessoa infectada podem pegar a COVID-19 quando essas gotículas infecciosas entrarem na sua boca, nariz ou olhos (OPAS, 2020, on-line).

Conforme a declaração do diretor geral da Organização Mundial da Saúde – OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, a pandemia da COVID-19 traz, mais uma vez, a importância da saúde mental, tanto quanto a saúde física. Ainda segundo o diretor, o avanço e agravamento da doença pode causar aumento nas condições de saúde mental, “como a depressão, ansiedade e transtornos por uso de substâncias” (ONU, 2020).

O diretor acrescenta, nesse mesmo pronunciamento, que os profissionais de saúde são os mais afetados devido ao enfrentamento diário com a doença, além de crianças e jovens com suas rotinas interrompidas drasticamente.

Ele conclui seu discurso dizendo que “se alguma vez houve um bom momento para investir em saúde mental, é agora. [...] não há saúde, sem saúde mental”.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, também afirma, através de um vídeo no canal do youtube da ONU Brasil (2020), nesse mesmo sentido, que a COVID-19 não está afetando apenas nossa saúde física, mas que também está aumentando o sofrimento psicológico. Isso por conta de diversos fatores, como o isolamento social, dinâmicas familiares difíceis, além da incerteza e medo do futuro.

Além dos profissionais de saúde que estão na linha de frente, como dito pelo diretor, o secretário-geral reconhece que os que estão em maior risco também são os idosos, adolescentes e jovens com condições de saúde mental pré-existent e os que vivem em situações de conflito e de crise. Ainda reitera a questão de que a dor, a ansiedade e a depressão irão afetar as pessoas e as comunidades mesmo quando a pandemia estiver sob controle, sendo que os serviços de saúde mental são uma parte essencial de todas as respostas do governo à COVID-19, devendo ser expandidos e totalmente financiados. Nesse sentido, ao passo que a pandemia esteja contida, é de extrema importância a transferência de mais serviços de saúde mental para a comunidade, garantindo que a mesma seja incluída na cobertura universal de saúde (ONU, 2020).

2.3. Saúde mental: Considerações gerais

Através do Manifesto do I simpósio internacional de saúde mental na gestão integral de riscos e desastres (2015), pode-se reconhecer a Saúde Mental (SM) como uma área extensa e complexa de conhecimentos e de cuidados que vão além da psicopatologia, semiologia e do tratamento dos transtornos mentais. Refere-se a um campo de conhecimento e de atuação diversificado, com inúmeras significações, viesado no âmbito das políticas públicas de saúde relacionada, ainda, à proteção e à salvaguarda dos direitos humanos e sociais. Nesse sentido, é extremamente necessário desconstruir a ideia de que saúde mental se restringe a um estado de sanidade mental.

A saúde mental é uma parte integrante e essencial da saúde, como afirmam a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2016). Saúde, então, se caracteriza por ser um estado de

completo bem-estar físico, mental, espiritual e social, não se restringindo a mera ausência de doença e enfermidade, da mesma forma que saúde mental é mais do que a ausência de transtornos mentais ou deficiências.

Essa mudança se deu após o término da Segunda Guerra Mundial quando, em 1948, foi fundada a Organização Mundial de Saúde (OMS), organismo internacional responsável por criar essa definição de saúde atual, levando em conta que, com o passar dos anos, novas definições foram criadas a partir da proposta inicialmente, buscando-se alternativas biomédicas quanto à própria definição da OMS (SILVA; SCHRAIBER; MOTA, 2019).

Alguns anos depois, em novembro de 1986, na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, a Carta de Ottawa pontua que, para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, tanto os indivíduos quanto os grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar de forma favorável o meio ambiente. A saúde, então, deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver, sendo a mesma um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas.

No estudo de Uchoa e Vidal, *Antropologia Médica: elementos conceituais e metodológicos para uma abordagem da saúde e da doença* (1994), vê-se que o discurso antropológico aponta tanto os limites quanto a insuficiência acerca da tecnologia biomédica quando se trata de mudar de forma permanente o estado de saúde de uma população. Isso porque ele nos revela que o estado de saúde de uma população é associado ao seu modo de vida e ao seu universo social e cultural. Nesse sentido, a antropologia médica se inscreve numa relação de complementaridade com a epidemiologia e com a sociologia da saúde.

A epidemiologia estuda a distribuição das doenças, ou mesmo de condições relacionadas à saúde, em populações e busca os determinantes dessa distribuição. Já a sociologia da saúde investiga a determinação que exercem os contextos social e institucional sobre as enfermidades e os comportamentos dela decorrentes. A antropologia, por fim, considera que a saúde e o que se relaciona a ela são fenômenos culturalmente construídos e culturalmente interpretados (UCHOA; VIDAL, 1994).

[...] o dualismo cartesiano entre corpo e espírito seria o precursor imediato das concepções biomédicas contemporâneas de organismo humano e do pensamento materialista radical que caracteriza a biomedicina. [...] A doença é ora vista como um problema físico ou mental, ora como biológico ou psicossocial, mas raramente como fenômeno multidimensional. A fragmentação do objeto gera a fragmentação das abordagens (UCHOA; VIDAL, 1994, p. 500).

Nesse sentido, é de suma importância a questão de se ver e considerar a saúde como um aspecto multidimensional, que abrange não só o aspecto biológico do indivíduo, mas social, psicológico e espiritual. A OPAS e a OMS (2016) afirmam ser múltiplos os fatores sociais, psicológicos e biológicos que determinam o nível de saúde mental de uma pessoa.

Na 3ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde com o tema de Promoção da Saúde e Ambientes Favoráveis à Saúde, a Declaração de Sundsvall (1991) aponta que, no contexto da saúde, a expressão “ambientes favoráveis à saúde” refere-se aos aspectos físicos e sociais que nos rodeiam, ou seja, os locais onde as pessoas residem, trabalham e passam os seus tempos livres, o que inclui então, nessa afirmação, a questão da importância e relevância do estudo da saúde de estudantes universitários.

No Glossário elaborado como desdobramento da Carta de Ottawa (1998), a OMS reconhece como componente de um bem-estar global, a saúde mental e sua dimensão espiritual, sendo este um direito fundamental das pessoas tanto quanto ter acesso aos recursos básicos para a saúde. Por dimensão espiritual, nesse caso, entende-se como sendo a necessidade por propósito, significado, realização na vida, esperança/vontade de viver, crença e fé. Ou seja, necessidades espirituais devem ser abordadas para melhora da saúde mental, beneficiando, assim, o bem-estar global do indivíduo. Não é mais possível, então, excluir do processo saúde-doença a consideração do fator saúde mental-espiritual (RODRIGUES; MELLO, 2020).

2.3.1. Saúde mental de estudantes universitários

Estudos como o de Neves e Dalgarrondo (2007) revelam que os transtornos mentais tem uma chance maior de surgir pela primeira vez quando o indivíduo se encontra no início de sua vida adulta, em especial, no período

universitário. Isso porque, ocorre de nesse período ser grande as situações de perda, considerando que, ao ingressarem na universidade, acabam se afastando de um círculo conhecido de relacionamentos familiares e sociais, sendo motivo para desencadear situações de crise. Nesse sentido, a taxa de sofrimento mental entre estudantes universitários é maior se comparado com jovens da mesma idade que não se encontram na universidade.

Bardagi (2007) afirma que a universidade é um espaço de importância significativa para o desenvolvimento da vida, tendo em vista que promove a ampliação do rol de habilidades e de competências profissionais e pessoais, bem como uma melhora no funcionamento cognitivo de seus alunos, constituindo-se como um espaço gerador de impactos positivos para os estudantes. Entretanto, esse período também é marcado por características particulares que se constituem como um momento de transição e mudanças na vida do indivíduo, e, com isso, novas demandas são geradas e o sujeito precisa se adaptar a esta nova realidade. Este processo, muitas vezes, pode ser percebido como fonte de estresse e impactar diretamente na saúde dos alunos (ARINO; BARDAGI, 2018).

O estudo de Arino e Bardagi (2018) pontua diversos dados, a começar sobre a literatura que, tanto nacional quanto internacional, indica que a população universitária está vulnerável ao desenvolvimento de alguns transtornos mentais, entre eles e, principalmente, a depressão, ansiedade e o estresse. A prevalência desses transtornos em universitários é elevada, sendo previsto que cerca de 15 a 25% irão apresentar algum transtorno mental durante sua formação. Outro dado que a pesquisa traz é que alguns estudos epidemiológicos e de prevalência indicam que a presença de transtornos mentais não psicóticos neste público é significativamente maior do que se comparado a população geral e em adultos jovens não universitários.

Um dos pontos levantados por estes autores diz respeito ao período do curso, sendo que este pode ser dividido em três grandes momentos: inicial, marcado pela transição do ensino médio para o Ensino Superior (ES); médio, onde se iniciam os estágios e um primeiro contato com a prática profissional; e o final, sendo marcado pelo início do processo de desligamento do papel de estudante e inserção no mercado de trabalho. Em cada um desses momentos é evidente a presença de diferentes demandas, que podem ajudar a fim de se compreender as diferenças no perfil de saúde dos estudantes entre os diferentes períodos. Essas demandas

acadêmicas são aspectos característicos da vida universitária, como o excesso de carga horário de estudo, novas rotinas de sono, adaptação a um novo contexto, entre outros. Os autores continuam sua análise ao pontuarem que esses aspectos podem se constituir como estressores, tendo em vista que demandam do estudante um repertório comportamental para se organizar e conseguir enfrentar tais exigências e quando há uma falha neste conjunto de habilidades e competências, é provável que estes estressores sejam vivenciados com maior intensidade pelo aluno.

Questões como o curso e a área de conhecimento que o aluno está inserido são frequentemente apontados pela literatura como significativos, e alunos da área da saúde são os que apresentam a prevalência de adoecimento mental e transtornos psiquiátricos maior (ARINO; BARDAGI, 2018). Esses estudantes vivenciam uma singularidade acadêmica, tendo em vista que estão em contato direto com o sofrimento psíquico de outras pessoas, bem como com conteúdos acadêmicos relacionados com a subjetividade humana (ANDRADE *et al.*, 2016).

Andrade *et al.* (2016) pontua que “[...] o contato com o sofrimento psíquico de outras pessoas ou os conteúdos acadêmicos mais diretamente relacionados com a subjetividade humana pode elevar as probabilidades do desenvolvimento de algum transtorno mental menor” (ANDRADE *et al.*, 2016, p. 833). O conceito de transtorno mental menor (TMM), ou distúrbio psiquiátrico menor, pode ser utilizado para caracterizar conjuntos de manifestações de mal-estar psíquico, de caráter inespecífico, com repercussões fisiológicas e psicológicas que podem gerar limitações, sendo que, na população mundial, em geral, os índices de prevalência variam entre 7% e 26%, enquanto na população brasileira são de 8% a 23% (HORTA; HORTA; HORTA, 2012; CERCHIARI; CAETANO; FACCENDA, 2005; ANDRADE *et al.*, 2016).

Nesse sentido, o estudo de Neves e Dalgalarrodo (2007), através de corte transversal entre 2005 e 2006, que contou com aplicação de um questionário anônimo e de autopreenchimento dentro de sala de aula, revela que os estudantes que mais apresentam queixas de sofrimento mental e que tem maiores dificuldades psicossociais, são do gênero feminino. Além de apresentarem maior queixa de sofrimento mental e maiores dificuldades psicossociais, também mostraram utilizar mais os serviços de assistência à saúde mental. Conclui-se, dessa forma, que essa população apresenta dificuldades globais que são decorrentes tanto de situações

internas, como o sofrimento mental, como de situações interpessoais e ambientais, como um sentimento de maior discriminação social, além de dificuldades na relação com os amigos, a família, e a própria universidade, sem desconsiderar a provável situação socioeconômica mais baixa.

No estudo de Ferri-de-Barros *et al.* (2011), acerca da ocorrência de cefaleias entre estudantes de Medicina e de Psicologia, encontrou-se que, em 98% dos estudantes, a mesma ocorre pelo menos uma vez na vida. Nos estudantes de Medicina, a cefaleia tensional se apresentou em 59%, enquanto que a enxaqueca em 22%. Já nos estudantes de Psicologia, ocorreu 48,5% e 32%, respectivamente. Posto isso, de todos os estudantes, 45% relataram interferência variável na produtividade, sendo que 36%, ainda, relataram piora da cefaleia desde o ingresso na universidade.

Já nas pesquisas de Santos, Pereira e Siqueira (2013) e Chiapetti e Serbena (2007) foi possível verificar um elevado consumo de álcool e tabaco, em especial no curso de Psicologia, além do consumo de outras substâncias, como maconha, tranquilizantes e anfetaminas. Dessas, as maiores prevalências se deram no uso de álcool (85,07%) e tabaco (33,07%). No estudo de Horta, Horta e Horta (2012), Uso de drogas e sofrimento psíquico numa universidade do Sul do Brasil, participaram 657 sujeitos, sendo que um dos critérios era ter tido consumo de substâncias psicoativas (SPA) até 30 antes da entrevista. As substâncias mais referidas foram tabaco (13,6%) e bebidas alcoólicas (75,5%). Além disso, outro dado que o estudo mostra é que a ocorrência de distúrbios psiquiátricos menores (DPM) se deu significativamente mais entre estudantes (26,6%) que entre professores (9,5%) ou funcionários (19,5%). Outro dado de importante relevância é que estudantes universitários aumentam o uso de drogas ilícitas e de tabaco quando estão deprimidos, cansados, estressados, ansiosos, com ideias de culpa ou mesmo baixa autoestima, sendo possível verificar a associação entre consumo de substâncias e a ocorrência de DPM nesses grupos populacionais (HORTA; HORTA; HORTA, 2012; PEUKER; FOGAÇA; BIZZARO, 2006).

O estudo de Arino e Bardagi (2018) corrobora esses dados ao afirmar que, além do próprio adoecimento do estudante, outro problema de suma importância a ser considerado são as consequências desse adoecimento que implicam em novas demandas de saúde, como, por exemplo, o aumento de comportamentos sexuais de risco e de consumo e abuso de álcool e outras drogas.

Este estudo, denominado Relação entre Fatores Acadêmicos e a Saúde Mental de Estudantes Universitários, teve por amostra um total de 640 graduando brasileiros, com o objetivo de analisar as relações entre ansiedade, depressão e estresse com a qualidade das vivências acadêmicas e de autoeficácia. De forma geral, os resultados sugerem que as vivências acadêmicas estão, em algum grau, relacionadas aos aspectos de saúde dos estudantes.

Sendo assim, os autores pontuam acerca da necessidade de se promover ações institucionais que tenham por objetivo instrumentalizar os estudantes, de preferência logo ao início do curso, a gerenciar a vida acadêmica, de modo que os mesmos consigam empregar estratégias de estudo eficazes, organizar sua agenda e manejar o tempo de maneira equilibrada e, ainda, que consiga estabelecer uma rotina de estudo, cumprir prazos sem menosprezar ou negligenciar horas de sono e lazer afim de suprir as demandas universitárias.

2.4. Espiritualidade

A autora Negreiros (2003) afirma que é possível observar um fator poderoso acerca da espiritualidade, a fim de ser um suporte para enfrentar desafios, frustrações e sofrimentos, além de, também, melhorar de forma considerável a saúde e a qualidade de vida. Nesse sentido, pode-se abarcar, ainda, que além da espiritualidade, a religiosidade e a fé também interferem de maneira muito positiva para o enfrentamento de dificuldades e obstáculos que ocorrem na vida, fortalecendo a resiliência do indivíduo e melhorando, conseqüentemente, sua qualidade de vida (ROCHA; CIOSEK, 2014).

Chaves e Santos (2017) afirmam em sua pesquisa que é a vivência da religião, podendo esta ser considerada a espiritualidade, e não seus aspectos institucionais que poderá contribuir para o equilíbrio físico e psíquico do indivíduo.

A procura da cura pela fé tem crescido de forma exponencial, isto é, cada vez mais tem-se entendido a necessidade de integração de corpo, mente e espírito a fim de se alcançar níveis cada vez maiores de qualidade de vida, como é possível observar em Silva e De Mazzi (2019). Através disso, vê-se a importância que a dimensão espiritual tem no cuidado em saúde. Epperly *apud* Panzini *et al.* (2007), pontuam acerca dessa importância ao afirmarem que, tanto médicos quanto os demais profissionais de saúde têm descoberto a importância da prece, da

espiritualidade e da participação religiosa a fim de se ter uma melhora da saúde física e mental, além de responder a situações estressantes da vida.

Isso porque, segundo Rocha e Ciosak (2014), a espiritualidade pode ser utilizada, também, como uma forma de enfrentamento em situações críticas da vida dos indivíduos, tendo em vista que pode aumentar não só seu sentido de propósito como também de significado da vida, sendo ambos relacionados à maior resistência ao estresse ligado às doenças.

A dimensão espiritual tem sido reconhecida como de um papel importante imenso na motivação das pessoas em todos os aspectos de sua vida, sendo que não somente estimula atitudes saudáveis, como também deve ser considerada como um fator que define o que seja saúde (TONIOL, 2017).

Nesse sentido, a espiritualidade é vista como um assunto extremamente amplo, que designa a experiência humana que traz sentido e experiência para a existência, implicando em uma conexão com um propósito supremo, não material.

A espiritualidade é entendida pela maioria dos estudiosos como característica intrínseca do ser humano, que busca sentido e significado para a existência e considera fatores como o nível de conhecimento pessoal, o reconhecimento de uma verdade universal ou de um poder superior capaz de nos remeter a uma sensação de plenitude e bem-estar com o mundo, de unidade com o cosmos e com a natureza (CHEQUINI, 2007, p. 95).

Ou seja, como propõe Orlando (2019), a espiritualidade está ligada a cada indivíduo de uma forma única, formando uma conexão com sua alma, ligando-a a algo maior que simplesmente seu ego e as coisas materiais da vida, sendo algo alegre, bem humorado, leve e que leve o sujeito a se sentir bem. Nesse sentido, ele ainda afirma não importar a religião, doutrina ou filosofia que o sujeito siga, e sim a sua ligação com algo maior que seu próprio ego.

E, por mais que, tanto a Organização Mundial de Saúde quanto o código de ética da American Psychological Association, afirmem que a saúde é um estado de completo bem-estar, total, corporal, espiritual e social e não apenas a falta de doença e fraqueza, além de incluir a religião como um aspecto significativo da diversidade humana, a história da psicologia trata esse tema de forma um tanto quanto polemica (GOLDESTEIN; SOMMERHALDER *apud* NEGREIROS, 2003).

Assim sendo, a espiritualidade refere-se a uma força ligada ao transcendental, estando está presente nos indivíduos de forma individual, auxiliando para que deem um significado à realidade vivenciada. Nesse sentido, por se tratar de uma forma que dá ao ser humano uma compreensão de si mesmo, ela transmite, ainda, a quem sofre, esperança para lidar com o processo de saúde e enfrenta-lo com uma consciência maior (SILVA, DE MAZZI, 2019).

2.4.1. Espiritualidade e religiosidade

Ainda que haja certa proximidade conceitual entre espiritualidade e religiosidade, ambas se diferenciam de diversas formas. A primeira está vinculada a uma procura pessoal de sentido, com ênfase no aperfeiçoamento do potencial humano, estruturando e atribuindo significado a valores, comportamentos e experiências do ser humano e que, por vezes, pode se materializar na prática de um determinado credo religioso, mas não necessariamente (MARGAÇA; RODRIGUES, 2019). Já a segunda, envolve práticas em instituições organizacionais, como igrejas, ou não organizacionais, através de leituras de livros religiosos e orações, por exemplo (COSTA *et al.*, 2019).

Conceitos como espiritualidade, religiosidade, esperança e suporte social acabam se sobrepondo e apesar do uso cotidiano, religiosidade e espiritualidade não são sinônimas sendo que a religiosidade é uma das formas de expressão da espiritualidade (ROCHA, CIOSAK, 2014, p. 93).

Nessa perspectiva, Ribeiro, Campos e Dos Anjos (2019), definem religiosidade como um conjunto de crenças interligadas a uma determinada instituição religiosa, ao passo que espiritualidade refere-se a atividades consideradas mais solitárias, como uma busca de sentido para a vida, de forma que se torne um processo interior que pode ou não conter uma busca religiosa.

De outra forma, Rodrigues e Mello (2020) pontuam acerca da religião, religiosidade e espiritualidade, sendo que religião diz respeito ao dogma e suas diligências externas, sendo um conjunto de sistemas culturais e de crenças que estabelece símbolos e tradições buscando dar sentido à vida. Religiosidade envolve um sistema de crenças que são compartilhadas por um determinado grupo, o qual define características comportamentais, sociais e valorais específicas. Já se tratando da espiritualidade, a mesma pode ser definida como uma tendência do ser humano

que busca um sentido de conexão transcendente a si próprio, podendo ou não estar ligada a uma vivência religiosa, isto é, independe de professar algum credo. Os mesmos autores afirmam, ainda, que tanto a religiosidade quanto a espiritualidade tem uma relação estreita com a Qualidade de Vida (QV).

Panzini *et al.* (2007), diferenciam espiritualidade e religiosidade da seguinte forma:

O termo espiritualidade envolve questões quanto ao significado da vida e à razão de viver, não limitado a tipos de crenças ou práticas. [...] Embora haja sobreposição entre espiritualidade e religiosidade, a última difere-se pela clara sugestão de um sistema de adoração/doutrina específica partilhada com um grupo. Crenças pessoais podem ser quaisquer crenças/valores sustentados por um indivíduo e que caracterizam seu estilo de vida e comportamento (PANZINI *et al.*, 2007, p. 106).

Por essa lógica, os autores afirmam que a espiritualidade, enquanto busca pessoal por respostas relacionadas as questões existenciais sobre a vida, acerca de seu significado, além de sua relação com o sagrado ou transcendente, podem (ou não) resultar em um determinado desenvolvimento de rituais religiosos.

Muller (2004) ao falar sobre espiritualidade, apresenta-a como elemento constitutivo do ser humano. Isto é, alinha ao conceito termos como vitalidade e novas formas de olhar o mundo, onde o ser humano, aos poucos, vai construindo sua integralidade e sua integração com tudo que o cerca:

Espiritualidade é viver com espírito e, portanto, é uma dimensão constitutiva do ser humano. Espiritualidade é uma expressão para designar a totalidade do ser humano enquanto sentido e vitalidade, por isso espiritualidade significa viver segundo a dinâmica profunda da vida. Isso significa que tudo na existência é visto a partir de um novo olhar onde o ser humano vai construindo a sua integralidade e a sua integração com tudo que o cerca (MULLER, 2004, p. 8).

Entretanto, Rocha e Ciosak (2014) lembram que, tanto as crenças quanto as espiritualidades pessoais, ambas como componentes da saúde, são conceitos tão antigos, mas ao mesmo tempo tão novos e pouco familiares para a equipe de saúde, em um sentido de cotidiano para a assistência à saúde.

Stroppa e Moreira-Almeida (2008), no estudo que realizaram denominado Religiosidade e Saúde, pontuam acerca das diferenças dos termos “religião”, “religiosidade” e “espiritualidade”, embasando-se nas definições dadas por Koenig e colaboradores e Hufford. Espiritualidade, então, para Koenig *et al.*, é uma busca pessoal pela compreensão das questões acerca da vida, de seu significado e

da relação com o sagrado e o transcendente, em que pode ou não conduzir ou originar rituais religiosos e formação de comunidades. Já Hufford busca uma definição mais objetiva e ligada à origem etimológica da palavra espiritualidade, ou seja, a noção de espírito. Para ele, espiritualidade se refere ao domínio do espírito, isto é, à dimensão não material, extrafísica da existência que pode ser expressa por termos como “Deus ou deuses, almas, anjos e demônios” e que, habitualmente, se refere a algo invisível e intangível que é a essência da pessoa.

Já religião, Koenig *et al.* afirma ser um sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos com o intuito de facilitar a proximidade com o sagrado e o transcendente (Deus, força superior ou verdade absoluta, por exemplo). Hufford define a mesma como sendo o aspecto institucional da espiritualidade, sendo que religiões são instituições organizadas em torno da ideia de espírito. Religiosidade, portanto, diz respeito ao nível de envolvimento religioso e o reflexo que esse envolvimento tem na vida da pessoa, o quanto isso influencia seu cotidiano, seus hábitos e sua relação com o mundo.

Acerca da religiosidade, o mesmo estudo de Stroppa e Moreira-Almeida (2008) pontua que essa pode ser intrínseca ou extrínseca. Na religiosidade intrínseca, as pessoas têm na religião seu bem maior e as outras necessidades são vistas como sendo de menor importância. Já na religiosidade extrínseca, a religião é um meio utilizado para obter outros fins ou interesses, para proporcionar segurança e consolo, sociabilidade e distração, status e auto-absolvição, por exemplo. Nesse sentido, a orientação intrínseca está, em geral, associada à personalidade e estado mental saudáveis.

2.4.2. Ciência noética: uma breve consideração

De forma histórica, o Humano se defronta, nas mais antigas tradições culturais, espirituais e religiosas, com a tese *deísta* da divindade interior, ou seja, do Deus dentro de cada um. A partir disto, a Noética postula a importância do ser se voltar para si mesmo, descobrindo cada vez mais sobre seu eu interior, despertando, assim, seu potencial divino. Esta ciência enuncia que desse potencial, em ação, advirá a iminente transformação da Humanidade (GUIMARÃES, 2019).

Podemos, então, conceituar a Noética como um dos novos ramos da Ciência que pretende, através do método teórico-experimental, descobrir as

respostas para várias indagações milenares. A mesma busca, inclusive, através de diversas experiências científicas, comprovar a existência da alma e da vida depois da morte, tendo em vista, diversas práticas experimentais que procuram mensurar a relação mútua entre consciência e corpo físico (CIÊNCIA NOÉTICA, 2010).

No livro de Guimarães, *A Dimensão Espiritual: Noética e Maçonaria* (2019), é possível constatar acerca de diversos desse tema. A começar pela definição de Noética, sendo que do grego *nous* significa mente, sendo esta a disciplina que estuda os fenômenos subjetivos da consciência, da mente, do espírito e da vida a partir do ponto de vista da ciência. Ou seja, tem, ainda, o sentido de mente, inteligência ou modalidades intuitivas do saber, sendo fonte da interação entre diversas disciplinas que investigam em conjunto as esferas da ciência, da saúde, da relação entre a mente e o corpo material. Dessa forma, como conceito filosófico e em linhas gerais, define a dimensão espiritual do homem. Além disso, a mesma abrange um estudo interdisciplinar e transversal da mente, da consciência e de diversos modos de conhecimento, tendo por foco especial os campos da ciência, da saúde mente-corpo, da psicologia (transpessoal, integral e tradicional), das artes, ciências da cura (terapias holísticas), ciências sociais e espiritualidade (GUIMARÃES, 2019; CIÊNCIA NOÉTICA, 2010).

Além disso, o mesmo autor pontua que a ciência noética não deve ser confundida com o misticismo. Este último procura se conectar com o sobrenatural via filosofia, fé e experiência religiosa. Já a noética tem foros de ciência, isto é, ela utiliza do método científico para testar teorias. Procura, ainda, explicar fenômenos paranormais (com sua herança em parapsicologia) por meio de teorias plausíveis de cunho científico. Dessa forma, os cientistas noéticos têm como objetivo fundir as, até então contraditórias, ciência e fé e trazer ao mundo uma grande iluminação, uma espécie de epifania na sociedade.

Seguindo o raciocínio do mesmo autor, no mesmo livro, vê-se que a noética é tanto expansão do escopo da ciência como redescoberta e revalorização de conceitos e práticas antigas e tradicionais que foram abandonadas ou desprezadas pelos ocidentais modernos. As pesquisas deste cunho visam, dessa forma, indicar que a mente não está restrita ao campo cerebral, mas que transcende a matéria orgânica e se expande em outras direções (CIÊNCIA NOÉTICA, 2010).

Guimarães (2019) pontua, então, que ao passo que o estudo da mente e da consciência na história antiga se realizava via especulação abstrata, fé pura ou

até confiança acrítica no que disseram autoridades do passado, a noética moderna se vale do grande progresso da ciência materialista, na descrição do mundo objetivo, e da psicologia, bem como dos mecanismos e estados mentais, procurando transportar seus métodos empíricos para a esfera do estudo do conhecimento subjetivo e da herança de conhecimentos tradicionais de base folclórica, alegórica, mitológica ou religiosa da humanidade.

O mesmo autor afirma, ainda que a noética se difere da ciência materialista por descartar visões reducionistas da realidade, por concentrar-se no estudo da subjetividade e por levar em consideração elementos que são valorativos e teleológicos, e não apenas quantitativos e autolimitantes.

Para definir e conceituar Noética, Guimarães (2019) utiliza de outros autores, como Husserl, ao colocar que a noética, além de ser dimensão espiritual, é o fator determinante na atribuição de significado à experiência. Da mesma forma, para Marc Halévy, a noética é, essencialmente, a ciência do conhecimento. Não apenas dos valores da epistemologia, dos mecanismos mentais e neurobiológicos descritos pelas ciências cognitivas, mas de forma muito mais ampla, como sendo o estudo de todos os aspectos do conhecer, da sua produção (criatividade), formulação (semiologia e metalinguagem), estruturação (teoria dos sistemas, paradigmas e ideologias), validação (critérios de pertinência, epistemologia) e proliferação de ideias (processos de apropriação e normalização) em seu sentido mais lato.

3. JUSTIFICATIVA

As questões pontuadas acerca da vivência do momento atual da pandemia e sofrimento em que a sociedade se encontra faz com que se torne possível constatar um surgimento maior acerca da busca de valores do mundo da espiritualidade. Uma pergunta que fica é: esse maior sentimento de espiritualidade auxilia em uma melhoria da saúde, em especial a saúde mental?

A presente pesquisa tem o intuito de delimitar esses indivíduos a estudantes da área da saúde, objetivando investigar como lidam com a sua própria saúde, bem como a relação de cada um com a espiritualidade (se consideram ter e de que forma) e, por fim, se existe ligação entre ambos os conceitos.

São pontos de suma importância a serem considerados, tendo em vista que, por muitas vezes, esses estudantes ficam a sua graduação toda estudando acerca da saúde e acabam negligenciando a sua própria. É importante dar voz a eles, a fim de que saibam que serão ouvidos e acolhidos. É importante dar atenção ao que vivem e à forma com que estão vivendo. Espera-se que, em breve, eles sejam capazes não só de cuidar da saúde de outros, mas que, no presente, já possam cuidar da sua própria e, mais que isso, não se sintirem culpados por isso.

4. OBJETIVOS DA PESQUISA

4.1. Objetivo geral

Identificar a percepção de estudantes da área da saúde frente ao tema Espiritualidade e saúde mental.

4.2. Objetivos específicos

- Identificar aspectos relacionados à qualidade de vida em estudantes do ensino superior da área da saúde;
- Identificar a percepção dos estudantes sobre o tema qualidade de vida;
- Investigar a percepção dos estudantes sobre saúde mental e espiritualidade

5. PROBLEMA DE PESQUISA

A espiritualidade tem sido uma área de demasiada ampliação no meio científico, desde o século XX e, em especial, agora no século XXI, bem como a saúde mental (OLIVEIRA; JUNGES, 2012; TAVARES *et al.*, 2016; MONIZ, 2017). No mesmo sentido, a vivência estudantil na universidade é uma questão ainda pouco investigada e discutida, tendo seus estudos crescendo há pouco tempo, em especial nos cursos de saúde, bem como o sofrimento que pode acompanhá-la, consequente e principalmente, devido ao contato com o sofrimento de outras pessoas ou os conteúdos acadêmicos que são mais relacionados com a subjetividade humana. Todos esses conceitos vêm ganhando espaço e visibilidade, considerados de suma importância. Entretanto, como são as vivências em nossa sociedade, principalmente, do público alvo do estudo, estudantes de graduação da área da saúde? Como estes estudantes, que pretendem trabalhar na área da saúde, lidam com sua própria

saúde mental? Como enxergam e vivenciam a espiritualidade, um tema que veem ganhando cada vez mais espaço em nossa sociedade?

6. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, de abordagem quantitativa. Um dos principais objetivos deste estudo é o de investigar a saúde mental e o conceito de espiritualidade de estudantes da área da saúde e nesse sentido o método escolhido permite obter uma visão descritiva de estudantes, em um primeiro momento, dadas as características metodológicas utilizadas para tal.

Como pontua Moresi (2003), a pesquisa quantitativa é apropriada para medir tanto opiniões, atitudes e preferências quanto comportamentos, através de uma quantidade de pessoas inseridas em uma determinada população. Ou seja, essa técnica de pesquisa pode ser utilizada quando se quer determinar o perfil de um grupo de pessoas, baseando-se em características que elas têm em comum.

Por pesquisa transversal entende-se essa como sendo o estudo epidemiológico no qual fator e efeito são observados em um determinado momento histórico (BORDALO, 2006). Seguindo essa lógica, Gil (2002) pontua acerca das pesquisas descritivas, que têm por objetivo primordial a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, além de estabelecer relações entre variáveis. Dessa forma, percebe-se como a exposição de características de uma determinada população ou fenômeno, além de se utilizar de técnicas padronizadas de coleta de dados (PRODANOV, FREITAS, 2013).

Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc [...]São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis (GIL, 2002, p. 42).

Dessa forma, acredita-se que a pesquisa descritiva, com o método quantitativo seja a mais adequada a fim de se atingir os objetivos propostos pelo presente estudo.

6.1. Participantes

Os participantes do estudo serão os estudantes dos primeiros anos dos cursos de Psicologia, Medicina e Enfermagem, tendo em vista serem estes cursos da área da saúde, de uma universidade do interior de São Paulo. Os critérios de inclusão serão: ser maior de 18 anos, estar regularmente matriculado no curso desta universidade e aceitar participar do estudo. Estima-se a participação em torno de 140 estudantes. Vale ressaltar que o período inicial de ingresso na Faculdade foi o escolhido, pois os dados poderão auxiliar nesse levantamento sobre as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos estudantes e esses dados poderão contribuir para possíveis orientações futuras e preditoras de comportamentos relacionadas aos cuidados com a saúde mental, além de conhecer as percepções sobre a espiritualidade como um possível fator de proteção para as dificuldades acadêmicas e pessoais ao longo da formação.

6.2. Instrumentos

Na presente pesquisa, serão utilizados dois instrumentos de pesquisa. Um deles será um questionário de dados sociodemográficos (APÊNDICE B), contendo questões relacionadas a idade, estado civil, curso de graduação e situação de trabalho, para identificação e melhor entendimento de quem é o sujeito estudado em termos socioculturais.

O outro será uma entrevista estruturada (APÊNDICE C) com questões elaboradas pela própria pesquisadora, com o auxílio de sua orientadora, pertinentes ao tema abordado pela pesquisa, isto é, envolvendo as temáticas de saúde mental e espiritualidade, em especial.

6.3. Procedimentos de coleta dos dados

A princípio, a coleta pretendia ser desenvolvida presencialmente na referida Instituição de Ensino Superior, com os estudantes da área da saúde, em horários diferentes de suas aulas. No entanto, devido ao momento atípico de pandemia da COVID-19, a fim de restringir o contato social, conforme decreto municipal nº 11.018 de 19 de março de 2020 em que o município de Franca-SP foi declarado como estado de emergência, com medidas específicas de enfrentamento da mesma, como o isolamento social e a paralisação de serviços não essenciais, a

coleta de dados se dará através de metodologia virtual, própria para esse método, de fidedignidade reconhecida e utilizada para fins de pesquisa rotineiramente.

Nesse sentido, a forma de obtenção de dados será via Google Forms, tendo em vista que o mesmo trata-se de formulários que permitem que o usuário recolha e organize, de forma gratuita, informações grandes e/ou pequenas, além da disponibilidade do modelo de “pergunta baseada na resposta”, onde o usuário é destinado a uma próxima questão do formulário conforme a resposta dada à última pergunta (OLIVEIRA; JACINSKI, 2017). Ou seja, este método permite que apenas os participantes que concordarem, inicialmente, em participar da pesquisa, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sejam destinados às próximas etapas, além da possibilidade de selecionar perguntas como obrigatórias para a continuidade, isto é, somente finaliza aqueles que responderem a todas as perguntas selecionadas como obrigatórias. Os participantes serão contactados pela pesquisadora por meios virtuais e/ou telefônico (via whatsapp). Os estudantes serão convidados a participar da pesquisa, que terá seus objetivos apresentados, e receberão o link do Google Forms. Para aqueles que tiverem interesse e entrarem no link, o primeiro passo será o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), contendo todas as informações necessárias aos participantes sobre o estudo. Após o devido consentimento, terá acesso ao questionário de dados sociodemográficos (APÊNDICE B) e, por fim, a entrevista estruturada (APÊNDICE C). Essa modalidade de coleta de dados tem sido utilizada em muitas pesquisas apresentando bons resultados em termos de devolução e adesão a participação.

Enumera-se ainda como vantagem os resultados da pesquisa pelo Google Forms, pois estes se organizam em forma de gráficos e planilhas, proporcionando um resultado quantitativo de forma mais prática e organizada, facilitando a análise dos dados. É interessante observar que com tal formato on-line os antigos formulários impressos serão substituídos (MOTA, 2019, p. 273).

6.4. Procedimentos de análise de dados

Os dados estão sendo analisados mediante os procedimentos metodológicos previstos para os estudos quantitativos. O formulário utilizado, Google Forms, fornece dados estatísticos baseados nas respostas dadas dos participantes. Com relação às questões abertas da entrevista estruturada, que

investigam aspectos relativos à saúde mental e qualidade de vida do estudante, será utilizado para a análise dos dados o levantamento de categorias temáticas, elaboradas *a posteriori*, através da correlação dos dados obtidos.

Os dados preliminares obtidos até o momento por 33 estudantes, referentes a informações sócio demográficas, indicam que a maioria é do sexo feminino (84,8%), com situação civil determinada como solteiro (a) (72,7%) e não trabalha (90,9%). A média da idade é de 20,6 anos e os cursos predominantes foram Medicina (45,5%) e Psicologia (42,4%). Em relação a alguns aspectos referentes à saúde mental a maioria dos estudantes percebeu mudanças de humor desde o ingresso na faculdade (87,9%), além de distúrbios do sono (60,6%) e ansiedade (72,7%). Dos 33 estudantes, 26 (78,8%) temem não ser um bom profissional e 23 (69,7%) afirmam ter dificuldades em conciliar estudo e lazer. Frente ao tema espiritualidade, 93,9% afirmam acreditar em Deus e revelam que isto ajuda a enfrentar as dificuldades do dia a dia.

É possível visualizar os dados preliminares estatísticos na tabela abaixo:

Tabela 1 – Dados preliminares

<i>Estado civil</i>	24	2	6	1	0
	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	<i>Prefiro não dizer</i>		
<i>Sexo</i>	28	5	0		
	<i>Enfermagem</i>	<i>Medicina</i>	<i>Psicologia</i>		
<i>Curso de graduação</i>	4	15	14		
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>			
<i>Atualmente, você trabalha?</i>	30	3			
	<i>Frequentemente</i>	<i>Raramente</i>	<i>Ocasionalmente</i>	<i>Nunca</i>	
<i>Faz uso de álcool?</i>	3	7	20	3	
<i>Faz uso de cigarro?</i>	3	0	1	29	
<i>Faz uso de maconha?</i>	1	0	4	28	
<i>Desde que ingressou na faculdade...</i>					
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>			
<i>Percebeu mudança de humor?</i>	29	4			
<i>Privou-se de alguma atividade de lazer?</i>	20	13			
<i>Pensa ou já pensou em desistir do curso?</i>	9	24			
<i>Procurou auxílio psicológico?</i>	16	17			
<i>Não procurou, mas acha que precisa ou queria?</i>	18	3			
<i>Tem distúrbios do sono (insônia, sono excessivo...)?</i>	20	13			
<i>Tem ansiedade?</i>	24	9			
<i>Tem sintomas depressivos?</i>	12	21			
<i>Percebe um excesso de horas de estudo?</i>	16	17			
<i>Tem dificuldade de conciliar estudo e lazer?</i>	23	10			
<i>Teme não ser um bom profissional?</i>	26	7			
	<i>Excelente</i>	<i>Boa</i>	<i>Razoável</i>	<i>Ruim</i>	
<i>Considera sua saúde mental como:</i>	0	13	15	5	
<i>Espiritualidade</i>					
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>			
<i>Você se considera uma pessoa que tenha espiritualidade?</i>	31	2			
<i>Acredita em Deus?</i>	31	2			
<i>Tem uma religião?</i>	26	7			
	<i>Católica</i>	<i>Protestante</i>	<i>Evangélica</i>	<i>Espírita</i>	
<i>Se sim, qual?</i>	17	0	3	6	
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>			
<i>Sua fé/religião/espiritualidade te ajuda a enfrentar as dificuldades do dia a dia?</i>	31	2			

7. ASPECTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa será submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Franca, Uni-FACEF. A partir de sua aprovação, será iniciado o recrutamento dos participantes. Os estudantes terão acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) via online, devido aos cuidados decorrentes da pandemia da COVID-19. Os participantes serão orientados através do TCLE sobre o caráter confidencial e, embora os resultados possam ser divulgados em congressos e artigos científicos de circulação restrita entre os profissionais da área, os dados de identificação serão alterados, de modo a preservar o sigilo ético.

Em relação aos riscos ao participante, embora toda pesquisa que envolva seres humanos possa trazer riscos, considera-se que este estudo se classifica como risco mínimo para os estudantes, no entanto caso algum componente importante de sofrimento emocional se apresente durante a participação no estudo, o mesmo será acolhido e encaminhado para a Clínica de Psicologia, para o atendimento de estudante universitário, gratuitamente. O estudante, nesse caso será devidamente esclarecido quanto aos trâmites da procura.

Os benefícios envolvidos na pesquisa serão a contribuição do estudante para um melhor entendimento das questões que envolvem ações relativas à saúde mental dos mesmos, tema este muito explorado pelas iniciativas de serviços de apoio aos universitários em todo o Brasil. Além da contribuição científica, outro benefício é o contribuir para um espaço de autoanálise para o próprio estudante, como forma de autopercepção e autoconhecimento, e isso, por consequência, pode ajudar tanto em sua vida pessoal quanto profissional.

8. SUGESTÃO DE CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ANO 2021

Atividades	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.
Levantamento Bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração dos capítulos e finalização da estrutura do projeto	X	X	X					
Submissão ao Comitê de Ética Unifacef			X					
Possível início de coleta de dados			X	X	X			
Análise de dados					X	X	X	
Conclusão e entrega do projeto								X

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Antonio dos Santos et al. Vivências Acadêmicas e Sofrimento Psíquico de Estudantes de Psicologia. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 36, n. 4, p. 831-846, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000400831&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 nov. 2020.

ARINO, Daniela Ornellas; BARDAGI, Marúcia Patta. Relação entre Fatores Acadêmicos e a Saúde Mental de Estudantes Universitários. *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora, v. 12, n. 3, p. 44-52, dez. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472018000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BARDAGI, Marúcia Patta. *Evasão e comportamento vocacional de universitários: estudos sobre o desenvolvimento de carreira na graduação*. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, abr. 2007. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10762>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BMJ – BEST PRACTICE. *Doença do coronavírus 2019 (COVID-19)*. 2020. Disponível em: <<https://bestpractice.bmj.com/topics/pt-br/3000168/pdf/3000168/Doen%C3%A7a%20do%20coronav%C3%ADrus%202019%20%28COVID-19%29.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

Estudo transversal e/ou longitudinal. *Rev Para. Med.*, Belém, v. 20, n. 4, p. 5, dez. 2006. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-59072006000400001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus*. 2020. Disponível em:
<<https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/linha-do-tempo>>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. *Sobre a doença*. 2020. Disponível em:
<<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em: 26 out. 2020.

CARTA DE OTTAWA. In: *1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde*. Ottawa, Canadá; 1986. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

CERCHIARI, Ednéia Albino Nunes; CAETANO, Dorgival; FACCENDA, Odival. Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 10, n. 3, p. 413-420, dez. 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2005000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 jan. 2021.

CHAVES, Flávio da Silva; SANTOS, Francisco de Assis Souza dos. A espiritualidade e a medicina integrativa no contexto da saúde integral do ser humano. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 57, n. 2, p. 382-400, 2017. Disponível em:
<http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/2670>. Acesso em: 30 jan. 2021.

CHEQUINI, Maria Cecilia Menegatti. A relevância da espiritualidade no processo de resiliência. *Psic. Rev.*, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 93-117, 2007. Disponível em:
<<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/18059/13419>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

CHIAPETTI, Nilse; SERBENA, Carlos Augusto. Uso de álcool, tabaco e drogas por estudantes da área de saúde de uma Universidade de Curitiba. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 303-313, 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2021.

CIÊNCIA NOÉTICA. *O que é a Ciência Noética?*. 2010. Disponível em:
<<http://ciencianoetica.com.br/o-que-e-ciencia-noetica.html>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

COSTA, Milena Silva et al. Espiritualidade e religiosidade: saberes de estudantes de medicina. *Rev. bioét.*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 350-358, 2019. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/pdf/bioet/v27n2/1983-8042-bioet-27-02-0350.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 01-13, 2008. Disponível em:

<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/37563682/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf?1430955356=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DMETODOS_QUANTITATIVOS_E_QUALITATIVOS_UM.pdf&Expires=1593646271&Signature=WWRBWBuunrCoaXkHMhUMaz6HTgjpze5z9nm24cxlaY~ULqiXIHfYqQYM9-mAOg9~oLj2BTvNPMPFSv3v1McAS~N6~HQ7sgtRUxuvwi-lhDYgZI1E1vAlfewgIXNH0KTxXSMUnsi7xRQHIBVHDWh5B~IMVxAPuU6SGrCQcYxZofJuHhpnzTX8mVQikLCDqmo-agDvV3CwAFheNnxhDM~zZxMirq738sK3hT9zQjcd31I~EaByKrunPAM7bIDHvdvu64AMcof2AIRIzX7axtLOpXjCogWHGiDBCz2UkwaPylLq6LyHcnj~rfMweiD4IL9yUzjzxG2aaD~y64XHqRWUuw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 01 jul. 2020.

DECLARAÇÃO DE SUNDSVALL. In: *3ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde*. Sundsvall, Suécia; 1991. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_sundsvall.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

FERRI-DE-BARROS, João Eliezer et al. Headache among medical and psychology students. *Arq. Neuro-Psiquiatr.*, São Paulo, v. 69, n. 3, p. 502-508, jun. 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2011000400018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

<http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020

GUIMARÃES, João. *A Dimensão Espiritual: Noética e Maçonaria*. São Paulo: Chiado, 2019.

HORTA, Rogério Lessa; HORTA, Bernardo Lessa; HORTA, Cristina Lessa. Uso de drogas e sofrimento psíquico numa universidade do Sul do Brasil. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 264-276, ago. 2012. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682012000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 jan. 2021.

MANIFESTO do I simpósio internacional de saúde mental na gestão integral de riscos e desastres. *O desastre no foco da saúde mental*. Brasília, 2015. Disponível em: <https://f2001dc9-a240-456d-abb1-a752afebf846.filesusr.com/ugd/593eed_a88186a9299b469dadb3636a6f5758b7.pdf>

. Acesso em: 26 out. 2020.

MARGACA, Clara; RODRIGUES, Donizete. Espiritualidade e resiliência na adultez e velhice: uma revisão. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 150-157, ago. 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000200150&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 nov. 2020.

MAROTTI, Juliana et al. Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. *Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 186-194, mai-ago. 2008. Disponível em: <[http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/maio_agosto_2008/Unicid_20\(2_12\)_2008.pdf](http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/maio_agosto_2008/Unicid_20(2_12)_2008.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2020.

MONIZ, Jorge Botelho. Os desafios da religiosidade contemporânea: análise das teorias da individualização religiosa e espiritual. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, v. 1, n. 20, p. 393-405, nov. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/6140>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

MORESI, Eduardo (Org.). *Metodologia da Pesquisa*. Universidade Católica de Brasília – UCB, mar. 2003. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34168313/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf?1405014472=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DMetodologia_da_Pesquisa_PRO_REITORIA_D E.pdf&Expires=1610574058&Signature=FxMBGtXb2FPjHDXLkKgK1erTf2x8bu42Kfx6D5sQnjXyzGUUa86hkyvrAlgDJ5zZqJrjtcY0c3M8CJINxJOjo0NR4sh7NUPVUWS5M8Vvxo1DYntJ1uxs4yoKvO5ISc4xo4BM0eP3u4qclpGwScXuVGLRdhyR90PTz2YL6SJXYjhNQveTD7u1w5-FVaMqwnhLEOKiPIOLqq29svjSRiKjJr6niGzLQws-cQcHijxxarM0ya1TWLV6ReaWMz-aQAj7ZttbQ5poj0Nr-uWfrNimWvCP5ByfG36MHsGEKW94IIW0antTfKKiNX1VcQYe5d30RZcVm4kJTqHoYpaMbOZjw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 13 jan. 2021.

MOTA, Janine da Silva. Utilização do google forms na pesquisa acadêmica. *Humanidades e Inovações*, v. 6, p. 12, p. 371-380, 2019. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/8339/1/PG_COADS_2017_2_06.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

MULLER, Marisa Campio. Introdução. In: TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges et al. (Orgs.). *Espiritualidade e qualidade de vida*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

NAÇÕES UNIDAS. Saúde mental depende de bem-estar físico e social, diz OMS em dia mundial. *Nações Unidas*, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/saude-mental-depende-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial/>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

_____. OMS: 'O impacto da pandemia na saúde mental das pessoas já é extremamente preocupante'. *Nações Unidas*, 2020. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/85787-oms-o-impacto-da-pandemia-na-saude-mental-das-pessoas-ja-e-extremamente-preocupante>>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. ONU: serviços de saúde mental devem ser parte essencial de respostas ao coronavírus. YouTube. 13 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pU2BJaTyaTI>>. Acesso em: 26 out. 2020.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro. Espiritualidade: desejo de eternidade ou sinal de maturidade?. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 3, n. 2, p.

275-291, set. 2003. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482003000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2020.

NEVES, Marly Coelho Carvalho; DALGALARRONDO, Paulo. Transtornos mentais auto-referidos em estudantes universitários. *J. bras. psiquiatr.*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 237-244, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852007000400001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2020.
<https://doi.org/10.1590/S0047-20852007000400001>.

OLIVEIRA, Adriana Aparecida Almeida de; RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira; JUSTO, José Sterza. Desamparo Psíquico Na Contemporaneidade. *Rev. Psicol. UNESP*, Assis, v. 13, n. 1, p. 21-32, jan. 2014. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442014000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2020.

OLIVEIRA, George Wilber de Bessa; JACINSKI, Lucas. *Desenvolvimento de questionário para coleta e análise de dados de uma pesquisa, em substituição ao modelo google forms*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2017. Disponível em:

<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/8339/1/PG_COADS_2017_2_06.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

OLIVEIRA, Márcia Regina de; JUNGES, José Roque. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 17, n. 3, p. 469-476, set-dez 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300016>. Acesso em: 19 abr. 2020.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil*. 2020. Disponível em:

<<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

_____. *OPAS/OMS apoia governos no objetivo de fortalecer e promover a saúde mental da população*. 2016. Disponível em:

<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5263:op-as-oms-apoia-governos-no-objetivo-de-fortalecer-e-promover-a-saude-mental-da-populacao&Itemid=839#:~:text=A%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial,de%20transtornos%20mentais%20ou%20defici%C3%AAs.>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

ORLANDO, Jefferson L. *Toques de espiritualidade: uma seleção de textos e poemas*. 2. ed. São Paulo, 2019.

OSSE, Cleuser Maria Campos; COSTA, Ilene Izídio da. Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 115-122, mar. 2011. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n1/a12v28n1.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

- PANZINI, Raquel Gehrke et al. Qualidade de vida e espiritualidade. *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 105-115, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000700014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 nov. 2020.
- PEUKER, Ana Carolina; FOGAÇA, Janaina; BIZARRO, Lisiane. Expectativas e beber problemático entre universitários. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 193-200, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2020.
- RIBEIRO, Gabriella Santos; CAMPOS, Cristiane Soares; DOS ANJOS, Anna Claudia Yokoyama. Espiritualidade e religião como recursos para o enfrentamento do câncer de mama. *Cuidado é Fundamental*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 849-856, jul. 2019. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6667>>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- ROCHA, Ana Carolina Albiero Leandro da; CIOSAK, Suely Itsuko. Doença Crônica no Idoso: Espiritualidade e Enfrentamento. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 92-98, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000800087&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2020.
- RODRIGUES, Leiner Resende et al. Espiritualidade e religiosidade relacionadas aos dados sociodemográficos de idosos. *Rene*, Fortaleza, v. 18, n. 4, p. 429-436, set. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/20196>>. Acesso em: 19 mai. 2020.
- RODRIGUES, Monique de Lima Fonseca; MELLO, Marcia Gomide da Silva. Religiosidade e Espiritualidade na saúde ambiental, mental e coletiva: um panorama por caminhos virtuais. *Vittalle - Revista de Ciências da Saúde*, v. 32, n. 3, p. 202–213, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/vittalle/article/view/11256>>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- SANTOS, Marcos Vinícius Ferreira dos; PEREIRA, Denis Soprani; SIQUEIRA, Marluce Miguel de. Uso de álcool e tabaco entre estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. *J. bras. psiquiatr.*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 22-30, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852013000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SHINN, Terry. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. *Sci. stud.*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, mar. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SILVA, Marcelo José de Souza e; SCHRAIBER, Lilia Blima; MOTA, André. O conceito de saúde na Saúde Coletiva: contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 1-19, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312019000100600&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SILVA, Taline Cristina Vieira da; DE MAZZI, Nathália Romeu. A espiritualidade no cuidado perioperatório: a perspectiva do paciente. *J. nurs. health*, Pelotas, v. 9, n. 2, p. 1-15, mai. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/14752/10131>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

SPIRLANDELI, Samanta Mendes. *Espiritualidade dos profissionais de saúde: uma abordagem junguiana*. 2013. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Uni-FACEF, Centro Universitário de Franca, Franca, 2013.

STROPPIA, André; MOREIRA-ALMEIDA, Alexander. Religiosidade e Saúde. *Saúde e espiritualidade*, Belo Horizonte, p. 427-443, 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=li7o3GLoYGg&list=OLAK5uy_kMAV7EcowiPnvgGaqfnOPfko1ZSfzWKcg&index=3>. Acesso em: 29 jan. 2021.

TAVARES, Cássia Quelho et al. Espiritualidade, religiosidade e saúde: velhos debates, novas perspectivas. *Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, v. 11, n. 20, p. 85-97, jul.-dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/download/12972/10912/0>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

TONIOL, Rodrigo. Espiritualidade que faz bem. Pesquisas, políticas públicas e práticas clínicas pela promoção da espiritualidade como saúde. *Sociedad y Religión*, Buenos Aires, v. 25, n. 43, p. 110-143, mai. 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3872/387239046005.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

_____. Atas do espírito: a Organização Mundial da Saúde e suas formas de instituir a espiritualidade. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 42, n. 2, p. 267-299, 2017. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas_vol_42_n2/Atas_do_espirito.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2020.

UCHOA, Elizabeth; VIDAL, Jean Michel. Antropologia médica: elementos conceituais e metodológicos para uma abordagem da saúde e da doença. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 497-504, dez. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jan. 2021.

VILELA, Elaine Morelato; MENDES, Iranilde José Messias. *Entre Newton e Einstein: Desmedicalizando o conceito de saúde*. Ribeirão Preto: Hollos, 2000.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) estudante:

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: **“Estudantes universitários da área da saúde: uma visão acerca da saúde mental e espiritualidade”** conduzida por Gabriela Malheiro Tozzi, aluna do curso de Psicologia do Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF e supervisionada pela Professora Doutora Maria de Fátima Aveiro Colares. O estudo tem como objetivo avaliar a saúde mental de estudantes do ensino superior da área da saúde, bem como sua relação com a espiritualidade.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário sociodemográfico, bem como a uma entrevista estruturada sobre temas relacionados a sua saúde mental bem como questões relativas a espiritualidade. A participação neste estudo será por meio do google docs, onde você terá acesso inicialmente ao termo de esclarecimento sobre o estudo e caso aceite participar você terá acesso aos instrumentos da pesquisa.

Você foi selecionado(a) por ser um estudante do ensino superior da área da saúde. No entanto, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízos para o desenvolvimento do estudo.

Os dados desta pesquisa fazem parte de um trabalho de Iniciação Científica, desenvolvido pela pesquisadora. Os resultados poderão ser divulgados em congressos e artigos científicos, sem no entanto haver qualquer identificação dos participantes a fim de preservar o sigilo ético.

Caso você decida participar desta pesquisa voluntariamente, é importante destacar que sua participação não é remunerada e não te implicará em gastos. Esta pesquisa é sigilosa, sendo seus dados confidenciais, assim como sua identidade. De maneira nenhuma os resultados individuais serão divulgados, visando assegurar o sigilo de sua participação.

A presente pesquisa possui um risco mínimo, no entanto caso sinta algum desconforto ao responder os instrumentos, você poderá interromper a participação a qualquer momento e procurar orientação especializada junto ao pesquisador, caso o deseje. Como benefícios do estudo, os resultados do mesmo poderão aprimorar e ampliar a temática em questão, além de ajudar na reflexão sobre os impactos que a atividade de estudante da área da saúde tem em sua vida, bem como a vivência da espiritualidade.

Após estes esclarecimentos, solicita-se seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Portanto preencha, em caso de assentimento, os itens que se seguem:

Eu, _____, ciente das informações acima mencionadas, autorizo minha participação na pesquisa “Estudantes universitários da área da saúde: uma visão acerca da saúde mental e espiritualidade”, conduzida por Gabriela Malheiro Tozzi, como forma de contribuição ao progresso científico.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa:

- Concordo
 Discordo

Obs: O TCLE será adaptado ao formulário do Google Forms para que somente os que concordarem em participar do estudo sejam direcionados às próximas etapas.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Nome:

Idade:

Estado civil: Solteiro(a) Casado(a) Namorando Divorciado(a) Outro

Sexo: Feminino Masculino Outro

Curso de graduação: Enfermagem Medicina Psicologia

Semestre:

Atualmente, você trabalha? Sim Não

APÊNDICE C – ENTREVISTA ESTRUTURADA

1. Faz uso de álcool?
() Frequentemente () Raramente () Ocasionalmente () Nunca
2. Faz uso de cigarro?
() Frequentemente () Raramente () Ocasionalmente () Nunca
3. Faz uso de maconha?
() Frequentemente () Raramente () Ocasionalmente () Nunca

Desde que ingressou na faculdade...

4. Percebeu mudança de humor? () Sim () Não
5. Privou-se de alguma atividade de lazer? () Sim () Não
6. Pensa ou já pensou em desistir do curso? () Sim () Não
7. Procurou auxílio psicológico? () Sim () Não
8. Não procurou, mas acha que precisa ou queria? () Sim () Não
9. Tem distúrbios do sono (insônia, sono excessivo...)? () Sim () Não
10. Tem ansiedade? () Sim () Não
11. Tem sintomas depressivos? () Sim () Não
12. Percebe um excesso de horas de estudo? () Sim () Não
13. Tem dificuldade de conciliar estudo e lazer? () Sim () Não
14. Teme não ser um bom profissional? () Sim () Não
15. Considera sua saúde mental como:
() Excelente () Boa () Razoável () Ruim

Espiritualidade

16. Você se considera uma pessoa que tenha espiritualidade? () Sim () Não
17. O que é espiritualidade para você?

_____.

18. Acredita em Deus? () Sim () Não
19. Tem uma religião? () Sim () Não
20. Se sim, qual?
() Católica () Protestante () Evangélica () Espírita () Outra

21. Sua fé/religião/espiritualidade te ajuda a enfrentar as dificuldades do dia a dia?

() Sim () Não

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS DESDOBRAMENTOS NA SAÚDE MENTAL INFANTIL: uma revisão da literatura

Caroline Cunha Rezende Rodrigues
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
carol_cunha01@hotmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Doutora em Psicologia – FFCL-RP USP
sofiamuniz@facef.br

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

1. INTRODUÇÃO

A pandemia causada pela Covid-19 incutiu a necessidade do isolamento social e modificou abruptamente a forma das relações interpessoais. As crianças, afastadas da escola, assistem as aulas via online e são privadas, temporariamente, dos contatos físico e social nas atividades educacionais, tão importantes ao seu desenvolvimento. A questão da saúde mental das crianças é uma preocupação social atual e concerne também ao meio científico.

A experiência do isolamento social alterou a rotina das crianças que, com o fechamento das escolas, passaram a ter aulas via on-line, momentos de lazer dentro de casa e mais tempo com os pais. Por um lado, crianças que passavam pouco ou quase nenhum tempo com seus pais tiveram esse tempo estendido, o que pode ser benéfico para a relação pais e filhos nos casos em que as figuras parentais configuram fator de proteção aos pequenos. Por outro, a falta de interação social com crianças da mesma idade, o excesso do uso de celular, computador e outros aparelhos eletrônicos, a exposição à incertezas e insegurança, a experiência do medo e o isolamento são alguns dos fatores que se inter-relacionam, geram subfatores negativos e podem impactar diretamente na saúde mental das crianças.

A relevância do presente trabalho é promover uma discussão do tema proposto e mostrar a necessidade de criação de vias de promoção de saúde mental nesse contexto.

O objetivo deste artigo foi explorar os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus na saúde mental das crianças e suas possíveis consequências.

A metodologia empregada foi, a princípio, uma revisão bibliográfica crítica com uso de artigos científicos e estudos publicados.

2. SAÚDE MENTAL

Em termos históricos, quanto à saúde mental infantil,

A partir da década de 1980, observou-se um número crescente, embora reduzido, de pesquisas dedicadas à percepção de crianças sobre o conceito de doença ou sobre o que significa estar doente. Essa literatura indica que as percepções das crianças afetam diretamente os seus comportamentos relacionados à saúde e à percepção do risco. (...) Estudos sobre percepção de saúde e doença com crianças e adolescentes, baseando-se na Teoria do Desenvolvimento de Piaget, também têm demonstrado que a percepção de saúde e doença pelas crianças tende a ser diferente em cada etapa do desenvolvimento. (FOLINO et al, 2021, p. 2).

No estudo realizado por Folino (2021), chegaram à constatação de que

no que diz respeito aos sentimentos, o medo e a preocupação foram os mais evocados pelas crianças (...) no contexto da COVID-19, especialistas já tinham indicado que a quarentena poderia gerar medo, preocupação, tristeza e estresse nas crianças, como observamos na presente pesquisa e em um estudo realizado com crianças espanholas sobre a pandemia de COVID-19 2. (...) Em nosso estudo, apenas duas crianças afirmaram que nada mudou, já a maioria delas mostrou-se amedrontada e preocupada (FOLINO et al, 2021, p. 7 e 8).

Em outra pesquisa, Dutra et al (2020, p. 299) coloca as falas de algumas crianças em relação à pandemia. Elas relatam que sentem falta dos familiares, de sair para comer fora de casa, de ir para cultos religiosos, de “viver a vida normalmente”. As autoras colocam que a família possui um papel fundamental na manutenção da estabilidade e saúde mental e emocional das crianças no atual contexto, por estarem mais próximas – e por configurar um importante fator de proteção à criança, em qualquer contexto, mas principalmente agora – e em contato direto com os pequenos. Além disso, Dutra et al (2020, p. 299) descrevem a importância de “conversar, orientar e informá-las sobre os acontecimentos, além de ser fundamental acalmá-las e tranquilizá-las” para manter a saúde mental dessas crianças.

Durante a infância, tenra infância ou até mesmo na adolescência, o sistema nervoso central (SNC) está em uma janela de desenvolvimento vulnerável, na qual a ocorrência de quaisquer desafios estressores em tempos de períodos críticos pode servir como gatilho para danos psicológicos (Danese et al., 2009; Gunnar e Quevedo, 2007 apud FIGUEIREDO, 2020, p. 2), cognitivos e comportamentais à pequeno e longo prazo (Danese et al., 2009; Ibi et al., 2008; Nugent et al., 2011 apud FIGUEIREDO, 2020, p. 2).

As principais regiões do cérebro que respondem a estímulos ambientais (por exemplo, estresse) são amígdala, hipocampo e córtex pré-frontal. A resposta ocorre por meio de uma rede intrincada de respostas hormonais, imunológicas e neurotransmissoras, que podem, por sua vez, alterar os padrões de resposta das células gliais e do metabolismo das monoaminas, levando à morte celular e/ou distúrbios de saúde mental (Calcia et al., 2016; Danese et al., 2009 apud FIGUEIREDO, 2020).

É notório que, a questão da saúde mental está fortemente evidenciada no contexto atual e, na fala dos autores acima, há uma unanimidade quanto ao fato de que a saúde mental é um fator determinante no crescimento e desenvolvimento geral da criança. Os autores explicitam a relação ambiente-indivíduo, ou seja, a forma como indivíduo e ambiente se inter-relacionam e as fortes influências do ambiente sob as condições psíquicas do indivíduo em crescimento. Além dos mecanismos psicológicos, como evidenciado pelos autores acima, nossos comportamentos e o nosso sistema cognitivo são resultados diretos daquilo que ocorre em nosso cérebro. Sendo assim, os estímulos ambientais estressores também ressoam na fisiologia do cérebro que, por sua vez, produz doenças e disfuncionalidades. Entende-se, dessa maneira, a pandemia do COVID-19 como um grande e profundo estressor. A saúde mental infantil se configura, então, como fator potencial para a materialização desses efeitos disfuncionais negativos. Surge, então, a necessidade de um olhar atento para essas questões, a fim de evitar ou reduzir danos a curto, médio e longo prazo.

3. OS TRÊS FATORES: pandemia, isolamento social e saúde mental

Para controlar a transmissão da doença do coronavírus (COVID-19), o Governo Chinês implementou políticas rigorosas de quarentena domiciliar. Em 24 de março de 2020, mais de 80000 indivíduos com covid-19 e 690000 indivíduos que tiveram contato próximo com indivíduos com covid-19 foram registrados e colocados em quarentena, incluindo um grande número de crianças. (...) pesquisadores entenderam que tais medidas podem ter efeitos psicológicos adversos em crianças que estão em quarentena. Para as crianças que estão em quarentena em casa com seus pais ou parentes, o estresse causado por essa mudança brusca no seu ambiente pode ser aliviado em certo grau. No entanto, crianças que estão afastadas de seus cuidadores necessitam de atenção especial, incluindo crianças infectadas ou com suspeita de estarem infectadas com severa síndrome respiratória aguda de coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que estão em quarentena nos hospitais locais ou centros médicos de observação coletivos; e crianças cujos cuidadores estão infectados por SARS-CoV-2 ou que tenham morrido por causa da doença, e que estão sob os cuidados de grupos sociais de caridade. Essas crianças talvez sejam mais suscetíveis à problemas de saúde mental por causa do seu maior risco de infecção, e o medo e a dor causados pela perda ou separação parental (DALTON; RAPA; STEIN, 2020, p. 348).

Na cidade do Rio de Janeiro, a prefeitura lançou um decreto, em 21 de março, determinando a adoção de medidas adicionais para o enfrentamento do novo coronavírus. O decreto determinava o fechamento das escolas municipais (...) as escolas foram mantidas fechadas 5, fazendo com que as crianças permanecessem em casa, longe dos amigos e do convívio social (...) Apesar de as crianças serem apontadas como o grupo menos afetado pelos sintomas da doença, embora não ileso à doença e suas formas graves, seu cotidiano foi afetado de várias formas, incluindo a interrupção da vida escolar presencial, impactos relacionados ao isolamento social e, em muitos casos, problemas financeiros e de saúde enfrentados por familiares. Nesse contexto, as crianças são um grupo sensível ao confinamento, com ameaças sérias à sua saúde, tanto do ponto de vista físico quanto do ponto de vista emocional (FOLINO et al, 2021, p. 2).

Em um estudo qualitativo realizado no Rio de Janeiro, pesquisadores buscaram compreender a percepção das crianças sobre o SARS-CoV-2 e como essa percepção pode impactar no emocional dessas crianças:

Perguntamos às crianças se elas sentiram alguma mudança recente no seu cotidiano. A maioria respondeu que sim, citando que agora tem aulas online, não tem saído de casa e está passando mais tempo com a família. Apenas duas crianças – inicialmente, mais tímidas – responderam que nada mudou. Sobre o motivo das mudanças, as respostas incluíram, geralmente, uma menção ao novo coronavírus, como: “por causa do coronavírus”, “porque tem um vírus no mundo”, “por causa do corona” e “porque o coronavírus chegou no Brasil, né? Aí começou a ter aglomeração (...) aí eles pediram pra gente ficar em casa” (FOLINO et al, 2021, p. 4).

Em uma série de perguntas sobre a pandemia da covid-19 e fatores a ela relacionados, as crianças respondiam tal como relatado pelos pesquisadores do estudo citado acima:

Em seis explicações, buscou-se definir o coronavírus com linguagem científica, como em “É um vírus da família COVID (...). Que é de uma família de vírus que se evoluíram e agora tá nessa pandemia”. O caráter mortal da doença também foi bastante mencionado, em expressões como “É um vírus, parecido com a gripe, só que é capaz de causar morte, seu nariz escorre, você não consegue respirar direito...”, ou em “É uma doença que mata pessoas!”. Identificamos que as crianças associaram o coronavírus com o ato de ficar em casa, destacando que não se pode sair: “Não pode sair de casa toda hora, só de vez em quando, visitar. Tem gente que até vai no supermercado, tem gente que compra pra chegar em casa”. Com relação aos sentimentos evocados ao falar de COVID-19 ou coronavírus, foram mencionados medo (em 7 relatos), preocupação (7), saudades (5), tristeza (4) e nervosismo (3). Em geral, as crianças relataram medo de se infectar com o coronavírus e preocupação com a possibilidade de sua família adoecer. (FOLINO et al, 2021, p. 4-5).

Nesse sentido, compreender o que as crianças entendem por doenças, de modo geral, pode gerar bons resultados tanto de ordem prática quanto teórica. Por exemplo, interessados no papel que as concepções de saúde e de doença de crianças e adolescentes desempenham como mediadoras de comportamentos, pesquisadores da área da saúde têm se dedicado a estas investigações visando a elaborar estratégias de promoção da saúde (FOLINO et al, 2021, p. 2).

“(...) o vírus que causa a doença do coronavírus COVID-19 promoveu uma drástica e repentina mudança na forma como organizamos a nós mesmos como seres humanos.” (FIGUEIREDO et al, 2020, p. 1)

Os autores acima apresentam o mesmo conceito com relação aos fatores pandemia, isolamento social e possíveis impactos na saúde mental infantil. Abordam as mudanças na rotina das crianças nesse período, os desdobramentos dessas mudanças e influências que podem ter na saúde mental infanto-juvenil. É notável a alteração imposta pela pandemia na vida dos indivíduos, nos contextos de trabalho, saúde, social e, tem-se a falsa impressão de que as crianças são menos suscetíveis aos efeitos do isolamento quando, na verdade, como pretende este trabalho mostrar, elas são expostas ao risco não somente de contágio pela doença da SARS-CoV-2 como também, ao risco de contraírem outras doenças – mentais – e problemas de saúde mental. Ainda não se sabe quais serão as consequências à longo prazo, mas é certo que existe uma interrelação entre o contexto pandêmico, isolamento social das crianças e a saúde mental. O medo da morte dos pais, a preocupação e ansiedade parecem ser algumas das emoções vivenciadas pelas crianças, diariamente e, como seres em desenvolvimento físico e cognitivo, a proteção à saúde mental e emocional desses indivíduos é de extrema importância. As crianças necessitam de fatores de proteção para o seu pleno desenvolvimento,

precisam se sentir seguras no ambiente em que vivem, então, como assegurar isso em condições desfavoráveis dentro de um contexto de pandemia e isolamento?

4. CONSEQUÊNCIAS DO ISOLAMENTO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS

Segundo Loades et al (2020), em um estudo que examinou problemas de saúde mental após isolamento forçado e quarentena em pandemias anteriores, crianças que passaram por essa experiência de isolamento social eram cinco vezes mais suscetíveis a desenvolver transtornos mentais e experienciar níveis elevados de estresse pós-traumático. De acordo com os autores, isso sugere que as medidas atuais de isolamento impostas às crianças em razão da pandemia da covid-19 pode levar ao aumento de problemas de saúde mental e até mesmo estresse pós traumático.

Para Loades (2020):

(...) Esses estudos são consistentes com informações preliminares não publicadas advindas da China durante a pandemia da COVID-19, onde crianças e adolescentes de 3 a 18 anos de idade estão comumente demonstrando manifestações comportamentais de ansiedade, incluindo clinginess, distração, medo de fazer perguntas sobre a pandemia e irritabilidade.

Outros resultados sobre saúde mental relatados ao longo do tempo incluíam sintomas internalizados que estavam associados à solidão prévia em crianças na idade escolar. Essa rápida revisão sistemática de 63 estudos de 51,576 participantes encontrou clara associação entre solidão e problemas de saúde mental em crianças (...) solidão foi associada com futuros problemas de saúde mental 9 anos depois. A associação mais forte foi com a depressão (LOADES, 2020, p. 1234).

Apesar de indivíduos mais novos parecerem ser menos vulneráveis ao COVID-19, os efeitos colaterais da pandemia podem ser devastadores. Crianças e adolescentes podem ser muito mais expostos à estressores biopsicossociais gerados pela pandemia, e uma vez que as medidas de contenção da população para reduzir a propagação do vírus são necessárias, esse grupo pode ser potencialmente afetado pela perturbação da rotina diária como resultado do isolamento social e pela imatura habilidade para conceber e compreender as consequências a pequeno e longo prazo desse outbreak (SPINELLI et al., 2020; CRESCENTINI et al., 2020 apud FIGUEIREDO, 2020, p. 1).

(...) Foi mostrado que os períodos sem escola também estão associados à diminuição da atividade física, aumento do tempo em frente às telas,

padrões de sono irregulares e dietas menos adequadas em crianças (WANG et al., 2020 apud FIGUEIREDO, 2020, p. 3).

O afastamento da vida social, atividades diárias, como ir à escola, combinado com o medo, ansiedade e a sensação do imprevisível aumentam os riscos para este grupo de desenvolver transtornos psiquiátricos no futuro, mesmo aqueles que não tem histórico de doenças mentais. Além disso, as crianças cujos pais estão sob condições altamente estressantes em casa devido à pandemia também têm um risco maior de desenvolver transtornos psiquiátricos (MACIEJEWSKI et al. apud FIGUEIREDO, 2020, p. 5).

Segundo Figueiredo (2020, p. 5):

Autoridades governamentais e da saúde têm de tratar essa questão (...) mais investimento para a pesquisa é necessário para avaliar o impacto dos estressores da pandemia da COVID-19 no cérebro em desenvolvimento das crianças, para que possamos prevenir ou mitigar os efeitos na saúde mental oferecendo suporte e/ou tratamento apropriado. Nós reforçamos a necessidade de acompanhar essas crianças (...) e seus familiares e cuidadores no intuito de desenvolver estratégias que serão capazes de mitigar, a longo prazo, os efeitos da pandemia da COVID-19.

Os autores acima discorrem sobre o contexto de pandemia vivenciado por crianças e fatores a ela associados e as possíveis consequências negativas para a saúde mental das mesmas. São alguns dos fatores que podem afetar a saúde mental infantil: o isolamento social, a falta de contato com outras crianças no contexto escolar, o medo da infecção pelo vírus por eles e pelos seus pais e o medo da morte dos pais, medo da separação parental, estresse dos pais, crises e instabilidade emocional e afetiva, o afastamento da escola e dos amigos, contato social fora do contexto familiar, etc. Tais fatores podem, de acordo com os autores, gerar na criança medo, ansiedade, frustração, irritabilidade, entre outros sintomas à curto e médio prazo. O contexto (pandemia) potencializa os efeitos desse ambiente no indivíduo. As mudanças drásticas nas rotinas das crianças, os estímulos estressores recorrentes e as incertezas e instabilidades afetam diretamente a saúde mental dos infantes, comprometendo a sua saúde e qualidade de vida. A infância caracteriza-se por ser um estágio de extrema vulnerabilidade, no qual o cérebro, a personalidade e o modus operandi dos comportamentos e pensamentos da criança estão em formação e, ao serem expostos a todos os processos citados e comentados anteriormente, possuem grande chance de sofrerem dano e prejuízo desmedidos. Os autores refletem sobre essa questão e a urgência da tomada de medidas de proteção e de estratégias de intervenção psicológica a fim de precaver ou reduzir quaisquer possíveis danos futuros relacionados à pandemia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi explorar os impactos da pandemia da covid-19 na saúde mental das crianças e seus desdobramentos, através da metodologia de uma revisão bibliográfica. A partir da leitura e discussão dos autores, chega-se às considerações de que ainda há muito trabalho a ser feito no âmbito da pesquisa e da promoção de saúde mental das crianças no momento atual e futuramente. Ficou claro ainda que a dimensão daquilo que conhecemos por saúde mental é muito mais ampla e abrangente do que pensamos, é um tema de extrema importância para o momento atual e para as gerações que ainda virão.

Os resultados obtidos foram extremamente satisfatórios, tanto na construção desse artigo em si quanto nas percepções e novas ideias que essa experiência proporcionou. A resultante do processo de construção do artigo ultrapassou as expectativas iniciais, que eram realizar uma pesquisa sobre um tema que me chamou a atenção, não somente por ser atual como também por interesses de ordem pessoal, nesse sentido, os resultados obtidos afirmaram as ideias que nortearam o surgimento deste artigo e, para além disso, trouxe novas informações, além de instigar a busca de mais conhecimento sobre o assunto, que considero de extrema importância.

A dificuldade encontrada para a realização deste trabalho consistiu na busca por material. A partir das pesquisas e leituras realizadas, chega-se à conclusão de que mais pesquisas precisam ser realizadas (e financiadas) a fim de que se possa chegar a maiores resultados que possibilitem a tomada de medidas da ordem de políticas públicas para a proteção à saúde mental e ao pleno desenvolvimento de nossas crianças, medidas que também propiciarão informação e disseminação de conhecimento à população para que esta também aja com os mesmos direcionamento e finalidade. Além do investimento em pesquisa, podem ser realizados programas online de promoção de saúde para as crianças e seus cuidadores, além de promoção de saúde mental em atendimentos clínicos e hospitais, na mídia e meios de comunicação em geral. É preciso disseminar o conhecimento científico para que seja efetivo o seu valor e investimentos financeiro, profissional, humano. É de suma importância também que mudemos o olhar que temos em relação às crianças, suas necessidades, sentimentos, emoções, singularidades. Reconhecer o valor da criança a protege e também a sua saúde

mental. As crianças de hoje serão os adultos de amanhã, portanto, proteger, cuidar e garantir a sua saúde biopsicossocial é proteger o futuro da humanidade.

REFERÊNCIAS

DALTON, Louise; RAPA, Elizabeth; STEIN, Alan. Mental health considerations for children quarantined because of COVID-19. *The Lancet Child & Adolescent Health*, edição 2020, nº 5, p. 347-349, 13 maio. 2021.

LOADES, Maria Elizabeth et al., Rapid Systematic Review: The Impact of Social Isolation and Loneliness on the Mental Health of Children and Adolescents in the Context of COVID-19. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, edição 2020, ano 59, nº 11, p. 1218-1239, 13 maio. 2021.

FIGUEIREDO, Camila Saggiore de. et al., COVID-19 pandemic impact on children and adolescents' mental health: Biological, environmental, and social factors. *Progress in Neuropsychopharmacology & Biological Psychiatry*, edição 2021, nº 106, p. 1-8, 14 maio. 2021.

DUTRA, Joyce Luzia Chaves; CARVALHO, Natália Cristina Correa; SARAIVA, Thamires Aparecida Rodrigues. OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS. *Pedagogia em Ação*, edição 2020, nº 1, p. 293-301, 14 maio. 2021.

FOLINO, Carolina Habergriç. A percepção de crianças cariocas sobre a pandemia de COVID-19, SARS-CoV-2 e os vírus em geral. *Cadernos de Saúde Pública*, edição 2021, p. 1-13, 14 maio. 2021

INVENTÁRIO DE PROBLEMAS DE FERTILIDADE: um estudo sobre experiências psicossociais de casais submetidos ao primeiro tratamento de Fertilização *in vitro*

Mariana Cervi Taveira
Graduanda em Psicologia - Uni-FACEF
mariana.cervi@hotmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Doutora em Psicologia – USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca

1. INTRODUÇÃO

Uma das principais mudanças sociais ocorridas na contemporaneidade está relacionada à concepção familiar e ao desejo de ter um filho. Devido a esse fato e a outros relacionados a dificuldades predispostas geneticamente de casais conceber seus próprios filhos ou de complicações advindas no histórico clínico, muitos casais têm buscado a reprodução assistida, como a Fertilização *in vitro*, com anseio de realizarem seus desejos.

O estudo teve como objetivo verificar as experiências emocionais e sociais de casais submetidos ao primeiro tratamento de fertilização *in vitro*. É um estudo que abarca determinadas reflexões, como as singularidades e semelhanças vivenciadas por esses casais, o luto da infertilidade, como é aceito o tratamento de reprodução assistida tanto pelo casal, como por sua rede social, e se há rejeições, se os clientes da fertilização fazem acompanhamento psicológico, se acreditam que esse acompanhamento é importante nessa etapa de suas vidas e como acreditam que a psicologia pode contribuir nesse sentido. Enfim, conhecer o modo como lidam com essa experiência.

Os casais podem enfrentar momentos de dificuldades nessa etapa da vida, podendo ter uma autocobrança elevada, além da cobrança de ter um filho do meio social, tendo o potencial de acarretar sentimento de culpa, tristeza, desamparo e desesperança, dando grande relevância ao aprofundamento da pesquisa científica nesta área, pois a questão em debate tem influências diretas na vida do sujeito, referindo-se a um ponto que não é valorizado, e que quase nunca tem a devida atenção necessária.

A presente pesquisa tem como fundamento a metodologia qualitativa, executada através da Adaptação do Inventário de Problemas de Fertilidade (IPF) da tese “Adaptação do Inventário de Problemas de Fertilidade para homens e mulheres inférteis” de Andreza Cristiana Ribeiro (2007), cujo participantes responderam individualmente. O critério amostral teve como requisito casais que estavam passando ou passaram (em até um ano) pela primeira tentativa no tratamento de fertilização *in vitro*, tendo em vista a técnica de *snowball*.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFERTILIDADE E A BUSCA DE UM TRATAMENTO

Planejar a estrutura de uma família tem se tornado uma tarefa progressivamente comum na sociedade ocidental contemporânea. Se difunde cada vez mais os métodos anticonceptivos, o que demonstra que o planejamento familiar vem sendo um grande instrumento no século XXI, por diversos fatores, como casamentos mais tardios em comparação ao século passado, a inserção da mulher no mercado de trabalho, a continuidade e desenvolvimento nos estudos de ensino superior, ou mesmo o desejo de coordenar a estrutura familiar.

A respeito do papel da mulher na família, Casemiro (2018) ressalta “O papel da mulher passou por grandes mudanças durante as últimas décadas, o que interferiu na concepção de família e de maternidade”. Ribeiro (2004) em concordância as ideias expostas por Casemiro (2018), acrescenta que com o advento de métodos contraceptivos, no século XX, houve uma revolução dos papéis sociais femininos e masculinos, sendo que a mulher se tornou atuante profissionalmente, mudando o contexto familiar, podendo então revelar suas necessidades e desejos profissionais.

Ribeiro (2004) acrescenta ainda mais motivos para a escolha tardia de ter filhos,

A expectativa de vida ampliou-se e tende a continuar se ampliando; estamos vivendo mais anos do que as gerações anteriores; as exigências profissionais cada vez mais espartanas, demandam uma dedicação maior de tempo para o trabalho. Associado a essas exigências é cada vez mais difícil e demorado um casal atingir uma situação financeira relevante relativamente estável. (Ribeiro, p.24, 2004).

Igualmente, Vieira e Oliveira (2018) afirmam que atualmente é comum “as pessoas adiarem o projeto parental em busca de uma realização profissional, de um

melhor status socioeconômico ou mesmo aguardando o encontro do cônjuge ideal”. Além de prorrogar ou isentar a presença de filhos, o planejamento familiar revigora o desejo de casais que possuem dificuldades em concretizar a ideia de ter um filho, devido a problemas como a infertilidade. “O planejamento familiar não corresponde apenas ao controle de natalidade, mas também ao direito que o cidadão tem de programar o momento de ter filhos”. (VIEIRA; OLIVEIRA; 2018).

Ribeiro (2004) destaca que,

Um conjunto de fatores, específico a cada casal, pode resultar na decisão de ter filhos após os 35 anos. Esse fato tem sido considerado uma das principais causas do aumento de casais inférteis. Grande parte dos que procuram uma concepção medicamente assistida, principalmente nas clínicas particulares, têm em média mais de 35 anos, e 30% das pacientes têm mais de 40 anos. (Ribeiro, p.25, 2004).

Diante desta circunstância, a reprodução assistida, como a FIV (fertilização *in vitro*), tem sido uma possibilidade sucessivamente considerada na esperança e desejo de se conceber um filho. A Anvisa divulgou no meio do ano de 2019, que o número de busca ao tratamento de fertilização por meio da inseminação artificial vem crescendo no Brasil, sendo que o estado de São Paulo foi onde houve maior ciclos realizados (46,8% do total do país), seguido por Minas Gerais e Rio de Janeiro,

De acordo com o 12º Relatório do Sistema Nacional de Produção de Embriões (SisEmbrio), em 2018 foram realizados 43.098 ciclos de fertilização *in vitro*, contra 36.307 em 2017. A comparação entre os dois anos resultou em um crescimento de 18,7% na quantidade de procedimentos. (ASCOM/ANVISA, online, 2019).

Não se trata de um processo fácil, e existem muitas considerações equivocadas sobre o método, quando se opta pela realização desse procedimento, tanto pelo contexto social dos pacientes, como também pela visão dos profissionais envolvidos e dos próprios reivindicadores.

Para se analisar sobre as experiências que os casais inférteis passam é importante pensar a respeito da notícia de infertilidade, as vivências emocionais da dupla, as experiências maternas e paternas, o contexto social e familiar desses indivíduos. Nesse contexto são apresentados os próximos capítulos.

3. OBJETIVO GERAL

A presente pesquisa teve como objetivo investigar e analisar qualitativamente as experiências sociais e emocionais de casais submetidos pela primeira vez ao tratamento de fertilização *in vitro*. Essa pesquisa não se trata de um estudo comparativo entre os casais participantes.

4. METODOLOGIA

O estudo teve como fundamento metodológico um enfoque qualitativo, tendo como referencial teórico autores que versam sobre o tema retratado. A pesquisa de campo foi feita a aplicação do Inventário de Problemas de Fertilidade (IPF) individualmente, através da plataforma digital “Google Forms”, sendo que esses procedimentos precisaram ser realizados de maneira remota devido a pandemia da COVID-19.

Participantes: O número total de participantes foi de acordo com o total de casais que demonstraram interesse em participar deste estudo, sendo utilizada a técnica de *snowball sampling*. Participaram da pesquisa dois casais que foram submetidos ao método da Fertilização *in vitro*, em um período de até um ano e meio atrás, com os critérios de seleção de: terem fertilidade primária, sendo a primeira tentativa de conceber um filho através do método de fertilização *in vitro*, visando a eleição de casais que ainda não possuíam um primogênito(a), mesmo que de forma natural.

Instrumentos: Foi feita uma seleção de perguntas utilizadas no estudo “Adaptação do Inventário de Problemas de Fertilidade para homens e mulheres inférteis” - *Fertility Problem Inventory* (FPI), de Andreza Cristina Ribeiro (2007), que comensura aspectos a respeito de preocupações sociais, sexuais, relacionamentos, rejeição à vida sem filhos e necessidade de ter um filho.

O inventário utilizado pela autora consiste em 46 questões múltiplas escolha (6 opções de grau de concordância), das quais foram selecionadas 15, sendo elas dirigidas aos participantes em tratamento individual. Para a seleção das perguntas foi requerido que fossem perguntas que abrangessem os temas mencionados, de modo em que não se repetissem em mesmo sentido de questionamento. Como se trata de uma adaptação, não se pode considerar que foi realizada a aplicação de um teste e sim uma técnica.

Procedimentos: Subsequentemente a aprovação do projeto pelo comitê de Ética do Centro Universitário Municipal de Franca Uni-Facef, foram realizados contatos preliminares e convites para estimados participantes. Posteriormente ao consentimento dos participantes para participarem da pesquisa, a pesquisadora informou os objetivos do estudo e apresentou o Termo de Consentimentos Livre e Esclarecido (TCLE) para que fosse assinado. Sendo assim, foram realizadas as aplicações do IPF de maneira individualizada.

5. DESENVOLVIMENTO

Os dois casais participantes foram bem-sucedidos na FIV. Os dois casais que permaneceram na pesquisa são de orientação heterossexual, o primeiro constitui por uma mulher de 36 anos e um homem de 36 anos, casados e ambos com ensino superior completo, sendo que ela possui duas graduações, os quais foram nomeados na pesquisa de Helena e Miguel; o segundo casal, constitui uma mulher de 42 anos e um homem de 37 anos, casados e com ensino superior completo, nomeados na pesquisa de Guilherme e Manoela.

Tabela 1

Participantes	Idade	Escolaridade	Estado civil	Tempo tentando conceber filho antes da FIV	Fator da infertilidade
Casal 1					
Helena	36 anos	Superior completo	Casada	3 anos	Idade feminina avançada e contagem baixa de espermatozoides.
Miguel	36 anos	Superior completo	Casado		
Casal 2					
Manoela	42 anos	Superior completo	Casada (2ª vez)	2 anos	Idade feminina avançada
Guilherme	37 anos	Superior completo	Casado		

Tabela 2

Participantes	Clínica ofereceu	Buscou tratamento
---------------	------------------	-------------------

¹ Autoria própria

	tratamento psicológico?	psicológico?
	Casal 1	
Helena e Miguel	Não	Não
	Casal 2	
Manoela e Guilherme	Não	Não

2

Helena e Miguel

Helena e Miguel, ambos de 36 anos de idade, começaram o tratamento de fertilização *in vitro* no meio do ano de 2019, foram bem-sucedidos e tiveram seu filho há menos de um mês. Eles namoraram por 7 anos e estão casados a 8 anos, casaram-se aos 29 anos de idade. O casal relatou que sempre quiseram aproveitar o começo do casamento, fazendo viagens e passeios, então sempre evitaram filhos com métodos anticoncepcionais.

Segundo Charles Melman *apud* Lanius e Souza (2010) que, “vivemos num paradoxo, no qual ao mesmo tempo em que nós acreditamos livres para escolhas, como, por exemplo, o tempo e o método de ter filhos, nos encontramos presos em armadilhas narcísicas” (p.58).

Manoela e Guilherme

Se conheceram no meio do ano de 2014, e no final deste mesmo ano ficaram noivos, cansando-se um ano depois. Manoela relatou que assim que se casaram ela parou de tomar medicamentos anticoncepcionais, pois sua idade já era biologicamente avançada para ter filhos. Ela relatou que desde então tentaram conceber um filho naturalmente, contudo, em junho de 2017 ainda não tinham conseguido engravidar.

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DE DADOS

O inventário foi realizado *online*, através da plataforma *Google Forms*, um aplicativo de administração de pesquisas, devido ao contexto mundial da pandemia da COVID-19. O inventário foi enviado aos participantes, de forma que respondessem individualmente. Serão apresentadas abaixo as respostas dos

² Autoria própria

participantes de modo geral, em formas de gráficos, correspondendo a taxa percentual de respostas dadas para cada uma das 15 questões. Essas questões foram tiradas da tese “Adaptação do Inventário de Problemas de Fertilidade para homens e mulheres inférteis” de Andreza Cristiana (2007), o qual continha 46 questões. A cada afirmação os participantes poderiam escolher entre 6 alternativas, sendo elas: Concordo muito, Concordo, Concordo pouco, Discordo pouco, Discordo e Discordo muito.

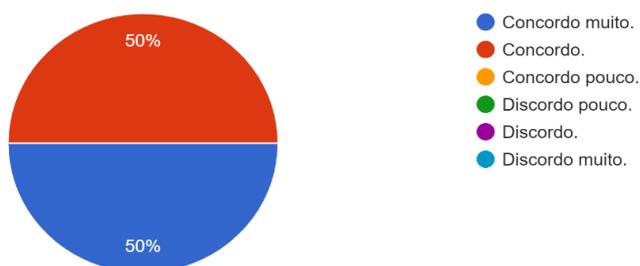
Abaixo são apresentados os dados e suas respectivas análises, de acordo com os fatores: (1) Relacionamento Sociais, (2) Relacionamento conjugal e sexual, (3) Maternidade/Paternidade; assim como exposto no trabalho de Andreza Cristiana (2007). Contudo, não será analisado os dados como no teste IPF, e sim de modo qualitativo.

6.1. Relacionamento Sociais

Este fator refere-se à relação com familiares e amigos, como a pessoa lida com estes pelo fato de não ter filhos, além do incomodo que sente quando é perguntado sobre a existência de filhos (CRISTIANA, 2007).

Gráfico 1

Eu não me incomodo quando me fazem perguntas sobre crianças
4 respostas



3

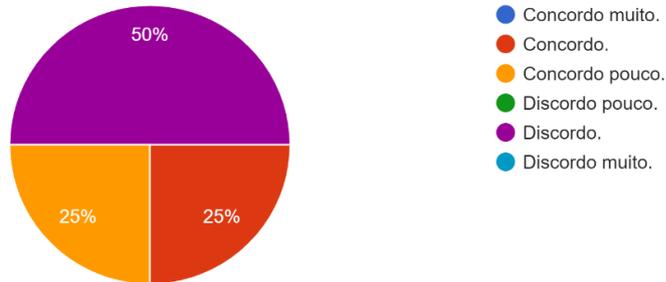
Na afirmação “Eu não me incomodo quando me fazem perguntas sobre crianças”, 50% dos 4 participantes responderam “Concordo muito” e 50% responderam que concordam.

Gráfico 2

³ Autoria própria

Não consigo deixar de me comparar com amigos que têm filhos.

4 respostas



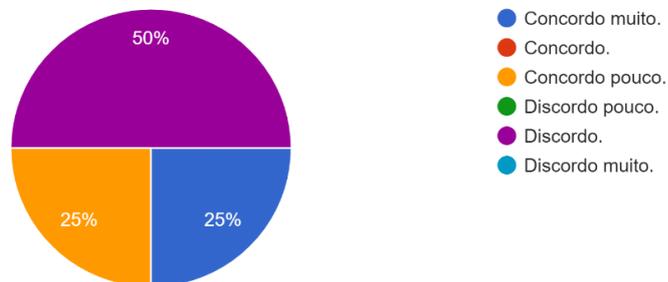
4

No item “Não consigo deixar de me comparar com amigos que têm filhos”, 50% dos participantes discordaram, 25% concordaram um pouco e outros 25% concordaram.

Gráfico 3

Parece que a família nos trata de maneira diferente.

4 respostas



5

Já na afirmação “Parece que a família nos trata de maneira diferente”, 50% discordaram, sendo que 25% discordaram muito e outros 25% concordaram um pouco.

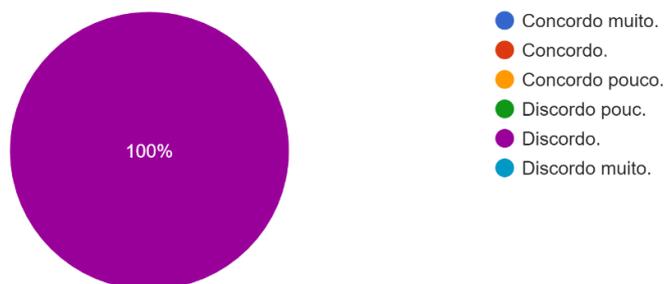
Gráfico 4

⁴ Autoria própria

⁵ Autoria própria

Eu sinto como se amigos e familiares tivessem nos deixado para trás.

4 respostas



6

A última afirmação desse fator, "Eu sinto como se amigos e familiares tivessem nos deixado para trás", todos participantes discordaram.

Análise do primeiro fator: No fator, "Relacionamentos sociais", é avaliado como o participante lida com o fato de não ter filhos, além do incomodo que sente quando é perguntado sobre a existência de filhos. No primeiro item, revelou-se dados que estão em discordância com a literatura, já que os participantes não concordaram com o item que questiona se o participante se sente incomodado quando alguém pergunta sobre crianças a ele.

Esse dado se mostra em discordância à literatura, pois, como exposto anteriormente neste trabalho, os familiares e a sociedade em geral, começa a interrogar o crescimento familiar, e cria-se expectativas de que o casal terá filhos. Com isso, as famílias começam a criar uma rede de desejos e expectativas em relação a mudança na estrutura familiar. (STRAUBE e MAKUCH, 2018).

Com isso, ocultar ou esquivar de perguntas e conversas sobre crianças é um comportamento de tentar evitar que se criem mais expectativas diante a possibilidade de uma nova criança na família, tanto para os parentes próximos, como também ao casal, que pode ter de lidar com 'cobranças' da vinda de um filho pelo seu ciclo social (VIEIRA e OLIVEIRA, 2018).

No segundo item: "Não consigo deixar de me comparar com amigos que têm filhos", é possível analisar de acordo com a literatura, autores que observaram a "vontade de construir uma família e a necessidade de se sentirem iguais às mulheres férteis" nas pessoas inférteis (p.773). A necessidade de se igualar a

⁶ Autoria própria

indivíduos férteis, está relacionada a sentimentos de inferioridade e baixa autoestima. (MAKUCH e FILETTO, 2010). No estudo de Lanius e Souza (2010), também se observa esse fato.

Portanto, apesar de 50% dos participantes discordaram com a afirmação, estando em discordância ao que a literatura revela, 25% concordaram um pouco e outros 25% concordaram, ou seja, a outra metade dos participantes sentem-se de maneira comparativa as pessoas férteis, entrando em concordância ao que os autores revelam.

Na terceira afirmação “Parece que a família nos trata de maneira diferente”, 50% discordaram, sendo que 25% discordaram muito e outros 25% concordaram um pouco. Lins, Patti, Peron e Barbieri (2014) destacam que a infertilidade pode alterar “as funções vitais dos sujeitos, produzindo uma variedade de sintomas e muitas vezes prejudicando relacionamentos sexuais, conjugais, sociais profissionais e familiares” (p. 391). Sendo assim, pode ser explicado o fato de um integrante ter concordado com essa terceira afirmação, assim como também entra em concordância ao exposto por Straube e Makuch (2018).

No último item do fator social, pode-se correlacionar também com o que esses autores destacaram a respeito do relacionamento social e familiar, já que se trata de uma afirmação de apoio social. Os participantes dessa pesquisa, discordaram que se sentiram “deixados para traz” pelas famílias e amigos, o que se revela um fator de proteção, já que estar submetido ao tratamento de fertilização in vitro, pode desencadear muitos sentimentos difíceis de serem lidados, necessitando de apoio de outras pessoas, àqueles que estão em tratamento.

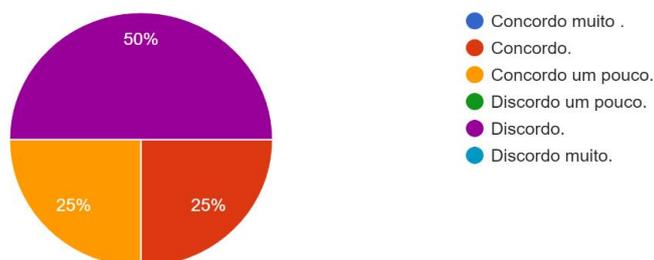
6.2. Relacionamento conjugal e sexual

Esse fator foi composto por 8 itens que se referem a “problemas com o relacionamento conjugal e sexual devido à infertilidade e dificuldade de falar com o parceiro sobre esta” (CRIATIANA, 2007).

Gráfico 5

Eu percebi que o sexo deixou de ser prazeroso para mim por causa do problema da fertilidade.

4 respostas



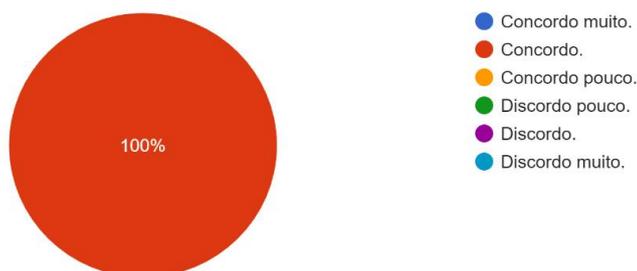
7

Na primeira afirmação, 50% dos participantes discordaram, 25% concordaram e 25% concordaram um pouco.

Gráfico 6

Eu me sinto tão atraente para meu (minha) parceiro(a) como antes.

3 respostas



8

Neste item, todos os participantes concordaram que se sente tão atraentes para seu parceiro, como antes do problema de fertilidade ser descoberto. Contudo, nessa questão, um integrante não respondeu.

No gráfico 7, item “Eu sinto como tivesse falhado sexualmente”, 75% dos participantes discordaram, enquanto 25% concordaram com a afirmação.

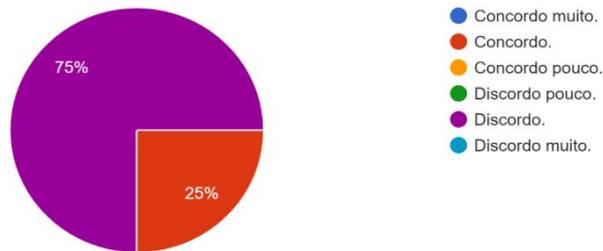
Já no gráfico 8, 75% dos participantes discordaram, enquanto 25% concordaram com a afirmação.

Gráfico 7

⁷ Autoria própria

⁸ Autoria própria

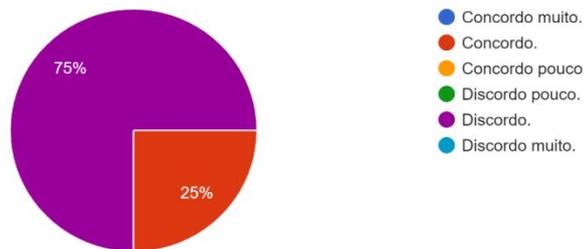
Eu sinto como se estivesse falhado sexualmente.
4 respostas



9

Gráfico 8

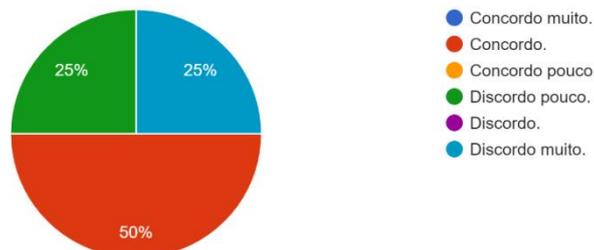
Meu parceiro(a) não entende como o problema da fertilidade me afeta.
4 respostas



10

Gráfico 9

Meu parceiro(a) e eu lidamos bem com questões sobre infertilidade.
4 respostas



11

Nesse item, 50% dos participantes da pesquisa concordaram com a afirmação do inventário, 25% discordaram muito e 25% discordaram um pouco.

⁹ Autoria própria

¹⁰ Autoria própria

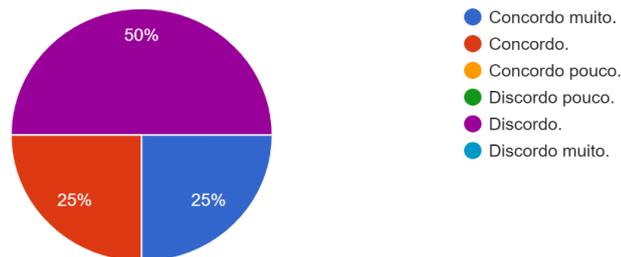
¹¹ Autoria própria

No item do gráfico 10, No item “Meu parceiro(a) e eu poderíamos falar mais abertamente um com o outro sobre nossos problemas de infertilidade”, 50% dos participantes da pesquisa discordaram com a afirmação do inventário, 25% discordaram muito e 25% concordam.

Gráfico 10

Meu parceiro(a) e eu poderíamos falar mais abertamente um com o outro sobre nossos problemas de infertilidade.

4 respostas

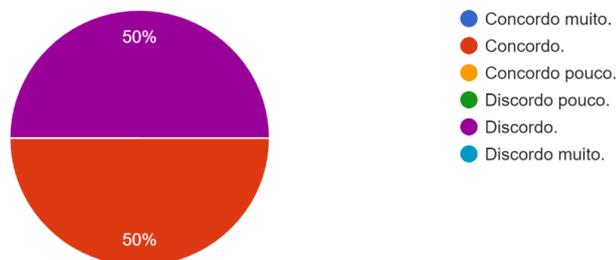


12

Gráfico 11

Quando nós tentamos falar sobre nosso problema de infertilidade, isto parece provocar uma discussão.

4 respostas



13

Nesse item, 50% dos participantes discordaram com a afirmação e outros 50% concordaram.

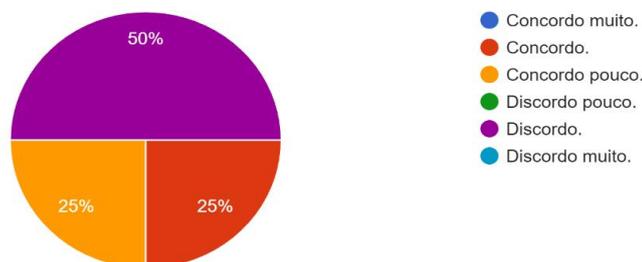
Gráfico 12

¹² Autoria própria

¹³ Autoria própria

Eu me sinto vazio por causa do nosso problema de fertilidade.

4 respostas



14

50% dos integrantes da pesquisa discordaram com a afirmação “Eu me sinto vazio por causa do nosso problema de fertilidade”, contudo 25% concordaram e os outros 25% concordaram um pouco.

Análise do segundo fator: No fator que avalia a relacionamentos conjugais e sexuais, foi avaliado possíveis problemas conjugais e/ou sexuais vinculados à infertilidade. Nos três primeiros itens, a respeito da sexualidade, observa-se que os participantes não se sentem menos atraentes, que antes de serem diagnosticados com infertilidade.

Contudo, na primeira afirmação, 50% dos participantes discordaram, ou seja, não sentem que o sexo deixou de ser prazeroso devido a infertilidade, porém 25% concordaram e 25% concordou um pouco. No terceiro item observamos, “Eu sinto como tivesse falhado sexualmente”, 75% dos participantes discordaram, enquanto 25% concordaram com a afirmação. Straube e Makush (2018) demonstram que mulheres são mais afetadas que os homens, com ansiedade e estresse relacionadas à sexualidade na infertilidade.

Avelar e Lima (2018) afirmam que homens com diagnóstico de infertilidade são mais submetidos a comentários maldosos, principalmente ao que se refere a potência sexual, remetendo ao conceito de virilidade. De acordo com Leis (2014), é confundido neste aspecto os termos fertilidade e virilidade, sendo virilidade aquilo que advém de viril e não de fértil. No estudo de Ergin *et al* (2018), comprovou-se que a maioria dos participantes rejeitaram que perderam apelo sexual com a infertilidade.

¹⁴ Autoria própria

No aspecto de comunicação sobre a infertilidade, no gráfico 4 observa-se que 25% responderam que acredita que o parceiro não entende em relação a como o problema de fertilidade lhe afeta, e 75% discordaram dessa afirmação. Na afirmação 5, a respeito de acreditar que o casal lida bem com questões de infertilidade, 50% dos participantes da pesquisa concordaram, 25% discordaram muito e 25% discordaram um pouco.

No item 6, 50% dos participantes da pesquisa discordaram com a afirmação “Meu parceiro(a) e eu poderíamos falar mais abertamente um com o outro sobre nossos problemas de infertilidade”, 25% discordaram muito e 25% concordam. O que mostra em relação aos dados do item 5, que apesar de 50% dos participantes acreditarem que não lidam bem com questões de infertilidade, apenas 25% acreditam que poderia melhorar a comunicação em relação ao assunto. Esse fato, demonstra um receio de comunicação a respeito do problema.

Além disso, o dado da sétima afirmação, em relação ao surgimento de discussão entre o casal quando tentam conversar sobre infertilidade, demonstram que 50% dos participantes concordam com a afirmação, e 50% discordam. Contudo, mais uma vez é tido um resultado de dificuldade entre o casal de lidar com o problema da fertilidade entre eles.

Straube e Makuch (2018) ressaltam que a maioria dos casais não estão preparados para lidarem com o diagnóstico de infertilidade, mesmo que ela seja transitória. Montagnini e Santos (2018) destacam que o auxílio psicológico pode facilitar favorecendo a comunicação do casal, também na compreensão de cada indivíduo durante essa etapa, sendo que nem sempre é possível alguns assuntos serem abordados pelo casal, sem a intervenção de um intermediador.

Juntando os dados da falha na comunicação no inventário, com os dados da entrevista, de que nenhum integrante da pesquisa fez acompanhamento psicológico, pode-se avaliar que há questões entre os participantes que não estão bem resolvidas conjugalmente, a respeito da infertilidade. Apesar disso, apenas 25%, ou seja, um integrante, acredita que o casal poderia falar mais abertamente um com o outro sobre seus problemas de fertilidade.

De acordo com a pesquisa de Makuch e Filetto (2010), “a presença e apoio recebidos dos parceiros durante o tratamento foi considerada importante” (p. 776) na submissão ao tratamento de fertilização in vitro. O apoio mútuo entre os

integrantes conjugais pode auxiliar na manutenção do bem-estar e na diminuição do estresse.

No último item a respeito da vida conjugal e sexual, “Eu me sinto vazio por causa do nosso problema de fertilidade”, 50% dos integrantes da pesquisa discordaram com a afirmação, contudo 25% concordaram e os outros 25% concordaram um pouco. Segundo Ribeiro (2004) uma série de sentimentos podem surgir nas pessoas submetidas ao tratamento da FIV, como a frustração, impotência, inferioridade, tristeza, raiva, dentre outros sentimentos. Igualmente, Covington e Adanson *apud* Avelar e Lima (2018), normalmente quem é diagnosticado com infertilidade possui sentimentos de inferioridade, inadequação, baixa autoestima e autoimagem.

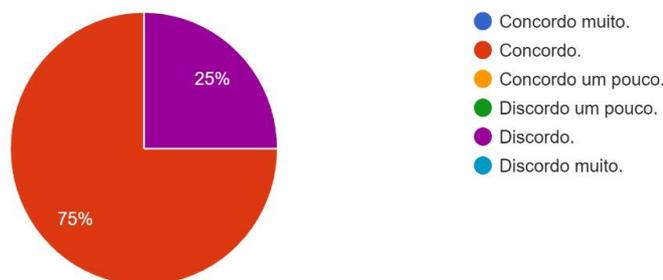
6.3. Maternidade/Paternidade

Esse fator é composto por três afirmações, que segundo Cristiana (2007) “referem-se à percepção de uma liberdade por não ter filhos, ao fato de que um filho não é necessário para a felicidade/relacionamento e que ter um filho não é o maior objetivo da vida”.

Na pergunta apresenta abaixo com a afirmação “Casais sem filhos são tão felizes quanto os que têm filhos”, 75% dos integrantes concordaram, e 25% discordaram.

Gráfico 13

Casais sem filhos são tão felizes quanto os que têm filhos.
4 respostas



15

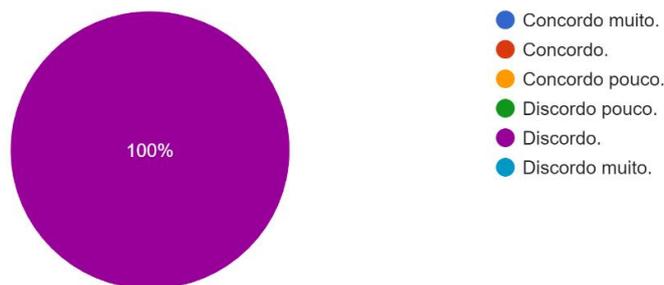
Na afirmação do gráfico 14, todos os integrantes discordaram que é difícil se sentir como um adulto de verdade até que se tenha um filho.

¹⁵ Autoria própria

Na última afirmação desse fator, gráfico 15, 50% dos participantes discordaram muito com a afirmação “Eu sempre senti que nasci para ser pai/mãe”, 25% discordaram um pouco e 25% concordaram.

Gráfico 14

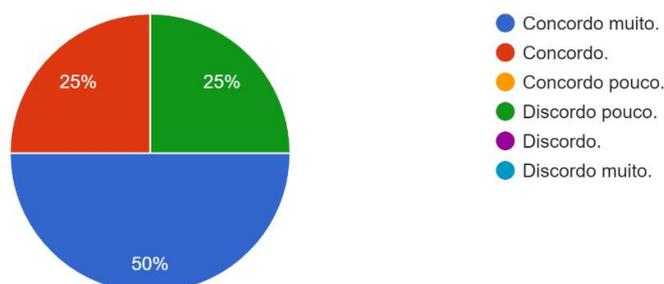
É difícil se sentir como um adulto de verdade até que se tem um filho
4 respostas



16

Gráfico 15

Eu sempre senti que eu nasci para ser pai / mãe.
4 respostas



17

Análise do terceiro fator: No terceiro fator, Maternidade e paternidade, foram abarcadas afirmações referentes à percepção de liberdade por não ter filhos, e investigado se um filho é necessário para a felicidade/relacionamento, além da questão de que ter um filho seria o maior objetivo da vida do participante.

Na primeira afirmativa desse fator, “Casais sem filhos são tão felizes quanto os que têm filhos”, 75% dos integrantes concordaram, e 25% discordaram.

¹⁶ Autoria própria

¹⁷ Autoria própria

Na segunda afirmação, todos integrantes discordaram que é difícil se sentir como um adulto de verdade até que se tenha um filho e por fim, no último item, 50% dos participantes discordaram muito com a afirmação “Eu sempre senti que nasci para ser pai/mãe”, 25% discordaram um pouco e 25% concordaram, como mostrado nos gráficos acima.

Juntando esses dados, pode ser afirmado que um integrante acredita ser necessário ter um filho, tendo em vista que esse integrante não se sente tão feliz como casais que possuem filhos, e que sempre sentiu que nasceu para desempenhar o papel de pai/mãe. Apesar disso, esse participante não acreditou que isso o influencia na sua percepção do que é ser um adulto, sendo a paternidade e maternidade não obrigatória para que se sinta na vida adulta.

Na literatura acerca do tema em questão, encontra-se que a paternidade e maternidade mostra-se como uma etapa fundamental na transição da vida adulta, tanto para homens como para mulheres. (NACHTIGALL *et al*, *apud* AVELAR e LIMA, 2018). Portanto, os dados aqui coletados nesse item, se mostram em discordância com a literatura, já que apenas um participante relatou que acreditava de extrema importância para sua vida, ter filhos.

É relevante destacar que de maneira geral nas sociedades latino-americanas, a maternidade ainda é uma das principais funções sociais desempenhadas por mulheres, esse fato pode contribuir significativamente com o item que diz respeito ao pensamento de acreditar que nasceu para se tornar mãe.

6.4. Acompanhamento psicológico

No momento de contato com os casais e identificação deles foi questionado se foram ofertados serviços psicológicos pela clínica de reprodução Assistida, ou se buscaram tão amparo profissional. Ambos os casais relaram que não para as duas questões.

Makuch e Filetto (2010) destacam que é preciso que os profissionais de saúde tenham “compreensão em profundidade dos aspectos físicos e vivências psicossociais de mulheres e homens que realizam procedimentos de FIV”. (p.778). Igualmente, as autoras afirmam a importância de apoio psicológico no processo de fertilização *in vitro*, pois se trata de uma responsabilidade da equipe oferecer suporte ao casal submetido ao tratamento, diante das exigências requeridas por ele.

Observa-se que a maioria das clínicas especializadas em reprodução humana assistida no Brasil, não possuem um profissional da área da psicologia em suas equipes. Nenhum membro entrevistado nesta pesquisa teve acompanhamento psicológico durante o tratamento. Gradwohl, Osis e Makuch (2013), afirmam que “a prática de intervenções psicológicas tem sido recomendada, tanto como fator de proteção à saúde mental dos casais inférteis, como recursos para propiciar melhor resposta aos tratamentos” (p. 256). Portanto, a prática de psicólogos no campo da RHA deveria ser mais incentivada e investida.

Helena e Miguel

O casal relatou que não fez acompanhamento psicológico durante o tratamento. Mas acrescentam que acham importante esse acompanhamento:

“Estávamos conversando, que achamos importantíssimo [o acompanhamento psicológico]. Depois disso [do tratamento], eu fiz terapia...” (Miguel).

“Eu me sentia muito insegura com tudo que estava acontecendo, pelo tempo que ficamos tentando [engravidar], foi bem complicado” (Helena).

“Seria muito bom ter tido acompanhamento psicológico, ‘cairia como uma luva’ [sic], ajudaria bastante mesmo!” (Miguel).

Manoela e Guilherme

Manoela relatou, assim como Guilherme, que não fez acompanhamento psicológico durante o tratamento:

“Acho que pelo jeito que lidamos, a gente não precisou. Talvez se não tivesse dado certo [o tratamento], talvez a gente precisasse [de acompanhamento psicológico]. Mas eu acho que tratamento psicológico deveria ser rotina na vida das pessoas! Acho que já se quebrou muito o tabu, mas deveria continuar quebrando”. (Manoela).

“Acho de grande valia [o acompanhamento psicológico]. Acho que não são todas as pessoas que chegam para um tratamento, tão decididos, esclarecidos de tudo, como nós fomos. Já tínhamos tudo traçado [sic], planejado, e por isso que ele [o filho] foi tão aguardado e tão esperado. Acho que o acompanhamento psicológico é preciso e ajuda bastante... principalmente no dia a dia, ou no momento pós recebimento da informação de que deu certo, até mesmo que não deu certo [a

fertilização]. *É importante sim, ter um profissional da área da psicologia auxiliando os casais. (Guilherme).*

7. CONCLUSÃO

O estudo permitiu uma aproximação do olhar dos participantes sobre suas próprias vivências, sobre as divergências e semelhanças entre casais e ainda sobre avaliar suas auto concepções. Os casais podem se mostrar conscientes destas diferenças vivências, mesmo dentro de suas próprias relações ou de casais para casais. O estudo ainda apresenta potencial para avaliar se estes casais possuem concepções estigmatizante e resistente referente ao tema abordado. A pesquisa atingiu o propósito de analisar as comoções, sensações e percepções dos casais, mediante as circunstâncias vivenciadas e suas expectativas perante o tratamento de FIV, através da adaptação do IPF. Além disso, notou-se na ficha de identificação que o acompanhamento psicológico não é oferecido pelas clínicas de Reprodução Assistida, podendo ser essa uma oferta diferencial em apenas algumas clínicas; averigua-se nos casais entrevistados que não houve a busca de psicoterapia durante o processo de submissão ao tratamento.

Em relação ao referencial teórico, houve dificuldade da pesquisadora de encontrar dados estatísticos sobre a infertilidade, tanto em âmbito internacional como nacional, o que levou a pesquisadora a concluir que a população em geral tem dificuldades de receber estudos sérios sobre a infertilidade e a reprodução humana assistida, podendo dificultar ainda mais a vivência das pessoas inférteis.

Diante tais considerações, é fundamental que a investigação acerca da infertilidade na Ciência Psicológica continue em processo de construção, colaborando ao questionamento reflexivo, de forma não passiva. A partir destas reflexões, os profissionais inseridos no contexto retratado e as pessoas que vivenciam a infertilidade e o tratamento de reprodução humana conseguem avaliar e aprimorar seu autoconhecimento e o conhecimento do mundo a sua volta!

REFERÊNCIAS

ASCOM/ANVISA. **Reprodução Assistida:** Reprodução humana assistida cresce 18,7% em 2018. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/inseminacao-artificial-cresce-18-7-em-2018/219201?p_p_auth=YQsinNoZ&inheritRedirect=false>. Acesso em: 27 jan 2020.

AVELAR, Cássia Cançado; LIMA, Mônica Emília Diório Baião. Processos emocionais e intervenção psicológica em reprodução humana: Aspectos psicossociais. *In:* AVELAR, Cássia Cançado; CAETANO, João Pedro Junqueira (ed.). **Psicologia em reprodução humana**. São Paulo: SBRA, 2018. cap. Capítulo 2, p. 15-19.

CASEMIRO, Mariana de Carvalho. **APRENDENDO A AMAR: Um olhar sobre o abandono materno**. Trabalho de Conclusão de Curso. Franca, 2018.

ERGIN, R. N.; POLAT A.; KARS, B.; OZTEKIN, D.; SOFUOGLU, K.; ÇALISKAN, E. **Social stigma and familial attitudes related to infertility**. Turk J Obstet Gynecol, 2018.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Estresse de homens e mulheres que buscam tratamento para infertilidade. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 6, p. 255-261, junho de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032013000600004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de set de 2019.

LEIS, Luciana. Aspectos psicológicos e infertilidade. *In:* TOGNOTTI, Elvio. **Infertilidade: da prática clínica à laboral**. Barueri, SP: Manole, 2014.

LINS, Patrícia Gomes Accioly *et al.* **O sentido da maternidade e da infertilidade: um discurso singular**. *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 31, n. 3, p. 387-392, Sept. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago 2019.

LANIUS, Manuela; SOUZA, Edson Luis André de. Reprodução assistida: os impasses do desejo. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** São Paulo, v. 13, n. 1, p. 53-70, março de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142010000100004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 de fev de 2020.

MAKUCH, María Yolanda; FILETTO, Juliana Nicolau. **Procedimentos de fertilização in vitro: experiência de mulheres e homens**. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 15, n. 4, p. 771-779, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Ago 2019.

MONTAGNINI, Helena Maria Loureiro; SANTOS, Juliana Roberto dos. Processos emocionais e intervenção psicológica em reprodução humana: Avaliação e intervenção psicológica. *In:* AVELAR, Cássia Cançado; CAETANO, João Pedro

Junqueira (ed.). **Psicologia em reprodução humana**. São Paulo: SBRA, 2018. cap. Capítulo 2, p. 26-30.

RIBEIRO, Andreza Cristiana. **Adaptação do Inventário de Problemas de Fertilidade para homens e mulheres inférteis**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. doi:10.11606/T.59.2007.tde-13072007-133824. Acesso em: 2020-06-09.

RIBEIRO, Marina Ferreira da Rosa. Infertilidade e reprodução assistida: desejando filhos na família contemporânea. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.

STRAUBE, Kátima Maria; MAKUCH, Maria Yolanda. Processos emocionais e intervenção psicológica em reprodução humana: Manejo do estresse e da ansiedade. *In*: AVELAR, Cássia Cançado; CAETANO, João Pedro Junqueira (ed.). **Psicologia em reprodução humana**. São Paulo: SBRA, 2018. cap. Capítulo 2, p. 20-26.

VIEIRA, Mara Farias Chaves; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de. Protocolo de **Atendimento Psicológico em um Serviço de Reprodução Humana Assistida do Sistema Único de Saúde - SUS**. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 34, e3449, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722018000100508&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr 2020. Epub Nov 29, 2018.

ÍNDICE**A**

Alana Semeone Caparroz, 20
Ana Beatriz Silvestre Maura, 8

B

Bárbara Sakamoto Peixoto de Brito, 74

C

Caroline Cunha Rezende Rodrigues,
131

G

Gabriela Malheiro Tozzi, 96, 127, 128

I

Iago Gonzales de Q. Silva, 41

J

Juliana Pereira Costa da Silva, 64

L

Letícia Sousa Victor, 64

M

Maria Cherubina de Lima Alves, 41
Maria de Fátima Aveiro Colares, 87,
96, 127
Maria Eduarda de Oliveira Maia, 87
Mariana Cervi Taveira, 140
Marina Rita Marconi, 64

S

Sofia A. Mello Barros, 64
Sofia Muniz Alves Gracioli, 8, 20, 64,
74, 131, 140

ISBN Volume



ISBN Coleção



0800 940 4688

16 3713 4688

unifacef.com.br

